



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Bruno Moreira de Sousa

Violência escolar: a prática do *bullying* na perspectiva dos estudantes de uma escola pública em contexto de periferia urbana no município do Rio de Janeiro

Duque de Caxias

2024

Bruno Moreira de Sousa

Violência escolar: a prática do *bullying* na perspectiva dos estudantes de uma escola pública em contexto de periferia urbana no município do Rio e Janeiro

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Pâmela Suélli da Motta Esteves

Duque de Caxias

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

S725	Sousa, Bruno Moreira de
Tese	Violência escolar: a prática do bullying na perspectiva dos estudantes de uma escola pública em contexto de periferia urbana no município do Rio de Janeiro. /Bruno Moreira de Sousa; orientação Profa. Dra. Pâmela Suélli da Motta Esteves. - 2024.
	158 f.
	Orientador(a): Pâmela Suélli da Motta Esteves.
	Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
	1. Violência escolar - Teses. 2. Bullying - Teses. 3. Educação – Teses. 4. Escola – Teses. 5. Periferia - Teses. I. Esteves, Pâmela Suelli da Motta. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.
	CDU 37:37.06

Bibliotecária: Ana Paola Araujo – CRB7/6387

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Bruno Moreira de Sousa

Violência escolar: a prática do *bullying* na perspectiva dos estudantes de uma escola pública em contexto de periferia urbana no município do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura Comunicação em Periferias.

Aprovada em 29 de novembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Pâmela Suélli da Motta Esteves
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof.^a Dr.^a Leticia de Luna Freire
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof.^a Dr.^a Rachel Luiza Pulcino de Abreu
Universidade Federal de Juiz de Fora

Duque de Caxias

2024

AGRADECIMENTOS

A Deus, cuja presença constante me guia e me fortalece ao longo de toda minha vida. A Ele devo a conclusão desta dissertação e a possibilidade de alcançar este marco em minha vida. Sou eternamente grato a Deus por Sua graça e bênçãos.

Aos meus pais, Cláudia Lopes Moreira de Sousa e Carlos Augusto de Sousa, pelo amor e apoio incondicional e irrestrito durante minha trajetória acadêmica e em todos os momentos da minha vida. Sou eternamente grato por todos os sacrifícios que fizeram para que eu pudesse perseguir meus sonhos.

Aos meus familiares por todo apoio, incentivo e encorajamento. A convivência com vocês durante este período foi fundamental para que eu enfrentasse os desafios dessa jornada de forma mais leve.

Aos meus amigos que tanto me apoiaram e me motivaram durante essa jornada. A companhia, as conversas e risadas me ajudaram a trilhar este percurso.

À Pâmela Esteves, minha orientadora, pelo acolhimento, pela confiança, pelo apoio, pela escuta, pela compreensão e pela orientação de maneira tão leve e respeitosa. Sua competência, conselhos e atenção aos detalhes foram essenciais para a realização deste trabalho. Sou verdadeiramente grato por sua orientação e por todo o aprendizado proporcionado.

Aos meus colegas do Grupo de Estudos Sobre Violência Escolar (GEVES) por todo apoio e contribuição durante essa caminhada, principalmente nas reuniões com as leituras, discussões de textos, elaboração de trabalhos e participação em eventos acadêmicos.

Aos meus colegas de trabalho, da Escola Municipal Marechal Alcides Etchegoyen e da Escola Municipal Alzira Vargas do Amaral Peixoto. O apoio, as palavras de incentivo e a colaboração de cada um de vocês foram fundamentais para que eu pudesse conciliar minhas responsabilidades profissionais com as demandas desta pesquisa. Agradeço pela compreensão, pela troca de experiências e pelo ambiente acolhedor que sempre me proporcionaram.

Aos meus alunos, que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização desta dissertação. A convivência diária com vocês me motivou a buscar mais conhecimento, me inspirou a enfrentar os desafios e a lutar por uma educação pública de qualidade. Saibam que vocês renovam meu compromisso com a educação e reforçam minha paixão por ensinar. Este trabalho é também um reflexo das experiências que compartilhamos em sala de aula.

Quero expressar minha profunda gratidão à comunidade da Vila Kennedy pelo acolhimento e por me mostrar a verdadeira força e potência da periferia. Vocês me ensinaram

a enxergar o mundo de forma diferente, cheio de esperança, resiliência e coragem. Obrigado por me aceitarem como parte de vocês. Na Vila Kennedy me sinto criar, aprendo todos os dias e me torno um ser humano melhor, tendo a consciência do sujeito periférico que sou.

Aos colegas de turma do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, ingressos no ano de 2022. Compartilhar desafios, conquistas e momentos de aprendizado com vocês fez com que essa experiência fosse muito mais leve e inspiradora. A troca de ideias, o apoio mútuo e as discussões, principalmente durante a organização do Seminário Discente contribuíram imensamente para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos professores e demais funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pelas inúmeras contribuições em minha formação acadêmica.

E, por fim, à UERJ, por ter me recebido e me ofertado tantas possibilidades durante toda minha trajetória acadêmica, desde a graduação até o mestrado. Sou honrado por fazer parte da comunidade UERJ.

A Escola

Escola é...

o lugar que se faz amigos.

Não se trata só de prédios, salas, quadros,
programas, horários, conceitos...

Escola é, sobretudo, gente.

Gente que trabalha, que estuda

que se alegra, se conhece, se estima.

O diretor é gente,

o coordenador é gente,

o professor é gente,

o aluno é gente,

cada funcionário é gente.

E a escola será cada vez melhor

na medida em que cada um se comporte

como colega, amigo, irmão.

Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”.

Nada de conviver com as pessoas e depois,

descobrir que não tem amizade a ninguém.

Nada de ser como tijolo que forma a parede,

indiferente, frio, só.

Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,

é também criar laços de amizade,

é criar ambiente de camaradagem,

é conviver, é se “amarrar nela”!

Ora, é lógico...

Numa escola assim vai ser fácil

estudar, trabalhar, crescer,

fazer amigos, educar-se, ser feliz.

Paulo Freire

RESUMO

SOUSA, Bruno Moreira de. **Violência escolar**: a prática do *bullying* na perspectiva dos estudantes de uma escola pública em contexto de periferia urbana no município do Rio de Janeiro. 2024. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2024.

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender a violência no âmbito escolar, suas causas e consequências na percepção dos estudantes da Educação Básica de uma escola de Ensino Fundamental da rede municipal, localizada no bairro da Vila Kennedy, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se, de uma investigação qualitativa por meio da observação no campo (ambiente escolar). O caminho metodológico escolhido consiste na escuta dos estudantes, que são os principais atores envolvidos no contexto da violência escolar, com ênfase na prática do *bullying* – com o propósito de investigar: a) os principais conceitos de violência escolar; b) as diferentes formas de violência que atingem os estudantes no cotidiano escolar; c) os principais tipos de *bullying*, como ele ocorre, suas causas e consequências; e d) a atuação da escola em relação aos casos de violência, principalmente o *bullying*. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma investigação qualitativa dividida em três etapas, a saber: I) revisão bibliográfica; II) observação do cotidiano escolar; e III) entrevista semiestruturada com a gestão escolar. Para contribuir com a discussão e o desenvolvimento deste estudo acerca da temática da violência escolar, sobretudo a prática do *bullying*, serão utilizados como os principais referenciais teóricos os seguintes autores: Dan Olweus, Marilia Sposito, Michel Foucault, Miriam Abramovay e Pierre Bourdieu. Com esta pesquisa, busca-se compreender as causas e consequências da violência escolar na Educação Básica na perspectiva dos estudantes, no intuito de construir uma escola que pratique a educação em direitos humanos, sendo um espaço de conhecimento, de diálogo, de socialização e de respeito às diversidades.

Palavras-chave: Violência escolar. *Bullying*. Escola. Educação. Periferia.

ABSTRACT

SOUSA, Bruno Moreira de. **School violence**: the practice of bullying from the student's perspective of a public school in a context of urban periphery in Rio de Janeiro municipality. 2024. 157 f. Master's thesis (Master's degree in Education) – College in Education in Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2024.

This research aims to understand violence in the school environment, its causes and consequences in perception of Basic Education students located in the neighborhood of Vila Kennedy, west zone of the city of Rio de Janeiro. This is a qualitative investigation through observation in the field (school environment). The methodological path chosen consists of listening to students, who are the main actors involved in the context of school violence, with an emphasis on the practice of bullying for the purpose of investigating: a) the main concepts of school violence; b) the difference forms of violence that affect students in everyday school life; c) the main types of bullying, how it occurs, its causes and consequences; and d) the school's performance in relation to cases of violence, especially bullying. From a methodological point of view, this is a qualitative investigation divided into three stages, namely: I) bibliographic review; II) observation (field research); and III) semi-structured interview with school management. To contribute to the discussion and development of this study on the topic of school violence, especially the practice of bullying, the following authors will be used as the main theoretical references: Dan Olweus, Marilia Sposito, Michel Foucault, Miriam Abramovay and Pierre Bourdieu. With this research, we seek to understand the causes and consequences of school violence in Basic Education from the student's perspective with the aim of building a school that practices education with human rights, being a space for knowledge, dialogue, socialization and respect for diversity.

Keywords: School violence. Bullying. School. Education. Periphery.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Infraestrutura da “Escola Municipal Professor Milton Santos” (dependências).....	50
Figura 1 –	Vila Kennedy, recentemente promovida a bairro, e sua posição na cidade do Rio de Janeiro.	54
Figura 2 –	Mapa da Vila Kennedy	55
Figura 3 –	Disposição gráfica da comunidade da Vila Kennedy e subdivisões componentes da região.....	56
Figura 4 –	Conjunto habitacional Vila Kennedy (Rio de Janeiro, 1964)	57
Figura 5 –	Fachada da quadra da Unidos da Vila Kennedy	61
Figura 6 –	Fachada do Teatro Mário Lago.....	62
Figura 7 –	Crianças ao lado da réplica da Estátua da Liberdade presenteada pelo governo americano na Vila Kennedy, em 1964	63
Figura 8 –	Réplica da Estátua da Liberdade, Praça Miami	64
Figura 9 –	Vila Kennedy	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Ano de escolaridade dos estudantes que participaram do questionário.....	80
Gráfico 2 –	Faixa etária dos estudantes participantes do questionário	80
Gráfico 3 –	Gênero dos estudantes participantes do questionário	81
Gráfico 4 –	Você acha que a escola é um espaço onde há violência?	83
Gráfico 5 –	Em sua opinião, há violência dentro da sua sala de aula?	83
Gráfico 6 –	Você já sofreu <i>bullying</i> ?	84
Gráfico 7 –	Você já praticou <i>bullying</i> ?	85
Gráfico 8 –	Você já testemunhou a prática do <i>bullying</i> ?	85
Gráfico 9 –	Em sua opinião, a prática do <i>bullying</i> traz consequências psicológicas e socioemocionais na vítima?	86
Gráfico 10 –	Em sua opinião, o <i>bullying</i> e as outras formas de violência escolar prejudicam o aprendizado dos estudantes?	87
Gráfico 11 –	Em sua opinião, é mais fácil resolver os problemas utilizando a violência?....	87
Gráfico 12 –	No seu dia a dia você, você vivencia situações de violência?	88
Gráfico 13 –	Em sua opinião, a violência em casa influencia a violência na escola?	88
Gráfico 14 –	Em sua opinião, a violência no entorno da unidade escolar, ou seja, fora dos muros da escola influencia negativamente no aprendizado dos estudantes?....	89
Gráfico 15 –	Em sua opinião, o diálogo é um bom caminho para evitar situações de violência?	89
Gráfico 16 –	Em sua opinião, a sua escola realiza alguma ação para amenizar os casos de violência?.....	90

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	ESCOLA: UM ESPAÇO DE VIOLÊNCIA?	20
1.1	A questão da violência	20
1.2	A violência escolar.....	21
1.3	Casos de ataques em escolas brasileiras.....	29
1.4	A questão do bullying	32
1.4.1	<u>Os diferentes tipos de bullying</u>	35
1.4.2	<u>O <i>cyberbullying</i></u>	36
1.4.3	<u>Os papéis que os estudantes assumem na prática do <i>bullying</i>: autor, vítima e testemunha</u>	39
1.4.4	<u>As consequências do <i>bullying</i>.....</u>	40
2	A ESCOLA COMO CAMPO DE ESTUDO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR EM CONTEXTO DE PERIFERIA URBANA	45
2.1	Contexto histórico do bairro Vila Kennedy.....	52
2.2	A dicotomia centro-periferia na geopolítica.....	65
2.2.1	<u>Teoria da dependência</u>	66
2.2.2	<u>Teoria sistema-mundo</u>	68
2.3	As diferentes abordagens sobre periferia	70
3	A VIOLÊNCIA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES	79
3.1	As categorias analíticas oriundas do questionário.....	91
3.1.1	<u>O que é violência?</u>	91
3.1.2	<u>Escola: um espaço de violência</u>	92
3.1.3	<u>A incidência do <i>bullying</i>.....</u>	94
3.1.4	<u>Os impactos negativos da violência na vivência escolar e no aprendizado.....</u>	96
3.1.5	<u>A negligência da escola no enfrentamento à violência.....</u>	98
3.1.6	<u>Alternativas para amenizar a violência no espaço escolar.....</u>	100
3.2	Violência simbólica no âmbito escolar	101

3.3	O poder controlador e disciplinar da escola.....	109
4	A PERSPECTIVA DA GESTÃO ESCOLAR SOBRE A VIOLÊNCIA.....	117
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
	REFERÊNCIAS.....	144
	APÊNDICE A – PESQUISA: VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	155
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A GESTÃO ESCOLAR.....	159
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	160

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo compreender a violência no âmbito escolar, com enfoque na prática do *bullying*, suas causas e consequências na percepção dos estudantes de uma escola pública de Ensino Fundamental em contexto de periferia urbana da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro. A metodologia consiste em uma investigação qualitativa por meio da observação no campo (ambiente escolar). Refere-se a uma observação instrumental para conhecer a realidade da escola e seus sujeitos a fim de pensar os instrumentos metodológicos apropriados para o desenvolvimento da pesquisa. Trata-se, aqui, de uma metodologia qualitativa realizada em três etapas, a saber: I) revisão bibliográfica; II) observação do cotidiano escolar; e III) entrevista semiestruturada com a gestão escolar. Espera-se, assim, que a pesquisa sobre a temática da violência escolar e a prática do *bullying* possa trazer contribuições à escola selecionada e à rede municipal da cidade do Rio de Janeiro na reflexão sobre a questão.

O tema da violência é alvo de discussões tanto no cenário nacional quanto no internacional nas últimas décadas. Embora esse fenômeno não seja novo – como demonstram as pesquisas –, a atenção voltada para suas manifestações e seus impactos no ambiente escolar é notável em muitos países. O debate sobre a relação entre violência e escola destaca o reconhecimento da violência no espaço escolar como uma questão social de escala global, um fenômeno que ocorre em diversos países, inclusive no Brasil.

Apesar de algumas iniciativas de pesquisadores, a temática da violência escolar tem sido pouco trabalhada nas últimas décadas nos programas de pós-graduação de instituições brasileiras, conforme avaliações de Sposito (2001), especialmente na área da Educação. A autora amplia suas observações para a área de Educação, considerando que a violência no ambiente escolar é uma das questões que “afetam processos educativos e em especial a escola na sociedade contemporânea” (Sposito, 1998, p. 58) e que demanda uma investigação mais aprofundada.

A opção de realizar a pesquisa em uma escola pública de periferia da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro deve-se, portanto, às observações mencionadas anteriormente sobre a insuficiência de estudos em programas de pós-graduação acerca do tema. Por isso o interesse pela “Escola Municipal Professor Milton Santos”¹, localizada no bairro da Vila Kennedy, na

¹ Nome fictício da instituição de ensino onde a pesquisa foi realizada.

zona oeste do município do Rio de Janeiro, pois reúne vários fatores interessantes para a realização da pesquisa sobre violência escolar, tais como: ser uma escola pública, estar localizada em uma periferia urbana, ter estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, estar inserida em um bairro marcado pela presença do poder informal do crime organizado, e, conseqüentemente, vítima da violência urbana através da ocorrência de conflitos armados entre policiais e traficantes, que impede o direito da criança ao ensino, pois a unidade escolar é fechada em dias de operações policiais. Além de serem excluídos por parte da sociedade carioca e brasileira, que tem um olhar preconceituoso em relação à periferia e tudo aquilo que advém dela.

O interesse pela pesquisa sobre a violência escolar emerge a partir da minha prática como professor de Geografia em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental numa escola pública de periferia urbana, localizada no bairro da Vila Kennedy, zona oeste do município do Rio de Janeiro. Neste contexto, de um ambiente escolar marcado pela violência em suas múltiplas formas (física, verbal, simbólica, patrimonial...), surge, inicialmente, um incômodo como profissional; posteriormente, despertou-me a curiosidade de buscar compreender os fatores que geravam a ocorrência desses diferentes tipos de violência e o que poderia ser feito para amenizá-los ou até mesmo solucioná-lo.

Por meio da Resolução ONU 58/11 adotada em novembro de 2003 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), os Estados-Membros – incluindo o Brasil – são convidados a dar continuidade e expandir as atividades voltadas para o objetivo de manutenção, construção e promoção da cultura de paz. A resolução enfatiza a importância ao trabalho educativo realizado em escolas, conforme destacado no texto: “Incentiva as autoridades competentes a prover nas escolas de Ensino Fundamental educação que inclua lições sobre mútuo entendimento, tolerância, cidadania ativa, direitos humanos e a promoção de uma cultura de paz [...]” (Organização das Nações Unidas, 2003).

Enquanto o *bullying* é uma manifestação mais específica de violência escolar, ele também é sintomático de uma cultura de agressão e desrespeito que pode existir dentro das escolas e, muitas vezes, refletir problemas sociais mais amplos. O *bullying* é uma prática muito comum entre crianças, adolescentes e jovens no espaço escolar, especialmente dentro de sala de aula. A escola é o principal ambiente em que esse fenômeno se manifesta, pelo fato das crianças e adolescentes passarem grande parte do seu dia com outros estudantes de diferentes características, de diferentes grupos sociais, diferentes vivências, diferentes visões de mundo, ou seja, a escola é um espaço que reflete a diversidade intrínseca à nossa sociedade. O estudante ou o grupo que não esteja dentro do “padrão de aceitação” da sociedade, acabam sendo

excluídos, humilhados ou agredidos, tornando-se vítimas do *bullying*. Este fenômeno provoca uma série de outros conflitos, resultando em agressões verbais ou até mesmo físicas, como no caso de brigas entre os estudantes, prejudicando fortemente o processo de ensino e aprendizagem.

O *bullying* se caracteriza como uma prática sistemática e repetitiva de atos de violência verbal, física e psicológica, tais como intimidação, exclusão, humilhação, xingamentos, agressões físicas, de uma pessoa ou um grupo contra um indivíduo, que no caso é a vítima dessa ação. O conceito de *bullying* se refere a uma forma de violência em que estudantes são expostos repetidamente e durante um tempo específico, as ações negativas de um ou mais estudantes, envolvendo relações assimétricas de poder (Olweus, 2004).

A violência é um fenômeno que atinge toda a sociedade independente de localização geográfica e classe social e pode ocorrer de várias formas, seja violência de gênero, doméstica, política, policial, religiosa, criminal, simbólica, contra os negros, pela prática do racismo, além da própria violência nas escolas, com ênfase no *bullying*, que é o objeto de estudo da minha pesquisa. A violência está sempre associada a uma pessoa ou a um grupo de pessoas que, através de comportamentos considerados violentos, provocam consequências negativas sérias para o indivíduo, um grupo ou para a sociedade de modo geral, que se torna refém desse fenômeno social.

A violência escolar pode ser definida como toda ação que cause ou vise causar dano à escola, à comunidade escolar ou a algum de seus membros (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2019). A violência escolar é um fenômeno que, infelizmente, está crescendo nas últimas décadas, tendo grande repercussão na mídia e nas redes, tornando-se de um tema preocupante para a educação e para a sociedade brasileira. A escola é um espaço de conhecimento, de interação, de desenvolvimento, entretanto situações de violência promovem sérias consequências, como medo, dificuldade na aprendizagem, queda no rendimento escolar, evasão, ansiedade, entre outros transtornos que afetam estudantes, professores, funcionários e gestores.

As diferentes formas de violência escolar têm origem em diversos aspectos: familiares, sociais, econômicos, culturais, psicológicos. Uma das principais causas da violência escolar são reproduções de ambientes violentos. A escola é um pedaço, uma parte da sociedade, e seus agentes reproduzem comportamentos externos ao muro da escola, ou seja, é no ambiente escolar que os estudantes irão reproduzir o que veem, escutam e aprendem no seu círculo familiar e social, trata-se de suas vivências familiares ou do contexto social em que estão inseridos. Além de sofrer violência, a escola também a comete, sendo um espaço de reprodução da violência na

sociedade. Ela é vítima quando sofre atos de vandalismo, pichação e depredação de seu patrimônio, e comete violência simbólica (conceito de Pierre Bourdieu) através de sua omissão e negligência frente a atos de indisciplinas, incivildades, injustiças ou qualquer outro ato violento dentro de seus domínios.

A violência escolar provoca inúmeros danos ao processo de ensino e aprendizagem, como na vida de estudantes, professores, funcionários, gestores, familiares, enfim, traz transtornos para toda comunidade escolar. Um grande problema que atinge as escolas é a questão do preparo dos profissionais de educação no sentido de como intervir e agir em casos de atos violentos. Muitos têm medo, não se sentem seguros, afirmam não ter preparo ou não possuem nenhum tipo de formação para saber lidar nessas circunstâncias conflituosas, o que acarreta em um empecilho no enfrentamento à violência no âmbito escolar. É imprescindível que a escola saiba qual a sua função social e seja capaz de demonstrar aos alunos sua importância na vida de cada um deles, tornando-se um espaço de conhecimento científico, de diálogo, de construção, de coletividade, de respeito, de socialização e de desenvolvimento.

Através do diálogo, da informação e da conscientização com a realização de projetos que envolvam arte, dança, música, teatro, esporte, oficinas, roda de escuta e outras atividades que abarquem a participação de toda comunidade escolar, será possível enfrentar com êxito a questão da violência escolar em seus diferentes aspectos, considerando o papel fundamental das políticas públicas educacionais baseadas nos direitos humanos, com a elaboração de um currículo plural e diverso, que contemple e respeite as diferenças. Negar a diversidade é gerar mais conflitos, que, se não forem administrados corretamente, causam a violência em suas diversas formas, pois a violência é uma extensão do conflito, onde há uma relação de poder e dominação. A violência escolar existe e isso precisa ser compreendido e debatido entre os estudantes, docentes, gestores e toda comunidade escolar, e também pelas instituições acadêmicas.

Nessa perspectiva, esta dissertação tem como propósito investigar junto aos sujeitos da pesquisa – estudantes e gestão escolar – de uma escola pública de Ensino Fundamental da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro para: a) compreender as violências que afetam o cotidiano escolar, especificamente o *bullying*; b) analisar as diferentes formas de violência que atinge os estudantes no cotidiano escolar; c) identificar os principais tipos de *bullying*, como ele ocorre, suas causas e consequências; e d) entender a atuação da escola nas situações de violência escolar, especialmente em relação à prática do *bullying*.

Nesta pesquisa foram utilizados os seguintes métodos de coleta e produção de dados: a) observação do espaço escolar: os pátios, corredores, refeitório e, principalmente, as salas de

aula de três turmas do 8º ano do Ensino Fundamental (2024); b) realização de questionário com 60 estudantes no total, sendo 20 participantes de cada turma; c) entrevistas individuais, gravadas e semiestruturadas com as duas gestoras da unidade escolar.

A presente dissertação foi organizada da seguinte forma: um tópico denominado “Introdução”, com breve apresentação do conjunto da pesquisa – temática, objetivos da pesquisa, justificativa e relevância do estudo, fatores considerados na escolha da escola utilizada como campo de pesquisa, síntese da metodologia e organização da dissertação dividida em quatro capítulos.

O capítulo 1, intitulado “Escola: um espaço de violência?”, é composto pela revisão da literatura referente à violência, a violência no contexto escolar. Também se refere aos ataques em escolas brasileiras e aborda, principalmente, a questão do *bullying*, suas definições, as diferentes formas que ele ocorre, o papel dos estudantes nesse processo, suas causas e consequências no espaço escolar.

O capítulo 2, intitulado “A escola como campo de estudo: desafios e possibilidades no espaço escolar em contexto de periferia urbana”, aborda a história e o contexto atual da escola investigada, incluindo-se alguns dados referentes ao seu patrono, o grande intelectual negro brasileiro, o geógrafo e professor Milton Santos. Apresenta o contexto histórico do bairro da Vila Kennedy, onde a escola está localizada, desde sua fundação até os dias atuais, e discute sobre a dicotomia centro-periferia na geopolítica e outras diferentes abordagens sobre o conceito de periferia.

O Capítulo 3, intitulado “A violência escolar na perspectiva dos estudantes”, apresenta o processo de descrição e análise dos resultados obtidos no trabalho de campo (observação) e por meio da aplicação do questionário a 60 estudantes de três turmas do 8º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública, localizada em uma região periférica da cidade do Rio de Janeiro. Trata, inicialmente, das categorias construídas para a análise dos resultados da pesquisa, baseado na obra *Análise de conteúdo*, de Laurence Bardin (2011). seguem seguida, promove um diálogo entre os referenciais teóricos e as respostas dos estudantes, que são os sujeitos da pesquisa, buscando compreender sobre a temática da violência escolar e a prática do *bullying* na perspectiva dos estudantes.

O capítulo 4, intitulado “A perspectiva da gestão escolar sobre a violência”, apresenta uma análise detalhada das entrevistas conduzidas com a equipe gestora da unidade escolar, buscando compreender suas percepções, vivências e práticas no enfrentamento da violência no ambiente educacional. O texto objetiva examinar como a gestão escolar enxerga a violência em suas diferentes formas, especialmente nos casos de *bullying*, entendendo-o como uma forma

particular de violência no contexto escolar, além dos desafios enfrentados em uma escola de periferia.

Por fim, as “Considerações finais” desta pesquisa reafirmam a importância do tema abordado (violência escolar), destacando os resultados obtidos e suas implicações para o campo de estudo (escola) e para a área da educação. A pesquisa buscou contribuir para a compreensão do assunto, abrindo espaço para futuras investigações e ações práticas que aprofundem o conhecimento e ampliem os impactos positivos na área, possibilitando a construção de uma educação pautada nos direitos humanos.

1 ESCOLA: UM ESPAÇO DE VIOLÊNCIA?

A escola, vista tradicionalmente como um ambiente de aprendizado e desenvolvimento, infelizmente também pode se tornar um espaço de violência em diversas formas. Essa violência pode ser física, psicológica, verbal, simbólica, ou até mesmo digital, como o *cyberbullying*. Problemas como *bullying* entre colegas, discriminação, assédio e atitudes autoritárias de adultos contribuem para um ambiente hostil, impactando a saúde emocional e o rendimento escolar dos estudantes. Além disso, fatores estruturais, como a falta de recursos e de profissionais capacitados para lidar com conflitos, podem exacerbar essas situações. Portanto, transformar a escola em um local verdadeiramente acolhedor e seguro requer ações integradas de conscientização, empatia e medidas preventivas que envolvam estudantes, professores e a comunidade escolar, além da implementação de políticas públicas que devem ser abrangentes e integradas para amenizar a questão da violência escolar.

1.1 A questão da violência

A violência é um fenômeno que atinge toda a sociedade, independentemente da localização geográfica e da classe econômica, não podendo ser desassociada do contexto social envolvido. Trata-se de um problema mundial que traz sérias consequências aos indivíduos. A violência está sempre associada a uma pessoa ou a um grupo de pessoas que, através de comportamentos considerados violentos, provocam consequências negativas sérias para o indivíduo, um grupo ou para a sociedade de modo geral, que se torna refém desse fenômeno.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), violência é o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Configura-se como um fenômeno complexo, com múltiplas causas e de ordem sociopolítica, com impactos na saúde pública, afetando o bem-estar individual e coletivo (Minayo, 2013; Stelko-Pereira; Williams, 2010). Sposito (1998, p. 60) afirma que “[...] a violência é tudo que implica na ruptura de um nexos social, pelo uso da força”. Para Chauí (2002): A violência é o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém.

Charlot (2002) evidencia que a violência enfatiza o uso da força, do poder, da dominação, que de certo modo toda agressão é violência na medida em que usa a força. Há

violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (Michaud, 1989, p. 11).

A definição de violência ou a tentativa de conceituá-la é necessária para que consigamos ter uma maior compreensão sobre a violência escolar. É uma transgressão da ordem e das regras da vida em sociedade. É o atentado direto, físico contra a pessoa cuja vida, saúde e integridade física ou liberdade individual correm perigo a partir da ação dos outros.

1.2 A violência escolar

O objeto desta investigação é a prática do *bullying*, e para entender melhor este conceito, como ele ocorre, suas causas e consequências, possibilitando a continuidade dessa investigação, é preciso compreender sobre a questão da violência escolar, pois o *bullying* é um tipo de violência escolar específico. Os referenciais teóricos escolhidos para analisar a temática acerca da violência escolar são autores com uma vasta trajetória de pesquisa e obras referentes a este assunto, como Bernard Charlot, Marília Sposito e Miriam Abramovay.

A violência escolar é um problema mundial que causa preocupação em toda sociedade. Ela ocorre tanto em cidades centrais, em escolas mais rígidas, quanto em escolas periféricas ou mais permissivas, sendo públicas ou particulares. A escola é um espaço de conhecimento e socialização, porém, nos últimos anos, a ocorrência de situações de violência, desrespeito, invasões, depredações e até casos de morte nas instituições de ensino vem aumentando significativamente. A violência no ambiente escolar é resultante das microviolências cotidianas, seja dentro da escola ou fora dela, no contexto social que o estudante esteja inserido. Uma das principais causas da violência nos espaços escolares são reproduções de ambientes violentos, seja no âmbito familiar ou na comunidade que vive e tem suas experiências, pois o estudante reproduz o que vê ou o que é ensinado. “[...] Assim, constata que a violência nas escolas reflete a violência presente no cotidiano social dos jovens” (Sposito, 2001). É importante ter em mente que a escola é uma instituição social, ocupada por indivíduos plurais, não podendo desconsiderar o contexto social em que está inserida.

Segundo Charlot (2002), a violência na escola não é um fenômeno tão novo assim. Desde o século XIX que se tem informações sobre a violência no contexto escolar. Assim, apesar de não ser algo tão contemporâneo, “ela assume formas, que estas sim, são novas” (Charlot, 2002, p. 432). Não há como negar que a violência escolar é um fenômeno antigo.

Trata-se de um problema social que está presente dentro das escolas e se manifesta de diversas maneiras entre todos os envolvidos no processo educativo, inclusive a comunidade. É um tema que vem ganhando maior relevância tanto no meio acadêmico, quanto na sociedade de uma maneira geral. Discussões sobre o assunto, em razão dos inúmeros casos de conflitos, violência física, invasões e ataques contra sujeitos no ambiente escolar, vêm aumentando nos últimos anos e, conseqüentemente, há maior repercussão e divulgação nos diversos meios de comunicação, provocando grande preocupação para toda comunidade escolar diretamente envolvida e para a sociedade.

A violência escolar pode ser definida como toda ação ou omissão que cause ou vise causar dano à escola, à comunidade escolar ou a algum de seus membros (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2019). Essa violência se manifesta de diferentes formas, por diferentes atores, atinge a todos e ocorre dentro e fora dos muros da escola. Quando se fala de violência na escola, o termo abrange um conjunto de práticas de agressão física, verbal, psicológica e sexual, além de atos de depredação de patrimônio (Albuquerque; Williams, 2015; Williams; Stelko-Pereira, 2013). De acordo com as autoras Abramovay e Rua (2003), a violência escolar é um fenômeno antigo em todo problema social e pode ocorrer, conforme já classificado pela ciência e adotado pelo senso comum, como indisciplina, delinquência, problemas de relação professor-aluno ou mesmo aluno-aluno.

Da mesma forma que é difícil obter um consenso sobre o conceito de violência, a mesma coisa ocorre ao tentar definir o conceito de violência escolar, pois envolvem inúmeros fatores que precisam ser analisados, como as questões culturais e processos históricos de determinada sociedade, questões individuais, entre outros, que tornam a definição deste conceito muito complexa. Embora não seja um problema recente, a violência escolar vem se apresentando de diferentes formas: agressões físicas, estupros, uso de armas brancas, como facas e até mesmo armas de fogo, além disso, está ocorrendo com maior frequência nos últimos anos, o que vem provocando constante preocupação aos envolvidos e à população. Pesquisar esse tema é no mínimo uma necessidade profissional, porque a violência nas escolas não é um fenômeno recente, mas extremamente preocupante (Abramovay, 2002).

Além dos inúmeros ataques ocorridos em escolas públicas brasileiras, como em Realengo (RJ), em 2011 e Suzano (SP), em 2019, casos violentos estão se tornando recorrentes, como o que aconteceu em uma escola estadual em São Paulo em 2023, que resultou na morte de uma professora. Com isso, a preocupação da comunidade escolar, da sociedade e do meio acadêmico vem aumentando, e pesquisas sobre o tema se fazem necessárias para compreendermos e buscarmos amenizar os diferentes tipos de violência nas instituições de

ensino. A violência escolar é um assunto muito complexo. É preciso compreender as causas, o que leva determinado indivíduo a cometer uma ação ou um ato violento contra uma outra pessoa dentro da escola ou contra a própria instituição, sendo que, ora esse indivíduo é o agressor, o causador do conflito, ora ele é vítima; ou seja, o indivíduo que sofre a violência, também pode vir a praticá-la.

Pode-se distinguir a violência escolar de três maneiras, segundo Priotto e Boneti (2009): a violência na escola, a violência da escola e a violência contra a escola. De forma bem objetiva, podemos compreender a violência na escola quando ela ocorre no espaço escolar e está relacionada às atividades da instituição de ensino; já a violência da escola é quando a instituição pratica alguma ação que prejudica qualquer um de seus membros, como o fracasso escolar, falta de interesse de estudar e permanecer na escola, a desvalorização, entre outros fatores; a violência contra a escola pode ser representada através de atos de vandalismo, destruição e roubo do patrimônio escolar. Tais atos podem ser cometidos por desconhecidos, pessoas da comunidade e até mesmo por próprios membros da escola.

A violência na escola ocorre no espaço da instituição e envolve seus atores, por exemplo, no caso de uma briga em sala ou no pátio, uma ofensa verbal, como xingamentos, agressão de um aluno ao professor, ou seja, relaciona-se diretamente às atividades desenvolvidas no espaço escolar. A violência da escola ocorre quando a instituição afeta, causa algum dano ou prejuízo aos seus membros. O professor chamar atenção de forma abrupta, expor e humilhar o aluno, proibi-lo de expressar sua opinião, se negar a explicar o conteúdo, são alguns exemplos de violência da escola.

A violência simbólica, conceito de Pierre Bourdieu, é muito comum nas instituições de ensino. Consiste num poder não baseado na coação física, mas que pode provocar danos morais e psicológicos aos estudantes. Este tipo de violência pode ocorrer de diversas formas: como o abuso de autoridade do professor em sala de aula, autoritarismo do professor e/ou direção, a falta de diálogo, o silenciamento do estudante por parte da escola, o fracasso e a evasão escolar, a desvalorização dos profissionais da educação, entre outros. Já a violência contra a escola consiste em atos realizados por pessoas de fora da instituição ou até mesmo por seus próprios integrantes, como a prática do vandalismo, a destruição do patrimônio, pichações, incêndios criminosos, roubo de materiais e equipamentos, entre outras ações que causam prejuízos à unidade escolar.

Para Charlot (2002), a violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar

de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro lugar. A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os estudantes provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos estudantes como injustos ou racistas).

Comparando as definições sobre a violência na escola, à escola e contra a escola de Priotto e Charlot, nota-se diferenças conceituais entre os autores a respeito do assunto, apesar de utilizarem os mesmos termos. Isso fica claro nos exemplos mencionados por cada autor. Ambos são referências na temática sobre violência escolar e são fundamentais para a compreensão do tema.

As formas de violência escolar são diversificadas e envolvem uma série de fatores, com múltiplas facetas. Apesar dos termos variarem de acordo com as ações e autores em diferentes países, Charlot (2002) apresenta uma contribuição na conceitualização de violência escolar, que classifica o conceito em três níveis: a) violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos; b) incivildades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito; c) violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos.

Os impactos da violência escolar são intensos e traumatizantes, podendo acompanhar suas vítimas durante um longo tempo de sua vida, mesmo após o término dos estudos e sua saída da escola. São comuns os impactos psicológicos e psiquiátricos resultantes da vitimização, como depressão, sintomas psicossomáticos, ideação suicida, ansiedade, problemas de desempenho acadêmico e agressividade (Severini; Firpo, 2009; Sousa; Stelko-Pereira, 2016; Valle *et al.*, 2015). Também é comum que vítimas de violência escolar, a depender da gravidade, apresentem sintomas de estresse pós-traumático (Albuquerque; Williams, 2015). Muitos estudantes, ao sentirem-se violentados pela agressão física ou verbal, pela exclusão, pela indiferença e humilhação, começam a sofrer diversas consequências em sua saúde física e mental, como a tristeza, a angústia, a falta de interesse pela escola, a queda no rendimento escolar, a perda de apetite, a automutilação e até mesmo a tentativa de suicídio.

Abramovay e Rua (2003, p. 63) verificam que

muitos jovens são vítimas ou agentes da violência, entretanto, mesmo os que não se envolveram diretamente, relataram inúmeros casos dos quais tomaram conhecimento ou presenciaram no espaço escolar. Essa proximidade contribui para banalizar o comportamento violento [...]. A gratuidade da violência para eles é uma realidade, e o medo é comum em suas falas.

Essas ações passaram a ser banalizadas, se encaixando no conceito de Arendt (1963) de “banalidade do mal”, ou seja, atos tratados como naturais que, por vezes, passam despercebidos em nosso cotidiano, por já se tratar de situações corriqueiras, que agredem necessariamente o físico, enquadrando-se no conceito de violência simbólica de Bourdieu (1989), em que a violência é psicológica, sendo aquilo que machuca sem tocar (Barbieri; Santos; Avelino, 2021).

Alguns estudantes naturalizam tanto a violência que às vezes eles próprios não enxergam a violência de seus atos ou palavras em relação aos colegas de turma, ao professor ou com a escola de um modo geral. Acham que suas atitudes são normais, que fazem parte do cotidiano, que são “brincadeiras”. Isso prejudica a harmonia, o convívio e a boa relação entre os alunos e professores, prejudicando a aula e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem, além de agredir de alguma forma o outro, tornando a escola um ambiente hostil.

Para Abramovay (2015), a escola é um local onde os alunos são obrigados a conviver todos os dias, obedecendo aos horários, normas e regras. Estes são alguns mecanismos de controle utilizados, mas que não apresentam resultado a longo prazo, pois não minimizam o mau comportamento dos alunos. Desta maneira, os estudantes irão encontrar outros meios de provocar as agressões físicas, xingamentos, intimidações, indisciplinas, incivildades e o *bullying*, descobrindo brechas nas regras impostas ou simplesmente quebrando-as, afetando a aprendizagem e a vida pessoal de todos os submetidos.

É interessante notar que, mesmo que as questões sobre violência na escola sejam constantemente discutidas pelo debate público, são poucos os estudos que a contemplam de maneira mais completa no Brasil, e menor ainda é a quantidade de publicações a respeito de intervenções buscando sua diminuição e prevenção (Sposito, 2001).

Não podemos analisar a violência escolar de forma isolada, sem levar em consideração diversos fatores, como o contexto familiar e social. É um problema que pode ocorrer de diversas formas e acaba afetando a qualidade de vida pessoal de todos, tanto os indivíduos pertencentes à escola, quanto os de fora dela, ocasionando diversos males físicos e psicológicos. Uma das principais causas da violência nas escolas são reproduções de ambientes violentos, como discussões e agressões físicas na família; ausência dos responsáveis; falta de políticas públicas;

violência no bairro, principalmente se este for marcado pela presença do tráfico e do crime organizado onde os confrontos são constantes, entre outros.

[...] A instituição escolar tem sido afetada pelo contexto social no qual está inserida. A instabilidade social, a insegurança, o tráfico de drogas, a falta de perspectiva de um futuro próspero, a falta de investimento nas escolas públicas, a ausência de projetos pedagógicos capazes de absorver a nova realidade escolar, o tamanho das escolas, o número de alunos e as experiências vivenciadas por estes fora da escola foram os principais fatores apontados no desencadeamento da violência dentro das instituições (Sposito, 2001).

Ao falarmos sobre violência escolar, é importante termos ciência da diferença entre os termos agressividade, incivilidade, crime e violência. A agressividade é o comportamento no qual o indivíduo que é vítima de violência constante tem dificuldade de se relacionar com o próximo e de estabelecer limites porque às vezes não foram construídos no âmbito familiar. O sujeito agressivo tem atitudes agressivas para se defender, sendo reflexo do contexto familiar e social em que vive, onde reproduz o que vê e o que sofre. A agressividade é um comportamento hostil, que está associado a uma predisposição para ser combativo. É uma forma de direcionar a energia assumindo uma atitude que busca autoafirmação e/ou autoproteção. O indivíduo agressivo possui “os padrões de educação contrários às normas de convivência e respeito para com o outro” (Abramovay; Rua, 2002). Todos os seres humanos trazem consigo um impulso agressivo, é algo natural, porém, precisamos desenvolver o autocontrole e canalizar essa energia em algo positivo e construtivo para evitarmos atos violentos e consequências mais graves.

Uma das principais reclamações de professores em relação às suas práticas na sala de aula é a questão da indisciplina dos estudantes. Esta indisciplina se materializa, por exemplo, em desordens na aula, ofensas verbais e atitudes grosseiras com colegas ou com o professor, ou seja, atitudes consideradas como falta de respeito. O teórico francês Bernard Charlot denomina esse tipo de “indisciplina”, como incivilidade. De acordo com Charlot (2002, p. 437), as incivildades se referem a condutas que se contrapõem às regras da boa convivência.

As incivildades englobam comportamentos desafiantes que rompem regras e esquemas da vida social, sejam tácitos ou explicitados contratos sociais. Mas as chamadas incivildades não rompem, necessariamente, com acordos, regras e esquemas pedagógicos. Antes, rompem com expectativas do que pode estar tacitamente esperado como boa conduta social. Destaca-se entre as incivildades reportadas nas queixas usuais dos professores, a falta de respeito. Essa alegação, em particular, sugere a ocorrência em sala de aula, de práticas de incivilidade na forma de insensibilidade aos direitos de cada um de ser respeitado como pessoa (Garcia, 2006, p. 4). As incivildades mais inofensivas parecem ameaças contra a ordem estabelecida

transgredindo códigos elementares da vida em sociedade, o código de boas maneiras. Elas podem ser barulho, sujeira, impolidez, tudo que causa desordem (Debarbieux *apud* Laterman, 2000, p. 37). As incivildades no espaço escolar, ao não serem percebidas e repreendidas, podem vir a se tornar atos violentos, com sérias consequências à integridade física e psicológica dos sujeitos e até mesmo a ocorrência de um crime.

O termo crime é uma tipificação social e, portanto, definido socialmente. É uma rotulação atribuída a alguém que fez o que reprovamos. “Não reprovamos o ato porque é criminoso. É criminoso porque o reprovamos” (Durkheim, 1999). O crime ou delito é considerado uma violação de uma norma penal, ou seja, é uma ação praticada por um indivíduo que vai contra a lei estabelecida e por isso recebe uma punição. Já a violência pode ser também “uma reação consequente a um sentimento de ameaça ou de falência da capacidade psíquica em suportar o conjunto de pressões internas e externas a que está submetida” (Levinsky, 1995).

Após os inúmeros ataques em escolas públicas e privadas de nosso país nos últimos anos, não se pode fechar os olhos para a questão da violência escolar, um problema muito sério, que vem ocorrendo com maior frequência e de diferentes formas, colocando vidas de professores, estudantes e toda comunidade escolar em risco. Estes conflitos e os tipos de violência presentes nas escolas precisam ser enfrentados, debatidos, pesquisados, analisados e compreendidos no intuito de reduzi-los. É preciso diálogo e pesquisa sobre essa temática, pois a violência ocorre de múltiplas maneiras e a escola sendo um espaço que reflete a sociedade que vivemos, torna-se locus de conflitos e violências envolvendo seus sujeitos.

A escola é um espaço de socialização e de conhecimento, apesar de expressar em seu território a violência oriunda da sociedade, principalmente a do contexto social em que está inserida, ainda mais quando está localizada em área deflagrada pelo crime organizado e pelo tráfico de drogas. Alguns acham que a escola é o espaço do saber, da sociabilidade, da construção de uma cultura de paz, já outros acham que ela é fonte responsável pela produção e reprodução dessa violência. Na verdade, toda comunidade escolar (discentes, docentes, gestão, responsáveis) pode ser percebida como sujeitos e objetos dessa violência que se materializa no interior da escola.

Segundo Colombier, Mangel e Perdriault (1989), os principais tipos de violência praticados dentro da escola são: a) violência contra o patrimônio – é a violência praticada contra a parte física da escola. “É contra a própria construção que se voltam os pré-adolescentes e os adolescentes, obrigados que são a passar neste local oito ou nove horas por dia”.; b) violência doméstica – é a violência praticada por familiares ou pessoas ligadas diretamente ao convívio diário do estudante, tornando-o uma vítima; c) violência simbólica – é a violência que a escola

exerce sobre o estudante quando o anula a capacidade de pensar e torna-o um ser capaz somente de reproduzir. É um tipo de violência que afeta sem a utilização da força física. Ela tira a autonomia e o senso crítico do indivíduo, baseada na reprodução e não na construção de conhecimento.

A violência simbólica é a mais difícil de ser percebida... porque é exercida pela sociedade quando esta não é capaz de encaminhar seus jovens ao mercado de trabalho, quando não lhes oferece oportunidades para o desenvolvimento da criatividade e de atividades de lazer; quando as escolas impõem conteúdos destituídos de interesse e de significado para a vida dos alunos; ou quando os professores se recusam a proporcionar explicações suficientes, abandonando os estudantes à sua própria sorte, desvalorizando-os com palavras e atitudes de desmerecimento (Abramovay; Rua, 2002, p. 335);

Por fim, d) violência física – é a violência que consiste em “Brigar, bater, matar, suicidar, estuprar, roubar, assaltar, tiroteio, espancar, pancadaria, pessoa sangrando, ter guerra com alguém, andar armado e, também participar das atividades de gangues” (Abramovay *et al.*, 1999).

A violência escolar ocorre devido a diversas causas. São vários fatores que influenciam na manifestação desse fenômeno. Para Krug *et al.* (2002), dentre os principais que estão relacionados à ocorrência da violência no espaço escolar destacam-se: a) fatores individuais: impulsividade, baixa autoestima e uso de álcool e/ou outras drogas; b) fatores familiares: cuidados parentais deficitários, baixa coesão familiar e violência intrafamiliar; c) fatores escolares: estrutura escolar precária, ausência de regras de convivência claras e práticas pedagógicas abusivas; d) fatores sociais: desigualdade social, cultura patriarcal, sexismo, racismo e individualismo. A desigualdade social é um fator relevante que leva adolescentes e jovens a cometerem atos violentos, porém não podemos ter um olhar estereotipado e associar a pobreza à violência, nem criminalizar os territórios periféricos, pois não é uma única causa, mas sim um conjunto de fatores que contribuem com episódios de violência.

Essa violência no ambiente escolar é reflexo da vida social, onde as pessoas utilizam de ações violentas como a única forma para a resolução de problemas, ignorando o diálogo e o respeito entre as partes. Conflitos e divergências de opiniões são comuns na sociedade, porém o uso da violência deve ser superado, pois a prática da mesma gera um círculo vicioso. Lembrando a ilustre frase do Profeta Gentileza: “*gentileza gera gentileza*”. Muitos estudantes normalizaram e banalizaram a violência, fazendo com que estes sujeitos não percebam a violência como algo negativo e que estão a praticando no seu dia a dia na escola, são atitude

violentas que foram normalizadas, reflexo da vida cotidiana, de uma sociedade cada vez mais violenta e indiferente ao próximo.

As diferentes formas que a violência se apresenta provocam sérias consequências, tanto para os que foram vítimas, quanto para os autores. Em muitos casos, o estudante, ora é vítima da violência escolar, ora é o agressor. Além de afetar o processo de ensino-aprendizagem e a convivência nas escolas, a violência escolar compromete a saúde e o bem-estar dos indivíduos (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2019). Os impactos da violência são intensos e podem acompanhar suas vítimas por toda a vida, mesmo já fora da escola. Alguns exemplos de como a violência abala a vida do sujeito que é vítima desse fenômeno são: tristeza, depressão, síndrome do pânico, crise de ansiedade, estresse, automutilação, falta de interesse pelo estudo, fracasso e evasão escolar, além de consequências ainda mais graves, como ataques armados a escolas e a prática do suicídio. São comuns os impactos psicológicos e psiquiátricos resultantes da vitimização, como depressão, sintomas psicossomáticos, ideação suicida ansiedade, problemas no desempenho acadêmico e agressividade (Severini; Firpo, 2009; Sousa; Stelko-Pereira, 2016; Valle *et al.*, 2015).

1.3 Casos de ataques em escolas brasileiras

A violência escolar no Brasil é um fenômeno multifacetado que envolve agressões físicas, verbais e psicológicas, entre estudantes e entre estudantes e professores. Esse problema é influenciado por diversos fatores sociais, econômicos e culturais, e suas consequências são graves, afetando o ambiente de aprendizado, a saúde mental dos envolvidos e a qualidade da educação. Diversos casos de violência escolar no Brasil ganharam notoriedade na mídia, destacando a gravidade do problema. Estatísticas mostram que a violência nas escolas brasileiras é uma preocupação crescente, com muitos alunos relatando terem sido vítimas ou testemunhas de agressões.

O “Massacre de Realengo”, ocorrido em 7 de abril de 2011, foi um dos episódios mais trágicos de violência escolar no Brasil. O evento aconteceu na Escola Municipal Tasso da Silveira, localizada no bairro de Realengo, na zona oeste do Rio de Janeiro. Wellington Menezes de Oliveira, ex-aluno da escola, entrou no prédio armado e disparou contra estudantes, matando 12 crianças e ferindo outras 12 antes de se suicidar ao ser confrontado pela polícia. Investigações posteriores revelaram que Wellington sofria de problemas mentais e possuía um histórico de isolamento social. Ele havia sido vítima de *bullying* durante sua época de estudante na mesma escola.

O incidente trouxe à tona debates sobre segurança escolar, saúde mental e controle de armas no país. Como resposta imediata, medidas de segurança foram reforçadas em escolas de todo o Brasil. O governo e várias entidades começaram a discutir e implementar políticas para prevenir futuros ataques, incluindo maior controle sobre a venda de armas e munições, além de programas voltados para a identificação e apoio a estudantes com problemas psicológicos. O Massacre de Realengo deixou uma marca profunda na sociedade brasileira, destacando a necessidade de melhorias na segurança escolar e na assistência psicossocial a jovens vulneráveis. A tragédia também ressaltou a importância de ações coordenadas entre escolas, famílias e governo para identificar sinais de violência e prevenir novos incidentes. Inclusive, este acontecimento na escola em Realengo foi escolhido como início do marco temporal do desenvolvimento da minha pesquisa sobre a violência escolar e a prática do *bullying* (2011-2023).

No dia 13 de março de 2019 ocorreu o ataque à Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano, São Paulo. Este foi mais um dos episódios violentos e trágicos envolvendo escolas no Brasil. O ataque foi perpetrado por dois ex-alunos, Guilherme Tauci Monteiro e Luiz Henrique de Castro, que invadiram a escola armados e mataram oito pessoas antes de se suicidarem. Entre as vítimas fatais estavam cinco estudantes e dois funcionários. Investigações indicaram que os autores tinham interesse por temas violentos e planejavam o ataque há mais de um ano. Um deles havia deixado a escola recentemente devido a problemas de indisciplina e era conhecido por seu comportamento agressivo; já o outro era mais reservado, porém também demonstrava comportamentos perturbadores.

O ataque em Suzano causou grande comoção em todo o Brasil, sendo amplamente coberto pela mídia nacional e internacional. Em resposta ao ataque, medidas de segurança foram intensificadas nas escolas de São Paulo e de outros estados. Houve um aumento no debate sobre o controle de armas, a segurança escolar e a necessidade de programas mais robustos de apoio psicológico para jovens. A tragédia ressaltou a importância de uma abordagem multidisciplinar para prevenir tais incidentes, incluindo a identificação precoce de sinais de comportamento violento, o fortalecimento das medidas de segurança nas escolas e o suporte psicológico adequado para estudantes na busca de promover um ambiente de aprendizado seguro e acolhedor para os estudantes funcionários e toda comunidade escolar.

Contabilizando de fevereiro a outubro de 2023, o Brasil registrou nove ataques em escolas. Em geral, os crimes são cometidos por homens, adolescentes ou adultos. Os autores normalmente são alunos ou ex-alunos das instituições de ensino e apresentam um histórico de terem sido vítimas de *bullying*.

No dia 13 de fevereiro, um jovem de 17 anos foi apreendido depois de atirar bombas caseiras do tipo coquetel molotov em duas escolas que funcionam no mesmo prédio, em Monte Mor, no interior de São Paulo. Dois artefatos explodiram depois de atingir a grade de entrada do prédio, mas ninguém ficou ferido.

Em 27 de março, um adolescente de 13 anos esfaqueou quatro professoras e um aluno dentro da Escola Estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, na zona oeste da capital paulista. Uma professora, de 71 anos, infelizmente faleceu.

No dia 5 de abril, um ataque em uma creche, em Blumenau, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, deixou quatro crianças mortas. As vítimas foram três meninos e uma menina, de 4 a 7 anos. O agressor, um homem de 25 anos, pulou o muro e atingiu as vítimas de forma aleatória. O caso provocou grande comoção em todo país.

No dia 12 de abril, um aluno do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Isaac de Alcântara, na zona rural de Farias Brito, no interior do Ceará, entrou em uma classe de alunos menores, do 4º ano, e feriu duas alunas. Felizmente, ninguém morreu neste ataque.

Dois estudantes e uma professora ficaram feridos após um aluno promover um ataque à escola Instituto Adventista de Manaus (IAM) na capital amazonense, no dia 10 de abril. O agressor, um adolescente que não teve a identidade revelada, foi apreendido com armas brancas e um coquetel molotov.

Em 11 de abril, um estudante de 13 anos entrou armado com uma faca na Escola Estadual Doutor Marcos Aurélio, onde estudava, e usou a arma para ferir duas estudantes. O crime aconteceu em Santa Tereza de Goiás, região norte do estado. O agressor foi contido por uma professora, que não ficou ferida. As duas alunas feridas foram levadas para um hospital com ferimentos leves. O adolescente foi apreendido.

Em 19 de junho, um ex-aluno entrou armado no Colégio Estadual Professora Helena Kolody, em Cambé, no Paraná alegando que solicitaria o seu histórico escolar, e matou dois estudantes a tiros. O agressor foi imobilizado por um professor e, posteriormente, detido.

No dia 10 de outubro, um ex-aluno de 14 anos da escola particular Dom Bosco, de Poços de Caldas, em Minas Gerais, cometeu um ataque com faca na instituição. Três estudantes ficaram feridos e um, também de 14 anos, morreu. O adolescente agressor foi detido pela polícia.

Em 23 de outubro, uma pessoa cometeu um ataque a tiros na Escola Estadual Sapopemba, na zona leste de São Paulo, deixando uma estudante morta – ela foi socorrida e levada a um hospital após ser baleada, mas não resistiu – e outros três estudantes feridos. O agressor foi detido e encaminhado à delegacia.

A violência escolar no Brasil é um problema complexo e abrangente, manifestando-se em diversas formas. Fatores como desigualdade social, falta de estrutura escolar, influências familiares e comunitárias, além da cultura de violência, contribuem para sua ocorrência. As consequências incluem prejuízos ao aprendizado, saúde mental dos envolvidos, aumento da evasão escolar e deterioração do ambiente educativo. Para a prevenção e o combate à violência escolar e ao *bullying*, são necessárias medidas como programas de mediação de conflitos, educação emocional, capacitação de professores, parcerias com a comunidade e políticas públicas efetivas. Abordagens integradas e multidisciplinares são essenciais para promover um ambiente escolar seguro e saudável. Ao adotar uma abordagem integrada e proativa, as escolas podem criar um ambiente acolhedor, promovendo o bem-estar de todos os estudantes e garantindo que o aprendizado ocorra de maneira positiva e sem interrupções causadas pela violência e pelo *bullying*.

1.4 A questão do *bullying*

Dentro dos escopos das diversas modalidades de violências escolares, esta pesquisa se interessa especificamente pelas práticas de *bullying* na Educação Básica, numa escola pública em contexto de periferia na cidade do Rio de Janeiro. O autor utilizado como referencial teórico fundamental no estudo sobre o conceito de *bullying* nesta pesquisa é Dan Olweus, psicólogo sueco reconhecido internacionalmente pela comunidade científica como o pioneiro e fundador da pesquisa sobre problemas relacionados à prática do *bullying*.

A violência no espaço escolar pode ocorrer de diversas formas (verbal, física, psicológica e institucional), se expressando através da discriminação em seus diferentes aspectos (o biotipo, a questão socioeconômica, o racismo, a intolerância religiosa, a homofobia, entre outros) e também pela ocorrência da prática do *bullying*, que é um tipo específico de violência escolar, sendo objeto de estudo desta pesquisa.

As primeiras conceituações desenvolvidas internacionalmente sobre a temática do *bullying* remontam do final da década de 1970, com o conceito de *bullying* sistematizado por Dan Olweus. Segundo Olweus (2004), o conceito de *bullying* se refere a uma forma de violência em que estudantes são expostos repetidamente e durante um tempo específico, as ações negativas de um ou mais estudantes, envolvendo relações assimétricas de poder. “A palavra *bullying* deriva do inglês *bully*, que apresenta duas definições; como substantivo o termo *bully* significa agressor e como verbo significa intimidar, e o seu derivado *bullying* definido como comportamento agressivo”, conforme descrito por Souza e Almeida (2011,

p. 183). Trata-se de um termo de origem inglesa que significa a ação de um “valentão”, ou seja, indivíduo que consiste em agressões contínuas e repetitivas, com características de perseguição contra a vítima. Segundo Eckert (2010), as expressões *bully* e *bullying* podem ser traduzidas em “valentão” e “intimidação”, respectivamente. Faustino e Oliveira (2008) afirmam que tal palavra tem origem inglesa e expressa o desejo consciente de colocar outrem em situação de vulnerabilidade.

O *bullying* é um fenômeno específico do espaço escolar e se caracteriza por atos de violência física ou verbal, que ocorrem de forma repetitiva e intencional contra uma ou mais vítimas. Embora os estudos sobre o *bullying* escolar no Brasil sejam recentes, o fenômeno é antigo e preocupante, sobretudo em função de seus efeitos nocivos (Lopes, 2005; Trevisol; Dresch, 2011). A primeira publicação de artigo sobre *bullying* escolar no Brasil foi de Lopes (2005) e, nos últimos anos, as pesquisas e as publicações sobre o tema vem aumentando e ganhando destaque no meio acadêmico. O *bullying* desperta o interesse de diferentes áreas de conhecimento, como a Psicologia, o Direito, a Pedagogia, entre outras, que pesquisam o assunto a partir de diferentes métodos e objetivos. Por ser um tema complexo e de grande relevância para a educação e pra sociedade em geral, é necessário que se faça pesquisa e discussões sobre as causas e consequências deste tipo de violência ouvindo todos os atores envolvidos no intuito de amenizar tal fenômeno. Segundo Malta *et al.* (2010), é importante estudar sobre o *bullying*, devido à proporção atingida em escolas brasileiras, públicas e privadas, como espaços para a reprodução de violência.

Antes de nos aprofundarmos sobre o tema, é necessário compreendermos as diferentes definições de autores que pesquisam sobre o *bullying*, que será de grande valia na contribuição teórica e na associação com os casos que ocorrem no cotidiano das escolas em nosso país.

A violência presente nas escolas, caracterizada por atos de incivilidade, humilhações e agressões físicas, tornou-se uma ameaça diária à integridade física e psíquica dos jovens (Chaves, 2006). De forma mais detalhada, Lima (2001, p. 61) define o *bullying* como comportamentos agressivos e antissociais ou um conjunto de agressões, intencionais e repetitivas, sem causa aparente, adotado por um ou mais indivíduos. Este fenômeno tem ocorrido frequentemente entre jovens e pode acarretar, ao agredido, um sentimento de dor, angústia, sofrimento e depressão. O *bullying* é um conjunto de atos agressivos realizados por um ou mais agressores. Normalmente a vítima não consegue evitar ou se defender dos ataques, das ofensas e das agressões por vários motivos, como o medo, a baixa autoestima, entre outros fatores. Este tipo de violência ocorre de maneira repetitiva e intencional, querendo causar danos físicos ou psicológicos à vítima.

Weinhold (2000 *apud* Catini, 2004) trata o *bullying* como um comportamento danoso, contínuo por certo tempo, em que a vítima se vê subjugada pela agressora graças ao poder exercido sobre ela, seja de tamanho, força, idade ou gênero. Caracteriza-se por atitudes agressivas intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente contra um ou mais estudantes a fim de causar danos, mas são ignorados ou não valorizados, tanto por professores quanto pelos pais (Lopes Neto, 2005). O *bullying* é um fenômeno social que reflete todo tipo de violência existente na sociedade dentro do espaço escolar. Ficar atento a este assunto é fundamental, pois é uma responsabilidade de todos nós – estudantes, professores, gestores, responsáveis. É imprescindível que percebamos os sinais tanto das vítimas quanto dos agressores para superarmos tais acontecimentos que geram exclusão, dor, sofrimento e até morte.

Peter K. Smith (2002), pesquisador da Universidade de Londres, define *bullying* como um subconjunto de comportamentos agressivos de natureza repetitiva, que se baseia numa relação de poder. Constantini (2004, p. 69) afirma:

[...] o *bullying* não são brigas normais que ocorrem entre estudantes, mas verdadeiros atos de intimidação preconcebidos, ameaças que sistematicamente, com violência, física e psicológica, são repetidamente impostos a indivíduos particularmente mais vulneráveis e incapazes de se defenderem, o que leva a uma condição de sujeição, sofrimento psicológico, isolamento e marginalização.

Farrington (1993, p. 3) também afirma que o *bullying* é uma opressão repetida, de natureza física ou psíquica, de uma pessoa com menos poder por outra com mais poder. Do mesmo modo, Rolim (2008, p.18) define que:

[...] as práticas de *bullying* constituem forma particular de manifestação da violência, marcada pela intencionalidade do autor em produzir o sofrimento, pela repetição das agressões (sejam elas físicas, verbais ou de conduta excludente) e, em regra, pelo desequilíbrio de poder entre agressor e vítima.

Para Fante (2005), o *bullying* é por definição um desejo inconsciente e deliberado de maltratar uma pessoa e colocá-la sob tensão. Por isso, o indivíduo que comete esse ato promove um conjunto de comportamentos agressivos e cruéis, onde os indivíduos mais fortes se divertem às custas de indivíduos mais fracos. Nesse processo, fica evidente uma relação desigual de poder entre o agressor e a vítima. De acordo com Crochik (2016), o *bullying* se define por:

atitudes agressivas e repetitivas durante um período específico sem motivações evidentes ou argumentações que as “justifiquem” (ainda que irracionalmente) contra

alguém que não consegue fazer frente às agressões sofridas, revelando relações de hierarquia em que “o mais forte submete “o mais frágil.

O *bullying* é tipificado como a ação de

intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais (Brasil, 2024).

1.4.1 Os diferentes tipos de *bullying*

Na língua portuguesa, o *bullying* está associado à vitimização entre as partes. Pode ser direto, caracterizado por agressões físicas ou verbais, com apelidos pejorativos, ameaças, acusações e degradação da imagem social; indireto, com o isolamento, indiferença, exclusão por racismo e preconceito com a vítima (Eckert, 2010).

O *bullying* pode se manifestar de diferentes maneiras. Martins (2005) o classifica da seguinte forma: diretos e físicos, que incluem agressões físicas, roubar ou estragar objetos dos colegas, extorsão de dinheiro, forçar comportamentos sexuais, obrigar a realização de atividades servis ou a ameaça desses itens; diretos e verbais, que incluem insultar, apelidar, “tirar sarro”, fazer comentários racistas ou que digam respeito a qualquer diferença no outro; e indiretos, que incluem a exclusão sistemática de uma pessoa, realização de fofocas e boatos, ameaçar de exclusão do grupo com o objetivo de obter algum favorecimento ou de forma geral, manipular a vida social do colega. Lima (2011, p. 62) afirma que há diferentes tipos de *bullying*, sendo eles: verbal (ato de afrontar, atacar com ofensas); físico e material (ato de espancar, chutar, empurrar, roubar objetos da vítima); psicológico (ato de irritar, depreciar, desrespeitar, excluir do grupo, perseguir, desonrar, provocar desavenças ou fofocas); moral (difamar, caluniar e discriminar); sexual (estuprar, assediar, insinuar) e *cyberbullying* (quando tais ações ou comportamentos negativos são desenvolvidos por meio de redes virtuais e do uso de outras tecnologias da informação e da comunicação).

1.4.2 O *cyberbullying*

A palavra *cyberbullying* consiste na junção de duas palavras da língua inglesa: *cyber*, que vem da palavra *cybernetic* (cibernético), que se refere à rede de informação e comunicação, especialmente a internet; e *bullying*, formada a partir da palavra *bully*, que significa “valentão”,

acrescida do sufixo “ing”, que indica continuidade da ação. Compreende-se, então, que o conceito de *cyberbullying* é um termo utilizado para caracterizar a prática agressiva de intimidações e perseguições no ambiente virtual.

O *cyberbullying* é tipificado como a ação de

intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas e materiais por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos online ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real (Brasil, 2024).

[...] O *cyberbullying* pode ser caracterizado como manifestações de agressões, por meio do uso de recursos eletrônicos, como computadores e celulares. Ocorre a partir de atos de violência psicológica e sistemática praticados nas redes sociais, através de postagem de texto, fotos e vídeos que têm a intenção de causar dano a outra pessoa (Flôres *et al.*, 2022, p. 2).

De acordo com Silva (2010, p. 8),

o *cyberbullying* extrapola, em muito, os muros das escolas e expõe a vítima ao escárnio público. Os praticantes desse modo de perversidade se valem do anonimato e, sem nenhum constrangimento, atingem a vítima da forma mais vil possível. Traumas e consequências advindos do *bullying* virtual são dramáticos.

É um fenômeno que tem relação direta com a prática do *bullying*, porém neste caso a agressão não fica restrita ao espaço escolar e é compartilhada através da internet, por sites, e-mails, aplicativos de mensagens, redes sociais e chega para um grande número de pessoas pelos meios virtuais. Trata-se de uma violência que ultrapassa os muros da escola, porém, na maioria dos casos, iniciou como *bullying* dentro da instituição de ensino.

[...] Os jovens cada vez mais são constrangidos, assediados, humilhados, intimidados, ameaçados e difamados por mensagens e fotos postadas na internet. Na internet, a informação, o apelido ou o comentário maldoso passam a ser conhecidos publicamente, dentro e fora da escola, ficando à mercê de dezenas, milhares ou milhões de pessoas que não conhecem a vítima, o que confere mais poder ao agressor. Outro ponto sobre isso é o fato de que a agressão se dissemina na rede rapidamente. A vítima fica sem saber ao certo como se defender, de quem se defender, quando e onde será atacada. Essa sensação de impotência e insegurança amplia a possibilidade de dano, seja ele moral, psicológico, social, material ou outro (Rossato; Rossato, 2013, p. 49-50).

Com o avanço da tecnologia, o *cyberbullying* se tornou um fenômeno bastante frequente na população infanto-juvenil, em decorrência do crescente uso da internet (Wendt; Lisboa, 2014). Trata-se da extensão da prática do *bullying* no ambiente físico da escola para o plano

virtual das redes sociais, com o advento e o uso da internet, principalmente pela população mais jovem. Este fenômeno ultrapassa qualquer barreira física, extrapolando os muros da escola, tirando da vítima a possibilidade de evitar esse tipo de ataque que ocorre principalmente pelo uso das redes sociais e dos aplicativos de mensagens, através de textos, fotos, vídeos, montagens, dentre outras maneiras. Algumas ações consideradas como *cyberbullying* são: divulgação de montagens, fotos e/ou vídeos constrangedores, divulgação de fotos e vídeos íntimos, elaboração e divulgação de textos com críticas desrespeitosas sobre a condição física da pessoa ou ataques virtuais pela orientação sexual ou pela profissão de fé do outro. Os indivíduos agressores que realizam esses ataques virtuais utilizam de perfis falsos (*fakes*), achando que estão protegidos em relação à sua identidade e por não terem coragem de falar e encarar sua vítima de forma direta e transparente. Tais ações são típicas do chamado *hater*, outra palavra da língua inglesa que significa “aquele que odeia”. São pessoas que disseminam o ódio no ambiente virtual, atacam outras pessoas com ofensas e humilhações, de forma sistemática. Realizam ataques gratuitos que propagam um discurso de ódio nas redes, no intuito de humilhar e diminuir o outro. Infelizmente, um mal na sociedade contemporânea caracterizada pelo avanço da tecnologia de informação.

A internet não é “terra de ninguém” ou “terra sem lei” onde tudo pode postar, falar e digitar. Apesar da sensação de sigilo e impunidade em que o agressor acredita estar protegido, ele está cometendo crime e pode ser punido por isso. O *cyberbullying* é passível de punição por meio do Código Penal quando configura o crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria – artigo 138 do Código Penal Brasileiro), crime de injúria racial (ataques racistas – artigo 140 do Código Penal Brasileiro) e exposição de imagens de conteúdo íntimo, erótico ou sexual (artigo 218-C do Código Penal Brasileiro, incluído pela Lei nº 13.718, de 2018).

Tanto o *bullying* quanto o *cyberbullying* são fenômenos que englobam diversas formas de violência, cujo intuito é humilhar a vítima. O primeiro é praticado no espaço físico da escola; o segundo, no espaço do digital em rede. Na maioria dos casos, os insultos e agressões vêm pelo fato do agressor não respeitar e não aceitar as diferenças do outro, ou seja, tudo que foge ao padrão estabelecido, da “normalidade” é atacado de maneira sistemática. São apelidos vexatórios, agressões com base em características físicas, pela sexualidade, pela religião que professa, pelo tipo de vestimenta, pela personalidade, pelo poder aquisitivo, enfim, julgamentos, ofensas e vários tipos de agressões que causam medo, exclusão, dor e sofrimento à vítima, que pode carregar consigo as consequências dessa violência por toda a vida.

1.4.3 Os papéis que os estudantes assumem na prática do *bullying*: autor, vítima e testemunha

Não podemos analisar a prática do *bullying* de forma isolada. Há todo um contexto familiar e social por trás das ações do autor, que, na maioria das vezes vivencia um ambiente familiar violento e conturbado, além de ter uma educação negligente por parte dos responsáveis. Dessa forma, o estudante acaba reproduzindo o que vê, o que vive e o que é ensinado, ou seja, acaba banalizando todo tipo de violência, pois no contexto social em que vive é algo natural, seja no convívio com sua família ou na comunidade em que mora.

Os autores do *bullying* geralmente são mais fortes fisicamente, são vistos como populares no ambiente escolar, apresentam desvios comportamentais, têm dificuldade de respeitar as normas e regras da instituição, costumam ser agressivos com os colegas e até mesmo com os adultos, sentem a necessidade de liderar, controlar e dominar os demais impondo suas vontades, sentem satisfação em humilhar e causar dano ao outro, não apresentam bom rendimento escolar, são indisciplinados, não gostam de estudar e também não gostam da escola, passam por conflitos familiares, possuem maior predisposição ao consumo de tabaco, álcool, drogas ilícitas, porte de armas e até marginalidade. Geralmente, andam em pequenos ou grandes grupos liderados por um que delega “responsabilidades” aos seus seguidores, que se subordinam à liderança por medo ou por satisfação de pertencerem ao grupo dominante (Dawkins, 1995 *apud* Lopes Neto, 2005; Olweus, 1993 *apud* Catini, 2004).

Os principais alvos da prática do *bullying* são estudantes que não se enquadram ao padrão estabelecido pela sociedade, tidos como normais, seja por características físicas, psicológicas, comportamentais, sexuais ou religiosas. Geralmente, o autor do *bullying* procura alguém que seja diferente para ser a sua vítima: pessoas com excesso de peso ou muito magras, pessoas altas demais ou de estatura menor, pessoas que fogem do padrão de beleza imposto pela sociedade ou se for considerada bonita demais, pessoas de uma classe socioeconômica inferior, pessoas negras, homossexuais e transexuais, pessoas com dificuldade de aprendizagem ou aquelas muito estudiosas etc.

Considera-se alvo o aluno que, exposto a ações negativas, constrangedoras e humilhantes durante algum tempo, perpetradas e repetidas de forma intencional, por um ou mais alunos, apresenta dano, ferimentos e incômodo. Geralmente as vítimas são pessoas de comportamento tranquilo, submissas, tímidas e não dispõem de recursos, *status* ou habilidade para reagir às agressões (Lopes Neto, 2005). Os alvos também apresentam características como ansiedade, insegurança e dificuldade de relacionamento, costumam se isolar. Em muitos casos, mostram-se com baixa autoestima e depressivos. É interessante que, no caso do *bullying*

escolar, ocorrem situações em que o estudante ora é vítima, ora é agressor e vice-versa, caracterizando a complexidade do tema.

Enquanto a vítima e o autor são os principais protagonistas nesse cenário, as testemunhas da prática do *bullying* também desempenham um papel fundamental. A testemunha é aquele indivíduo que não está diretamente envolvido no ato de *bullying*, mas tem grande importância, uma vez que pode validar e reforçar a prática da violência ou fazer cessar, quando não apoia ou intervém. Essas testemunhas podem ser amigos, colegas de classe ou qualquer outra pessoa presente durante o episódio de *bullying*. As testemunhas desse tipo de violência escolar podem influenciar a intensidade e a duração do comportamento agressivo. Se elas reagem de maneira positiva e solidária em relação à vítima, isso pode desencorajar o autor e criar um ambiente mais seguro para todos. Por outro lado, se as testemunhas reagem com indiferença, risadas ou até mesmo encorajam o comportamento agressivo, isso pode perpetuar o ciclo do *bullying* e tornar a vítima mais vulnerável.

Intervir como testemunha pode ser difícil, especialmente para crianças e adolescentes. Devido ao medo de se tornarem alvo do agressor, sentem-se inseguros para intervir na situação de violência que estão presenciando. No entanto, existem várias estratégias que as testemunhas podem adotar para ajudar a prevenir e interromper a prática do *bullying*, tais como: apoiar a vítima, denunciar os casos de *bullying*, recusar-se a participar, promover a conscientização, entre outras. Se estes indivíduos agirem de maneira positiva e corajosa, podem contribuir para a criação de um ambiente escolar mais seguro e acolhedor para todos. Reconhecer a importância do papel das testemunhas é um passo fundamental na luta contra o *bullying* e na promoção de relacionamentos saudáveis e respeitosos.

1.4.4 As consequências do *bullying*

É muito importante que os professores, a escola e os responsáveis estejam atentos aos sinais que os estudantes vítimas de *bullying* apresentam. São eles: desinteresse pela escola e pelos estudos, queda no desempenho escolar, falta de apetite, isolamento social, tristeza, insônia, dor de cabeça, entre outros. Os responsáveis e a escola devem estar atentos ao comportamento dos estudantes e manter sempre abertos os canais de comunicação com eles. O diálogo continua a ser a melhor arma contra esse tipo de violência, que pode causar efeitos devastadores em crianças e adolescentes por toda a vida.

As consequências do *bullying* escolar são devastadoras e têm efeitos nocivos e duradouros, principalmente na vida das vítimas deste fenômeno. Bandeira e Hutz (2010)

evidenciaram que o *bullying* tem implicações na autoestima de adolescentes. Os primeiros sintomas são o isolamento social, pois se sentem excluídos e não pertencentes a nenhum grupo. É comum ocorrer uma queda no desempenho escolar e na autoestima, a vítima se sente inferior e incapaz, há o desenvolvimento do quadro de depressão, transtorno de ansiedade, síndrome do pânico, o surgimento de doenças psicossomáticas e outros transtornos psíquicos. Quando a vítima não recebe a ajuda adequada de um profissional e não realiza o tratamento necessário, pode agravar o caso e até levar o estudante a cometer o suicídio.

Em relação às decorrências da prática do *bullying*, Fante (2005) concorda e elucida que as consequências desse tipo de agressão afeta a todos os envolvidos e em todos os níveis, mas a vítima é particularmente afetada podendo sofrer esses efeitos negativos fora do período escolar, gerando o desinteresse pela escola, déficit de concentração e aprendizagem, dentre outras consequências que podem levar a evasão escolar. Os traumas do *bullying* podem acompanhar o indivíduo até sua vida adulta, tendo como consequências: dificuldade de manter relacionamentos pessoais; dificuldade na socialização; problema de autoestima baixa; crise de ansiedade; podem até desenvolver vícios, como o consumo excessivo de álcool e uso de drogas ilícitas.

Assim como o *bullying*, o *cyberbullying* também traz sérias consequências para a vida da vítima que podem ser irreversíveis. As consequências dessas ações podem ter uma gravidade intensa, pois a saúde mental dos envolvidos se encontra fragilizada, sendo, muitas vezes, acometidos por tristeza e pensamentos/ações suicidas. A depressão, a fobia social, a ansiedade e a baixa autoestima são outros possíveis efeitos diante da violência do *cyberbullying* (Azevedo; Miranda; Souza, 2012; Schreiber; Antunes, 2015).

Sobre as consequências do *bullying*, Lopes Neto (2005) pontua que as pessoas que sofrem agressão ou *bullying* têm maior tendência a desenvolver depressão e baixa autoestima quando adultos. Também há fortes indícios que as crianças ou adolescentes que praticam o *bullying* tenham forte tendência a tornarem-se adultos com problemas de relacionamentos, antissociais e até desenvolver comportamentos psicóticos e criminosos (Ballone, 2005).

O *bullying* é um fenômeno tão sério e recorrente nas escolas brasileiras, que acabou tornando-se um grande desafio e objeto de estudo em diversas áreas, inclusive na Educação. Trata-se de um problema que atinge toda a sociedade, com sérias consequências, ao ponto de gerar projetos de leis aprovados em nosso país. Estas legislações são resultados da gravidade dos casos de *bullying* no espaço escolar.

As leis *antibullying* desempenham um papel crucial na promoção de ambientes seguros e saudáveis para todos no ambiente escolar, especialmente para crianças e adolescentes. Essas

leis visam prevenir, combater e punir comportamentos de *bullying*, assédio e discriminação, que podem causar danos emocionais, psicológicos e até físicos às vítimas. Geralmente, elas têm como objetivo criar uma cultura de respeito, empatia e tolerância entre os estudantes dentro e fora do espaço escolar, contribuindo para a construção de uma cultura de paz na sociedade. No Brasil, com a ocorrência de ataques violentos nos últimos anos, o enfrentamento à violência escolar tem sido objeto de leis específicas, entre as quais se destacam:

- **Lei nº 13.185/2015:** Institui o programa de combate à intimidação sistemática (*bullying*) em todo território nacional (Brasil, 2015). Considera-se intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.
- **Lei nº 13.277/2016:** Cria o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência na Escola, a ser celebrado, anualmente, no dia 7 de abril (Brasil, 2016).
- **Lei nº 13.663/2018:** Inclui entre as atribuições das escolas a promoção da cultura da paz e de medidas de enfrentamento a todos os tipos de violência (Brasil, 2018). O objetivo é promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas; estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas.
- **Lei nº 14.811/2024:** que criminaliza o *bullying* e o *cyberbullying*, uma das principais motivações para casos de violência na escola e para ataques violentos contra as instituições de ensino. Inclui os crimes de *bullying* e *cyberbullying* no Código Penal Brasileiro. A medida institui a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e amplia a punição de crimes cometidos contra o público infantojuvenil (Brasil, 2024).

Portanto, nessa dissertação, após a conceituação de diversos autores e importantes referências acerca do tema, o *bullying* é caracterizado como um comportamento agressivo e intencional que ocorre repetidamente ao longo do tempo, envolvendo um desequilíbrio de poder ou força entre o autor e a vítima. Ele acontece, principalmente, de duas maneiras no ambiente escolar, como observado no período de campo da atual pesquisa e no questionário aplicado aos estudantes: de forma verbal, com ofensas e xingamentos; e de forma física, com agressões,

como tapas, empurrões, chutes e socos. O *bullying* inclui ações como ameaças, provocações, espalhamento de rumores “fofocas”, e, em casos mais graves, agressões físicas, que colocam em risco a integridade do estudante. É nesta perspectiva de *bullying* construída através de várias referências citadas ao longo do texto, pelo que foi observado e registrado durante a realização do campo e relatado na concepção dos estudantes, que será realizada a análise dos questionários e da entrevista, instrumentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Para professores e para a escola, é essencial entender que o *bullying* pode ter efeitos negativos duradouros sobre as vítimas, afetando seu bem-estar emocional, social e o rendimento escolar. Compreender a violência escolar e a prática do *bullying* é essencial para lidar com seus impactos e desenvolver soluções que sejam eficazes na redução desses problemas que afetam os estudantes e, conseqüentemente, os demais membros da comunidade escolar. Essa pesquisa busca entender essas dinâmicas da violência escolar para auxiliar na identificação dos fatores de risco e sinais precoces. Dessa maneira, irá contribuir na criação de um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os estudantes. Promover uma cultura de respeito às diferenças e inclusão é o primeiro passo para reduzir a violência escolar e a prática do *bullying*.

No atual capítulo foi abordada a questão da violência de uma forma geral na sociedade; os principais tipos de violência escolar; sendo o *bullying* uma forma dela; as definições de *bullying*; os diferentes tipos, suas causas e conseqüências; além de apresentar os casos de ataques em escolas brasileiras que tiveram grande repercussão nacional. Essa discussão se faz necessária para compreender o fenômeno da violência, quais as principais causas e as diferentes formas que ela ocorre no espaço escolar, com o intuito de desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção deste problema. Discutir e compreender a violência escolar é essencial para construir um ambiente de aprendizado seguro e acolhedor. Somente ao reconhecer as causas e dinâmicas desse fenômeno social, é possível implementar ações eficientes que ajudem a reduzir a violência e promover uma convivência saudável no espaço escolar, com respeito, empatia, cooperação e inclusão.

Após a discussão teórico-conceitual sobre a violência escolar, no capítulo 2 será apresentado o campo da pesquisa, ou seja, a descrição da escola, o perfil dos estudantes e a discussão geográfica do bairro onde ela está localizada, Vila Kennedy. Também será abordada a relação da violência contra a escola e as vulnerabilidades sociais, além de retratar a história do bairro, da comunidade e dos sujeitos periféricos que a compõem, terminando com uma discussão teórica sobre o conceito de periferia urbana.

2 A ESCOLA COMO CAMPO DE ESTUDO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR EM CONTEXTO DE PERIFERIA URBANA

Na dissertação em pauta a escolha da escola – *locus* de investigação – foi efetuada considerando-se, sobretudo, os fatores já apresentados na introdução, na justificativa e nos objetivos do presente trabalho. A escola está localizada no bairro da Vila Kennedy, zona oeste do município do Rio de Janeiro e integra a rede pública com oferta de Ensino Fundamental correspondente aos anos finais (turmas do 6º ao 9º ano). Esses critérios foram essenciais, devido à constatação de uma carência de pesquisas sobre a temática da violência escolar e a prática do *bullying* em escolas de Ensino Fundamental da rede municipal do Rio de Janeiro.

O nome fictício escolhido para a instituição de ensino onde a pesquisa foi realizada presta homenagem ao ilustre intelectual negro, geógrafo, professor e um dos maiores pensadores brasileiros: Milton Santos.

Milton Santos (1926-2001) foi um renomado geógrafo brasileiro, amplamente reconhecido por suas contribuições inovadoras ao campo da geografia humana. Nascido em Brotas de Macaúbas, na Bahia, Santos formou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia, mas sua paixão pela Geografia o levou a seguir uma carreira acadêmica nessa área. Reconhecido como um dos principais intelectuais brasileiros do século XX, Milton Santos foi uma figura central na renovação da geografia no Brasil durante a década de 1970. Apesar de sua formação em Direito, ele se destacou por suas contribuições em diversas áreas da Geografia, especialmente nos estudos sobre a urbanização no Terceiro Mundo (países que possuem economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento), o espaço urbano e suas análises sobre o processo de globalização. Sua obra é marcada por uma postura crítica em relação ao sistema capitalista e seus pressupostos teóricos dominantes na geografia de seu tempo.

Milton Santos dedicou uma parte significativa de sua obra ao estudo das periferias urbanas, analisando suas dinâmicas e características dentro do contexto mais amplo da urbanização e do desenvolvimento socioeconômico. Ele entendia as periferias não apenas como áreas marginalizadas, mas como espaços de resistência e criação de novas formas de organização social e econômica. Em seus estudos sobre a urbanização, Santos destacou como o crescimento das cidades brasileiras, especialmente a partir da década de 1970, resultou em uma urbanização desigual. As periferias urbanas surgiram como resultado desse processo, caracterizadas pela falta de infraestrutura e serviços básicos, refletindo as desigualdades sociais e econômicas mais amplas do país. O geógrafo via as periferias como locais de resistência e inovação. Para ele, esses espaços, apesar de sua marginalização, são ricos em formas de

organização comunitária e solidariedade. O autor ressaltava que as periferias não são apenas vítimas das políticas urbanas excludentes, mas também lugares onde novas formas de vida urbana são experimentadas e onde a luta por direitos e inclusão se intensifica. Sua obra proporcionou uma compreensão mais intensa das periferias urbanas, destacando tanto os desafios quanto as potencialidades desses espaços, com a concepção de que a periferia é local de resistência, mobilização social e de novas possibilidades.

Um dos conceitos mais amplamente difundidos e explorados por esse geógrafo foi a ideia de “meio técnico-científico informacional”. Esse conceito descreve a transformação do espaço natural pela ação do ser humano por meio do uso de técnicas, que se expandiram devido ao processo de globalização e à disseminação de novas tecnologias pelo mundo. Milton Santos argumentava que, embora as tecnologias e as técnicas modernas fossem difundidas globalmente, seu acesso e implementação nas periferias eram limitados e desiguais. Isso resultava em um desenvolvimento desigual do espaço urbano, onde as periferias frequentemente ficavam à margem dos avanços tecnológicos e informacionais, dessa forma, reproduzindo desigualdades.

Em uma das suas obras mais difundidas pelo mundo – *Por uma outra globalização* –, Milton Santos dividiu o mundo em “globalização como fábula” (como ela nos é contada), “globalização como perversidade” (como ela realmente acontece, com tantas desigualdades) e “globalização como possibilidade”, explorando a ideia de uma outra globalização, em que o meio técnico-científico-informacional, impulsionado pelas novas tecnologias, contribua com a construção de uma sociedade mais justa.

Nunca, na história da humanidade, houve condições técnicas e científicas tão adequadas a construir um mundo da dignidade humana. Apenas, essas condições foram expropriadas por um punhado de empresas que decidiram construir um mundo perverso. Cabe a nós fazer dessas condições materiais a condição material da produção de uma outra política (Santos, 2000).

Ao longo de sua vida, Santos lecionou em várias universidades ao redor do mundo, incluindo instituições na França, Estados Unidos, Canadá, Tanzânia e Venezuela. Ele também foi autor de mais de 40 livros, que foram publicados não apenas no Brasil, mas também em países como França, Reino Unido, Portugal, Japão e Espanha. Recebeu várias honrarias e títulos acadêmicos ao longo de sua vida. O legado de Milton Santos é imenso, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Ele foi um dos poucos geógrafos a receber o Prêmio Vautrin Lud, considerado o “Nobel da Geografia”. Sua obra continua a ser estudada e reverenciada por geógrafos, urbanistas, sociólogos e outros acadêmicos das ciências sociais.

Além de sua produção acadêmica, Santos também foi um intelectual público ativo, engajando-se em debates sobre política, desenvolvimento e justiça social. Seu trabalho tem sido uma fonte de inspiração para movimentos sociais e para aqueles que lutam por um mundo mais justo e equitativo. Milton Santos nos deixou um grande incentivo, desafiando-nos a repensar o papel da geografia e das ciências sociais na construção de um mundo melhor, na luta contra a exclusão e as desigualdades inerentes ao sistema capitalista. Sua visão crítica e sua dedicação à justiça social continuam a inspirar novas gerações de estudiosos e ativistas no Brasil e no mundo. Milton faleceu no dia 24 de junho de 2001, aos 75 anos, apresentando um quadro grave de insuficiência respiratória aguda. Deixou uma vasta obra, com dezenas de livros e inúmeros artigos. Reverenciar o intelectual negro periférico, Milton Santos e suas obras, é um grito de resistência e liberdade na luta por uma sociedade mais justa, mais humana, sem desigualdades, pois como ele acreditava que um mundo novo possível surgirá das periferias.

Na instituição selecionada, que recebeu o nome fictício de “Escola Municipal Professor Milton Santos”, foram obtidos dados referentes aos aspectos gerais da escola e ao perfil dos sujeitos da pesquisa, através da observação e registros do cotidiano escolar realizados pelo pesquisador por meio de um diário de campo, pela aplicação de um questionário, pois a pesquisa busca investigar a percepção dos estudantes sobre violência escolar, com foco na prática do *bullying*, além de informações do corpo administrativo da escola através da realização de entrevistas.

A escola está localizada no bairro da Vila Kennedy, zona oeste do município do Rio de Janeiro, próxima a uma das principais vias urbanas do país, a avenida Brasil. A instituição possui uma história marcada por seu papel crucial na educação da comunidade local. Foi fundada em 1964, ano da inauguração do conjunto habitacional, para atender à crescente demanda por educação básica na comunidade, a escola se tornou um ponto de referência para famílias da região. A escola foi construída em uma época em que a Vila Kennedy estava em processo de consolidação como um bairro residencial, abrigando famílias que foram reassentadas (removidas) em função de projetos de urbanização da cidade, tendo como característica da política pública deste período, o processo de remoção das favelas. O conjunto habitacional foi construído para receber famílias que foram desenraizadas de favelas da zona sul e norte da cidade do Rio de Janeiro – como o Morro do Pasmado, em Botafogo; a Favela do Esqueleto, no Maracanã; e a Praia do Pinto, na Lagoa. A maioria da população foi levada contra a própria vontade. Com a crescente população do novo conjunto habitacional que surgia, a necessidade de instituições educacionais tornou-se evidente.

A inauguração de uma escola numa área periférica no ano de início da ditadura militar pode ser considerada por diversos aspectos históricos, políticos e sociais. A ditadura militar (1964-1985) foi um período marcado por repressão política, censura e controle ideológico. A inauguração de uma escola pública nesse contexto pode ter implicações significativas, pois o regime utilizava instituições educacionais como meios para disseminar sua ideologia, além de reforçar a ordem estabelecida e a ideia de desenvolvimento e progresso. Por isso, durante este período, tantas escolas, ruas e outros equipamentos públicos receberam nomes de militares. Melo e Toledo (2005) ressaltam que a escola havia se tornado um veículo de disseminação do ideário nacionalista e desenvolvimentista do governo, como um “sustentáculo do regime militar”. Conforme Perucchi (2009), os livros didáticos também retratavam uma visão distorcida da sociedade brasileira, especialmente a partir de 1964, ocultando problemas sociais evidentes e procurando legitimar as ações do governo. Durante o regime militar, houve um esforço para reformar o sistema educacional de modo a alinhar o currículo e as práticas pedagógicas aos interesses ideológicos do governo que destacava o nacionalismo, o anticomunismo e o respeito à autoridade. A educação sob a ditadura militar visava criar cidadãos conformistas, que aceitassem o status quo e não questionassem a autoridade, com isso impactava negativamente a construção de uma formação crítica e cidadã dos estudantes. As escolas inauguradas nesse período operavam dentro de uma cultura de medo e silenciamento, onde discussões sobre democracia, direitos humanos e justiça social eram desencorajadas ou proibidas.

No início, a escola, campo de estudo desta pesquisa, contava com uma infraestrutura básica, com salas de aula simples e recursos limitados. Mesmo assim, a instituição se dedicou a oferecer uma educação de qualidade para os estudantes da comunidade, contando com a dedicação de professores e funcionários que se empenhavam em superar as dificuldades estruturais, além das adversidades fora dos muros da escola, como a violência urbana, presente através do crime organizado, tráfico de drogas, operações policiais, tiroteios, pichações e depredação do patrimônio público. Com o passar dos anos, a instituição passou por diversas melhorias e expansões. Novas salas de aula foram construídas, e a escola ganhou uma biblioteca, um laboratório de informática e uma quadra poliesportiva. Essas melhorias foram fundamentais para oferecer um ambiente mais adequado ao aprendizado e ao desenvolvimento dos estudantes. Atualmente, o espaço físico da escola é composto por 16 salas de aula, uma quadra de esportes, um galpão, um auditório, uma biblioteca e/ou sala de leitura, uma sala de vídeo, um laboratório de informática, um refeitório, sala dos professores, sala da direção, uma secretaria, banheiros feminino e masculino, 3 corredores e os pátios. O prédio escolar foi

construído de forma horizontal e as salas são divididas em três blocos, cada bloco havendo um corredor, que liga as demais instalações da unidade, sendo toda ela coberta por telhado, com exceção dos pátios.

Quadro 1 – Infraestrutura da “Escola Municipal Professor Milton Santos” (dependências)

Salas de aula utilizadas	16 salas
Biblioteca	✓
Biblioteca e/ou Sala de Leitura	✓
Laboratório de Informática	✓
Laboratório de Ciências	
Quadra de esportes coberta	✓
Quadra de esportes descoberta	
Sala/ateliê de artes	
Sala de música/coral	
Sala/estúdio de dança	
Sala multiuso (música, dança e artes)	
Sala para a diretoria	✓
Sala para os professores	✓
Sala de atendimento especial	✓
Auditório	✓
Cozinha	✓
Pátio coberto	
Pátio descoberto	✓
Área Verde	

Fonte: Brasil, 2021.

Recentemente, a escola se tornou um Ginásio Educacional Tecnológico (GET), integrado à 8ª CRE (Coordenadoria Regional de Ensino) da Secretaria Municipal de Educação (SME), órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro responsável por elaborar a política educacional do município do Rio de Janeiro. A criação dos GET é uma política pública implementada durante o terceiro mandato do prefeito Eduardo Paes, considerando a necessidade de introdução de novas metodologias e abordagens educacionais no currículo da rede pública municipal do Rio de Janeiro e a promoção da educação integral. O Ginásio Educacional Tecnológico (GET) segue a abordagem STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática) e investe na qualificação da educação integral, com atividades das 8h às 14h30. Esse modelo educacional, lançado em 2022, tem por objetivo potencializar o desenvolvimento de novas competências e habilidades. Os GET oferecem aos estudantes a possibilidade de realizar projetos de forma

interdisciplinar para além do quadro e do livro didático. As escolas contam com laboratórios *maker*. Tudo para que o estudante consiga desenvolver projetos próprios e aprender de forma prática com a utilização da tecnologia e informática. Esses espaços são projetados para preparar os estudantes para o futuro, fornecendo-lhes habilidades técnicas, pensamento crítico e capacidade de inovação. A ideia é criar um ambiente onde a tecnologia não apenas apoie a educação, mas seja uma parte integral do processo de aprendizagem.

A escola oferta os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) no período de tempo integral, além de possuir o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), no turno da noite, que vai da alfabetização ao 9º ano. A instituição conta com 650 alunos matriculados, aproximadamente, sendo 530 no período de ensino integral (manhã/tarde), distribuídos em 15 turmas; e 120 alunos no período noturno, distribuídos em 4 turmas.

O perfil dos estudantes desta instituição, como de outras escolas públicas localizadas em áreas de periferia, tem algumas características similares. A maioria dos discentes se autodeclara da etnia parda ou negra e pertence a famílias de baixa renda, onde muitas vezes os pais ou responsáveis possuem empregos informais, além de terem baixa escolaridade, fato que pode limitar o apoio educacional em casa. Muitos estudantes já lidam com responsabilidades domésticas, como cuidar de irmãos mais novos, o que pode afetar o tempo disponível para estudar e até mesmo a frequência escolar. Em alguns casos, os estudantes podem ter expectativas limitadas em relação ao futuro, influenciados pela realidade ao seu redor marcada pela violência, pela criminalidade e pelas desigualdades, o que pode afetar sua motivação para se dedicar aos estudos e até causar a evasão escolar. Apesar das dificuldades, muitos estudantes têm o desejo de melhorar de vida e veem a educação como um caminho para alcançar melhores oportunidades.

A escola possui um corpo docente composto por 20 professores das seguintes disciplinas: Português (4 professores), Matemática (3 professores), Ciências (2 professores), História (3 professores), Geografia (2 professores), Inglês (2 professores), Artes (1 professor) e Educação Física (3 professores). Os docentes dessa escola frequentemente participam de programas de formação continuada oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME) através da Escola de Formação Paulo Freire, na modalidade Educação a Distância (EAD). Além do corpo docente, a referida instituição de ensino possui uma coordenadora pedagógica, uma gestão escolar composta por duas diretoras (adjunta e a geral), além de um profissional que exerce a função de apoio à direção, uma inspetora e quatro merendeiras. O grupo de professores, juntamente com a coordenação pedagógica, equipe diretiva e demais funcionários, desempenham um papel crucial no enfrentamento dos desafios educacionais, sociais e

emocionais que os estudantes desta unidade, localizada numa área periférica podem enfrentar, cotidianamente.

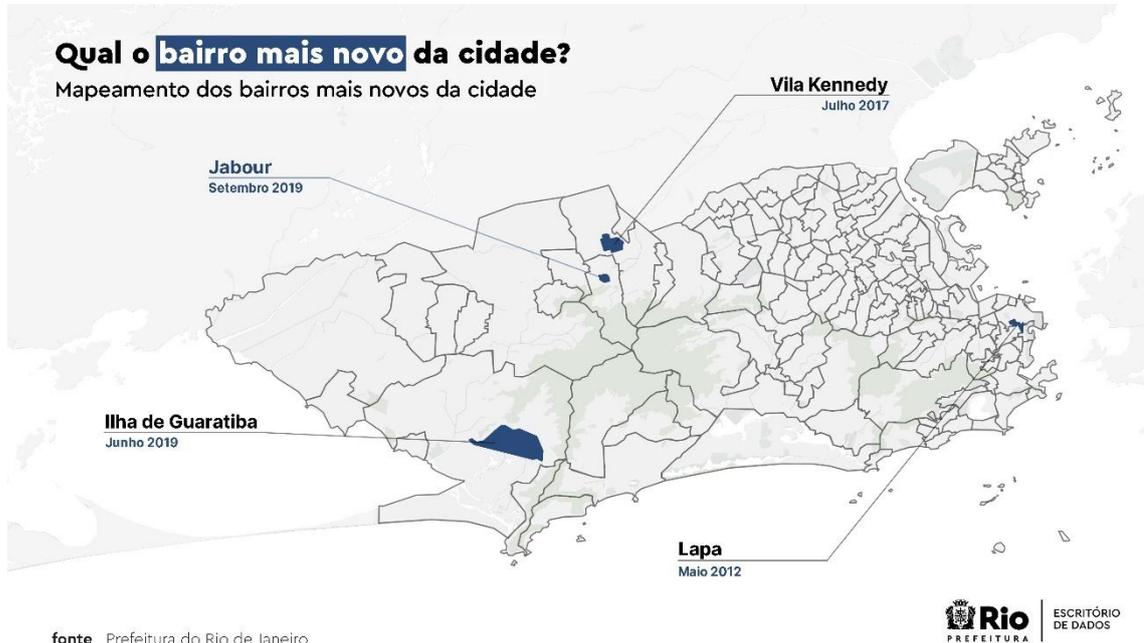
Como muitas escolas públicas em áreas periféricas, a instituição de ensino enfrentou desafios relacionados à infraestrutura, recursos limitados e questões sociais, como a falta de acesso a oportunidades, a desigualdade socioeconômica, os vários tipos de discriminação (gênero/étnica/sexual/religiosa), a insegurança e a violência urbana, são alguns temas sensíveis, que afetam a comunidade escolar e podem se tornar grandes motivadoras de cenários de vulnerabilidade social, impactando negativamente a qualidade de vida das pessoas e exacerbando desigualdades. Essas questões sociais interligadas geram um ciclo de vulnerabilidade que é difícil de romper, pois a escassez de recursos e oportunidades em uma área pode resultar em carências em outras. Para enfrentar esses desafios, é essencial a implementação de políticas públicas que promovam a igualdade, ampliem o acesso a recursos e oportunidades para todos e ofereçam suporte adequado às necessidades particulares da população mais vulnerável.

Problemas como a violência na região, a presença do crime organizado, operações policiais, confrontos com tiroteios intensos e a falta de investimentos contínuos por parte do poder público são desafios que a escola tem enfrentado ao longo dos anos. Apesar das dificuldades, a instituição tem obtido conquistas significativas num período recente. A melhoria nos índices de aprovação em avaliações internas e externas, a participação e o bom desempenho dos estudantes em competições, como as olimpíadas de matemática, a realização de projetos, como feira de ciências e eventos esportivos, como o torneio interclasse, a criação e atuação do Grêmio Estudantil e o aumento do envolvimento dos responsáveis e da comunidade nas atividades escolares são exemplos de resultados positivos alcançados pela escola.

Promover a inclusão e a diversidade continuará a ser uma prioridade em todas as atividades desenvolvidas no espaço escolar, em busca da criação de um ambiente onde todos os estudantes, independentemente de sua origem, etnia, crença, orientação sexual e condições socioeconômicas, possam se desenvolver plenamente e alcançar seu potencial. Nesse sentido, a escola, enquanto instituição formadora, desempenha o papel de contribuir com o desenvolvimento do pensamento crítico do estudante, ensinando-o os conteúdos escolares, além de se posicionar socialmente e politicamente, auxiliando também a desenvolver habilidades socioemocionais. Trata-se de um espaço que proporcione ao estudante a capacidade de desenvolver suas percepções de mundo e compreender a sociedade que está inserido.

2.1 Contexto histórico do bairro Vila Kennedy

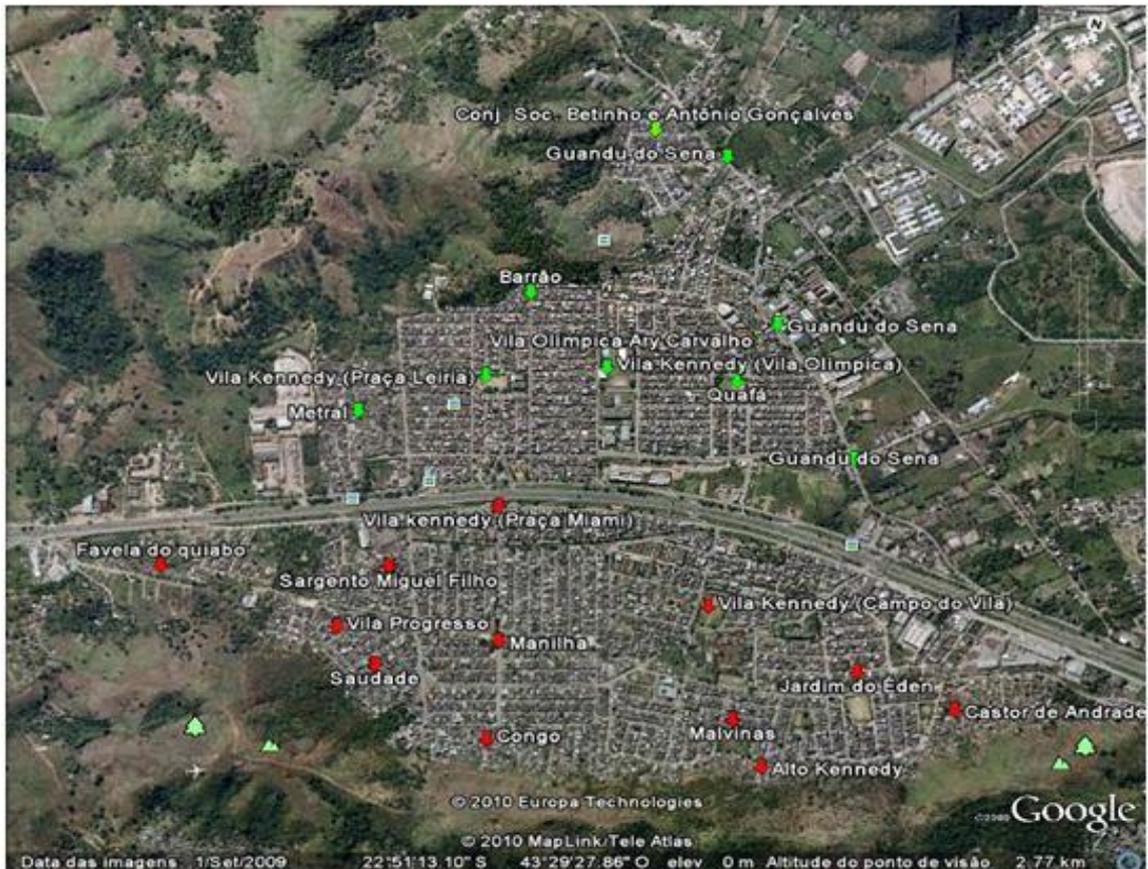
Figura 1 – Vila Kennedy, recentemente promovida a bairro, e sua posição na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Jacintho e Cypreste, 2022.

A Vila Kennedy é um bairro situado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, cortado pela avenida Brasil. Possui uma população de aproximadamente 38 mil pessoas, conforme os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), enquanto as associações de moradores locais falam em 100 mil habitantes. Independentemente do número, é consenso entre moradores que os serviços públicos no bairro são insuficientes. A Vila Kennedy foi criada como um conjunto habitacional, possui uma história marcada pela remoção de moradores de várias favelas do Rio de Janeiro durante a década de 1960. Antes de ser um bairro formalmente reconhecido, era um sub-bairro pertencente a Bangu. Foi transformado oficialmente em bairro por lei municipal sancionada e publicada em 14 de julho de 2017. Com a mudança, o novo bairro passa a integrar a 17ª Região Administrativa da cidade e tem os limites definidos no mapa da Figura 1.

Figura 3 – Disposição gráfica da comunidade da Vila Kennedy e subdivisões componentes da região



Fonte: Machado e Vargas, 2012.

A área onde foi construída a Vila Kennedy era de muita vegetação, sem adensamento populacional, à margem da avenida Brasil, no trecho antigamente denominado avenida das Bandeiras. Era uma localidade muito distante do Centro da cidade, o que dificultou muito a vida das pessoas que vieram morar no bairro. A verba usada para erguer as casas populares da Vila Kennedy veio da Aliança para o Progresso, programa criado pelo então presidente estadunidense John Kennedy. Tratava-se de um projeto de ajuda econômica e social destinado a melhorar as condições de vida na América Latina e, ao mesmo tempo, conter o avanço do comunismo. Daí o nome da vila, que, a princípio, se chamaria Vila Progresso e que acabou por receber seu nome atual como forma de homenagear o presidente Kennedy, assassinado em 1963, pouquíssimo tempo antes da inauguração do conjunto habitacional. O nome também reflete a influência cultural e política dos Estados Unidos no Brasil durante o período da Guerra Fria (1947-1991). Parte dos investimentos da Aliança para o Progresso foi direcionada a projetos habitacionais aqui no Brasil, e dessa forma, no dia 20 de janeiro de 1964, dia de São Sebastião, padroeiro da cidade do Rio de Janeiro, foi inaugurada a Vila Kennedy pelo

governador do antigo estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Inicialmente foram construídas 5.054 unidades habitacionais.

A fundação desta localidade ocorreu na década de 1960, durante um período de grande migração interna no Brasil, quando muitas pessoas do interior se mudaram para grandes cidades em busca de emprego e de melhores condições de vida, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. O bairro da Vila Kennedy surgiu como uma solução de reassentamento para moradores que foram removidos de áreas consideradas de risco ou que estavam sendo urbanizadas para grandes projetos de infraestrutura.

Figura 4 – Conjunto habitacional Vila Kennedy (Rio de Janeiro, 1964)



Fonte: Freire e Oliveira, 2002.

No princípio, a Vila Kennedy recebeu os moradores que foram desalojados da favela do Morro do Pasmado, no bairro de Botafogo, além dos moradores que foram desalojados da favela da Praia do Pinto, que ficava nos bairros do Leblon e Lagoa. Por conta de uma reintegração de posse de terreno, também foram removidos para a Vila Kennedy, a partir de julho de 1965, os moradores que foram desalojados da extinta Favela do Esqueleto, onde, posteriormente, viria a ser erguida a Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no bairro do Maracanã. No Rio de Janeiro, a remoção de favelas tem uma longa história, remontando ao início do século XX, quando as autoridades buscavam “higienizar” a cidade e remover moradias consideradas inadequadas. Principalmente durante o governo de

Rodrigues Alves (1902-1906), cortiços foram derrubados, dando lugar a praças, jardins e largas avenidas. O resultado foi a deterioração das condições de vida dos trabalhadores, o preço dos aluguéis subiu e a população mais pobre foi removida do centro para áreas mais distantes. Na Vila Kennedy, com o passar do tempo, as casas foram se expandindo de forma irregular, e o bairro cresceu sem um planejamento urbano adequado, o que levou a problemas como precariedade habitacional, saneamento básico insuficiente, coleta irregular de lixo, ausência de áreas de lazer, falta de acesso a serviços essenciais, transporte ineficiente e o crescimento da violência.

Os anos 1960 foram marcados pelas políticas de remoção das favelas. Famílias inteiras se viram obrigadas a abandonar suas casas, próximas de seus empregos nas áreas nobres da cidade, para viver em áreas rurais, afastadas do centro, com pouca infraestrutura e muitas promessas jamais cumpridas. A construção dos conjuntos habitacionais na década de 1960, durante o governo de Carlos Lacerda, pode ser vista como uma resposta a uma questão presente na pauta do governo naquele período. Anteriormente, as favelas localizadas no Rio de Janeiro, já eram vistas como um “mal extremamente prejudicial à cidade” (Rodrigues, 2017, p. 2).

Os favelados foram retirados de áreas consideradas privilegiadas, como o Centro e a Zona Sul, e colocados nas periferias que além de distantes da área central e de seus locais de trabalho, não contavam com serviços e equipamentos públicos, considerados vazios na periferia (Brum, 2012 *apud* Rodrigues, 2017, p. 2)

Na verdade, o surgimento da Vila Kennedy se deu através de uma política pública, durante o governo de Carlos Lacerda, baseada em remoções de favelas que estavam localizadas em diversos pontos da cidade, principalmente na zona sul e Maracanã, promovendo o processo de gentrificação, que consiste na transformação de bairros urbanos deteriorados, de baixo rendimento e com baixo poder aquisitivo em áreas de classe média ou alta, através de investimentos e melhorias em infraestrutura. Trata-se de um processo de modificação e supervalorização de uma determinada área da cidade, promovendo um aumento no custo de vida, fazendo com que a população mais pobre saia, seja empurrada, seja expulsa para outras localidades. A gentrificação, ao transformar bairros de baixa renda em áreas de classe média ou alta, muitas vezes aprofunda a segregação socioespacial e revela deficiências no planejamento urbano das cidades.

A relação entre gentrificação e remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro é um tema complexo que envolve diversos fatores socioeconômicos e políticos. Estão frequentemente interligadas, principalmente nas grandes cidades, onde o valor imobiliário em áreas urbanas centrais pode levar a pressões para a reurbanização e a exclusão de comunidades

com população de baixo poder aquisitivo. A remoção de favelas e a gentrificação contribuem para a segregação espacial e aumentam a desigualdade social na cidade. As populações deslocadas constantemente são reassentadas em áreas periféricas, mais afastadas do centro, com menos acesso a serviços, menos infraestrutura, sem saneamento básico, transporte ineficiente, falta de oportunidades, longe do local de trabalho, entre outras adversidades, como ocorreu com a Vila Kennedy e sua população desde a fundação do conjunto habitacional, até os dias atuais.

Para superar tais empecilhos e direitos negados aos moradores do bairro, é imprescindível que haja um planejamento urbano mais inclusivo e sensível às necessidades das populações de baixa renda, pois só através de políticas públicas equilibradas e participativas será possível promover o desenvolvimento urbano sustentável e com justiça social. Entretanto, como em muitos outros bairros populares da cidade, a Vila Kennedy enfrentou desafios relacionados à falta de investimentos contínuos em infraestrutura e serviços públicos, além do crescimento da violência e do tráfico, graves problemas que atingem à comunidade por décadas.

A comunidade da Vila Kennedy enfrentou e continua enfrentando desafios ligados à segurança pública, com a presença de organizações criminosas, a violência associada ao tráfico de drogas e operações policiais frequentes. Essas questões têm impactado negativamente a qualidade de vida dos moradores, além de contribuírem para um ambiente de insegurança e vêm estigmatizando a imagem da Vila Kennedy perante a sociedade. Ações do governo e das forças de segurança foram implementadas ao longo dos anos para tentar melhorar a situação, incluindo a presença da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Vila Kennedy, em maio de 2014. No entanto, esses esforços muitas vezes enfrentam resistência e complexidade devido à presença arraigada de organizações criminosas e à falta de recursos contínuos para assegurar a paz e a segurança para a comunidade e sua população.

Mesmo com a presença da UPP, a Vila Kennedy sofria com intensos tiroteios, sendo uma das áreas que mais registrava tiros de armas de fogo na cidade, segundo um levantamento do aplicativo Fogo Cruzado. Os conflitos frequentes levaram a comunidade a se tornar o laboratório da Intervenção Federal no Rio de Janeiro, com atuação de homens das Forças Armadas no território. Porém, mesmo com todas as adversidades relacionadas à segurança pública, o Gabinete de Intervenção decidiu fechar a UPP da Vila Kennedy, além da retirada dos militares, em 2018.

A relação entre violência, escolas, tráfico e tiroteios na Vila Kennedy é alarmante. A presença constante de facções criminosas, operações policiais e tiroteios frequentes impactam diretamente a comunidade, e também, a rotina escolar, afetando estudantes e professores. Escolas muitas vezes precisam fechar devido à violência em seu entorno, interrompendo a

educação, negando o direito do estudante de frequentar à escola e criando um ambiente de medo. Operações policiais e conflitos entre traficantes de facções distintas exacerbam a situação, tornando difícil garantir a segurança e a continuidade das atividades educacionais na região.

É importante salientar que a violência escolar não está limitada ao espaço físico da escola, ou seja, além da sala de aula, pátio, corredores, quadras e banheiros, ela também pode ser cometida no entorno da escola, no deslocamento da escola para casa, durante atividades escolares externas. No caso da existência de violência urbana no entorno da unidade escolar, como tráfico de drogas, disputas territoriais de facções criminosas, operações policiais e tiroteios, configura-se um tipo de violência contra a escola, pois priva o direito dos estudantes de terem acesso à unidade escolar e acesso ao conhecimento, também os docentes que são impossibilitados de chegarem ao seu local de trabalho. Além disso, promove o medo e desencadear sentimentos como tristeza, ansiedade, síndrome do pânico, entre outras, podendo causar doenças psicossomáticas, que influenciam no cotidiano do indivíduo e pode afetar negativamente o rendimento escolar e profissional da vítima deste tipo de violência que assola as periferias das principais cidades do país, como no caso da Vila Kennedy, onde escolas são fechadas por vários dias devido a operações policiais e intensos tiroteios.

Apesar das adversidades, a Vila Kennedy é um exemplo de resiliência comunitária. Diversas iniciativas sociais, culturais e econômicas têm surgido a partir da própria comunidade, visando melhorar as condições de vida e promover a inclusão social. Projetos de educação, cultura e esporte desempenham um papel importante no engajamento dos jovens e na criação de oportunidades. Organizações comunitárias e ONG têm desempenhado um papel crucial na implementação de projetos de educação, cultura e esporte. A cultura ocupa um espaço importante, com atividades que promovem a valorização da identidade local e o engajamento da juventude através de oficinas de teatro, dança, música e artes plásticas. Iniciativas voltadas para o esporte também contribuem para a inclusão social e a promoção de uma vida saudável. Projetos esportivos, como escolinhas de futebol, além de eventos comunitários, ajudam a manter os jovens afastados da criminalidade e a promover a integração social.

Um símbolo marcante na cultura da comunidade é o Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Vila Kennedy. A escola foi fundada em 6 de novembro de 1968. Sua quadra fica na avenida Brasil, número 34.320, onde ocorrem diversos eventos culturais ao longo do ano, incluindo ensaios, eventos comunitários e oficinas de percussão, dança e confecção de fantasias. Esses eventos não só preparam a escola para os desfiles de carnaval, mas também envolvem a comunidade, promovendo a integração social e a preservação das tradições

culturais do samba. A escola é apelidada de “A princesinha da Zona Oeste”, usa as cores vermelho e branco, tendo como símbolo a Estátua da Liberdade, e sua bateria é conhecida como “Ritmo Fascinante”; seu padroeiro é o mesmo da cidade do Rio de Janeiro, São Sebastião. A agremiação é prestigiada por sua participação ativa nos desfiles carnavalescos, sendo uma representante importante da cultura e tradição do samba na zona oeste.

A Unidos da Vila Kennedy também desempenha um papel significativo na educação e desenvolvimento dos jovens da comunidade, oferecendo um espaço seguro e construtivo para a expressão artística e cultural. A escola de samba é uma fonte de orgulho local, refletindo a rica herança cultural da comunidade da Vila Kennedy.

Figura 5 – Fachada da quadra da Unidos da Vila Kennedy



Fonte: Vila Kennedy... , 2023.

Outro importante símbolo cultural é o Teatro Mário Lago, localizado no bairro da Vila Kennedy, Rio de Janeiro, um espaço cultural dedicado à promoção das artes e da cultura na comunidade. Inaugurado em 1979, o teatro foi nomeado em homenagem ao ator, cantor, escritor e ativista político Mário Lago, uma figura proeminente na cultura brasileira. O teatro oferece uma variedade de eventos e atividades culturais, como apresentações teatrais, shows musicais, oficinas de arte, cinema, e outras manifestações culturais. Ele serve como um importante ponto de encontro para artistas locais e para a comunidade, proporcionando acesso a produções culturais de qualidade e fomentando a participação cultural e artística na comunidade. Além disso, o Teatro Mário Lago desempenha um papel significativo na educação e formação cultural

dos moradores da Vila Kennedy, sendo um espaço inclusivo que acolhe diversas expressões artísticas e promove a integração social através da cultura.

A valorização da cultura local e a promoção de atividades que incentivem o orgulho e a identidade comunitária, o sentimento de pertencimento ao lugar são aspectos importantes para o desenvolvimento do bairro, principalmente na luta contra uma visão negativa estereotipada divulgada amplamente nas diversas mídias.

Figura 6 – Fachada do Teatro Mário Lago



Fonte: Vila Kennedy..., 2023.

Um dos principais símbolos, senão, o principal símbolo do bairro da Vila Kennedy, é a réplica da Estátua da Liberdade, localizada na Praça Miami. No fim da década de 1960, um embaixador estadunidense doou, ao bairro, uma réplica da Estátua da Liberdade, produzida com zinco pelo criador da estátua original em Nova Iorque, o escultor francês Frédéric Auguste Bartholdi.

A réplica carioca da estátua foi esculpida com dois metros de altura e quatro de pedestal, chegou ao Brasil por intermédio do Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos. Na década de 1940, a estátua foi doada ao Estado da Guanabara, onde anos depois seria levada para o conjunto que seria construído com a ajuda do Programa da Aliança para o Progresso na Zona Oeste do Rio. Foi instalada no ponto central da Vila Kennedy (Praça Miami) no mesmo ano da inauguração, em 1964. Hoje já reconhecida, se tornou um monumento de valor simbólico para o bairro e para a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. A Estátua da Liberdade representa a liberdade iluminando o mundo, a liberdade do homem.

A busca por liberdade na Vila Kennedy, assim como em muitas outras comunidades no Rio de Janeiro, está profundamente ligada ao desejo de segurança, dignidade, oportunidades e participação ativa na sociedade. A população almeja a liberdade de viver sem medo da violência diária, onde haja a garantia de que os direitos dos moradores sejam respeitados, que não existam práticas discriminatórias que marginalizam e criminalizam os moradores da comunidade, melhoria da infraestrutura básica, como saneamento, iluminação, pavimentação e transporte público, acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, promoção e valorização da cultura local, com apoio a eventos culturais, artísticos e esportivos, participação ativa dos moradores nas decisões que afetam suas vidas, fortalecimento do senso de identidade, orgulho e pertencimento dos moradores pela sua comunidade. Para alcançar essa liberdade, é crucial a ação e a colaboração entre governo, sociedade civil e a própria comunidade.

Figura 7 – Crianças ao lado da réplica da Estátua da Liberdade presenteada pelo governo americano na Vila Kennedy, em 1964



Fonte: Carneiro, 2018.

Figura 8 – Réplica da Estátua da Liberdade, Praça Miami



Fonte: Vila Kennedy..., 2023.

A história da Vila Kennedy é, portanto, uma narrativa de desafios e conquistas, refletindo a complexa realidade das periferias urbanas brasileiras e serve como exemplo de como a união e o esforço coletivo podem transformar a realidade de uma comunidade cheia de adversidades, porém com um grande potencial humano, histórico, artístico e cultural. É um testemunho da capacidade de adaptação, luta e resistência de seus moradores, que continuam a lutar por um futuro melhor, com mais segurança, mais justo e com mais oportunidades.

Figura 9 – Vila Kennedy



Fonte: Vila Kennedy..., 2023.

A Vila Kennedy que sonhamos se faz presente nos versos do poema a seguir, chamado “As favelas do futuro”, uma comunidade livre, segura, justa, feliz e harmoniosa.

Nas favelas do futuro as crianças brincam na rua, sem se quer ser atingida por uma bala perdida. As mães ficam tranquilas, pois sabem que seus filhos chegarão em casa com vida. Os jovens estudam nas escolas públicas com o melhor ensino de qualidade. Emprego de carteira assinada, com todos seus direitos para não precisar passar necessidade. Polícia naquela favela nem existe mais, por conta da criminalidade que acabou há tempos. Desigualdade ali não se encontra, todos detêm seu lugar na sociedade que tanto lhe foi negado. Pretos andando com o carro do ano, a roupa da moda, sem olhares estranhos e pensamentos preconceituosos. Nessa favela se deu a criação por tantas lutas contra um sistema de opressão. (NOGUEIRA, Hilton. As favelas do futuro).

2.2 A dicotomia centro-periferia na geopolítica

A discussão geopolítica entre centro e periferia é um conceito que aborda as desigualdades econômicas, políticas e sociais existentes entre países ou regiões mais desenvolvidas (o “centro”) e aquelas menos desenvolvidas ou exploradas (a “periferia”). Essa divisão é amplamente utilizada na teoria da dependência e na análise do sistema-mundo, que busca explicar as relações desiguais de poder e troca entre diferentes partes do globo.

O “centro” costuma se referir aos países ou regiões com maior poder econômico, político e militar no sistema internacional. Esses países são geralmente mais industrializados, tecnologicamente avançados e possuem economias diversificadas. Eles são capazes de influenciar as normas e regras globais e de moldar as relações internacionais a seu favor. Exemplos típicos incluem os Estados Unidos, os países da Europa Ocidental, Japão, entre

outros. Já o conceito de “periferia” é relacionado aos países ou regiões que são economicamente menos desenvolvidos e frequentemente dependentes das economias do “centro”. Esses países tendem a ter economias menos diversificadas, frequentemente baseadas na exportação de matérias-primas e produtos agrícolas, com níveis mais baixos de industrialização e inovação tecnológica. Como exemplo, podemos citar países no continente africano, na América Latina e partes da Ásia.

Os países periféricos frequentemente dependem de países centrais para obter investimento, tecnologia, mercados e capital. Essa dependência cria uma relação desigual onde os países centrais beneficiam-se mais do comércio internacional e do fluxo de capital, enquanto os países periféricos enfrentam barreiras significativas para o desenvolvimento econômico autossustentável. As relações centro-periferia frequentemente perpetuam altos níveis de desigualdade e pobreza nos países periféricos. A falta de desenvolvimento econômico e a dependência de exportações de baixo valor agregado resultam em salários baixos, fracas redes de proteção social e limitadas oportunidades de mobilidade social. A discussão geopolítica centro-periferia permanece relevante para entender as desigualdades globais e o desenvolvimento desigual. Com a crescente interdependência global, novas formas de cooperação e conflito estão emergindo, e o futuro dessa dinâmica dependerá de como as relações de poder, comércio e política evoluem entre os países.

2.2.1 Teoria da dependência

A discussão geopolítica entre centro e periferia é fundamental para entender as desigualdades econômicas, políticas e sociais que estruturam o sistema internacional. Essa abordagem teórica, amplamente discutida por diversos autores ao longo do tempo, analisa como os países centrais, geralmente mais desenvolvidos e industrializados, mantêm uma relação de dominação sobre os países periféricos, que são menos desenvolvidos e mais dependentes. A teoria da dependência é uma abordagem teórica que emergiu nos anos 1960 e 1970, como uma resposta crítica às teorias de modernização que dominavam o pensamento econômico e sociológico da época. Ela surge em um contexto histórico específico, marcado pela descolonização e pela Guerra Fria, quando muitos países da América Latina, África e Ásia estavam buscando entender as razões para seu subdesenvolvimento contínuo, apesar de décadas de independência formal e integração econômica global. Essas nações estavam frustradas com a falta de progresso econômico e a persistência da pobreza, mesmo após adotarem políticas

econômicas recomendadas pelos países desenvolvidos e pelas instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Essa teoria busca explicar as desigualdades econômicas e sociais entre os países desenvolvidos (também chamados de países do “centro”) e os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos (referidos como países da “periferia”). Autores como Raúl Prebisch, André Gunder Frank e Fernando Henrique Cardoso foram pioneiros em examinar como a economia global é estruturada de maneira a beneficiar os países centrais, enquanto perpetua a dependência e o subdesenvolvimento dos países periféricos.

Algumas das principais características da teoria da dependência são: a) as relações assimétricas de poder: nas quais os países centrais têm poder econômico, político e militar para impor regras, normas e condições que beneficiam seus próprios interesses, enquanto os países periféricos são forçados a adaptar suas políticas e economias às exigências do sistema global; b) exploração econômica: a economia mundial é estruturada de tal forma que os recursos (matérias-primas, trabalho barato, capital) fluem dos países periféricos para os países centrais, enriquecendo estes últimos e empobrecendo os primeiros, onde os países periféricos são mantidos em um estado de subdesenvolvimento para beneficiar as economias centrais; c) desenvolvimento dependente: onde o desenvolvimento dos países periféricos é condicionado pelas necessidades e interesses dos países centrais. O desenvolvimento que ocorre na periferia é frequentemente dependente de investimentos estrangeiros, exportações e tecnologias que vêm dos países centrais, criando um ciclo de dependência que é difícil de romper; d) reprodução da desigualdade: o sistema capitalista global tende a reproduzir as desigualdades entre países ao invés de reduzi-las. As condições de dependência econômica e política perpetuam o subdesenvolvimento, criando um ciclo vicioso onde os países periféricos continuam a ser subordinados aos interesses dos países centrais.

Um dos economistas mais influentes dessa teoria, Prebisch argumentou que os países periféricos estão presos a um padrão de desenvolvimento dependente das economias centrais. Ele propôs a ideia de que os termos de troca internacionais eram desfavoráveis para os países exportadores de matérias-primas (periferia), pois os preços desses produtos tendiam a diminuir em relação aos produtos manufaturados (produzidos pelo centro). Esse fenômeno, conhecido como “deterioração dos termos de troca”, faz com que os países periféricos acumulem menos riqueza ao longo do tempo. O autor André Gunder Frank desenvolveu a teoria da dependência, sugerindo que o subdesenvolvimento dos países periféricos não era uma etapa inicial de desenvolvimento, mas sim uma consequência direta da sua integração na economia capitalista global. Para Frank, o desenvolvimento do centro está diretamente ligado ao

subdesenvolvimento da periferia, devido à exploração econômica e à transferência de excedentes econômicos dos países periféricos para os países centrais.

A teoria da dependência é relevante para entender muitas das dinâmicas globais contemporâneas, especialmente em relação às desigualdades persistentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Questões como a dívida externa, a dependência de exportações de matérias-primas e a desigualdade nas relações comerciais continuam a ser desafios importantes para muitos países do sul global, reforçando a importância de uma análise crítica das estruturas de poder econômico global e para questionar os caminhos tradicionais de desenvolvimento que frequentemente beneficiam mais os países ricos do que os pobres.

2.2.2 Teoria sistema-mundo

Outra contribuição teórica importante para a discussão centro-periferia vem da teoria do sistema-mundo, desenvolvida por Immanuel Wallerstein na década de 1970. Ela surgiu como uma crítica às teorias de modernização e desenvolvimento que prevaleciam na época. Essas teorias sugeriam que todas as sociedades progrediriam de forma linear através de estágios de desenvolvimento econômico até alcançar o nível de industrialização e prosperidade dos países ocidentais. Wallerstein e outros críticos argumentaram que essas teorias não explicavam adequadamente as desigualdades globais e ignoravam o impacto da história colonial e da exploração capitalista nas relações internacionais. A teoria Sistema-Mundo oferece uma perspectiva crítica que desafia as visões eurocêntricas do desenvolvimento e ajuda a entender as desigualdades globais de maneira mais holística, destacando a importância de considerar as relações históricas de exploração e dominação na análise das dinâmicas globais contemporâneas.

Em sua obra *The Modern World-System*, Wallerstein (1974) argumenta que o sistema capitalista mundial é composto por uma economia global integrada que gera uma divisão em três partes: núcleo (centro), que é caracterizado por economias diversificadas, alta tecnologia e salários elevados; a periferia que é marcada pela produção de bens primários, baixos níveis de industrialização e salários mais baixos; e semi-periferia, que atua como uma zona intermediária, que possui características de ambos, mas também serve para estabilizar o sistema ao absorver tensões e contradições. Os países do núcleo dominam a economia global e controlam as tecnologias mais avançadas, enquanto os países periféricos fornecem matérias-primas e mão de obra barata. A semi-periferia, por sua vez, desempenha um papel intermediário, absorvendo pressões políticas e econômicas que poderiam desestabilizar o sistema global. Wallerstein

ênfatiza que essa estrutura é dinâmica, com algumas nações se movendo entre essas categorias ao longo do tempo, mas sempre dentro dos limites impostos pela economia capitalista global.

A teoria do sistema-mundo tem sido criticada por focar predominantemente em fatores econômicos e materiais, negligenciando o papel das ideias, culturas e identidades na formação das relações globais e nas dinâmicas de poder. A teoria pós-colonial, representada por autores como Edward Said, Gayatri Spivak e Homi Bhabha, também oferece críticas importantes à noção de centro-periferia, destacando como essas categorias são produtos de histórias coloniais de dominação e poder. Para esses teóricos, a geopolítica centro-periferia deve ser entendida não apenas em termos econômicos, mas também culturais e epistemológicos, onde as narrativas e discursos do centro dominam e marginalizam os saberes e experiências da periferia. Apesar das críticas, a teoria sistema-mundo continua a ser uma ferramenta analítica poderosa para entender as dinâmicas de poder e desigualdade no sistema internacional. As questões de dependência econômica, exploração e hegemonia permanecem relevantes na análise das relações internacionais contemporâneas, especialmente em um contexto de globalização, desigualdade crescente e mudanças geopolíticas. O conceito de sistema-mundo oferece uma estrutura para compreender como as relações econômicas e políticas globais são estruturadas e como essas estruturas influenciam o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Na geopolítica, o conceito de centro e periferia é usado para entender como as relações de poder e dominação se manifestam em escala global. Os países centrais não apenas detêm o poder econômico, mas também têm a capacidade de moldar as normas e regras que governam o sistema internacional, frequentemente em benefício próprio. Isso se reflete na forma como as políticas comerciais, financeiras e de investimento são estruturadas, muitas vezes em detrimento dos interesses dos países periféricos. No entanto, o conceito também tem suas limitações e críticas. Alguns estudiosos argumentam que a dicotomia centro-periferia é muito rígida e não leva em consideração a complexidade e a fluidez das relações econômicas e políticas no mundo contemporâneo. A ascensão de novas potências econômicas, como China e Índia, e a maior integração econômica global desafiam a visão tradicional de um sistema mundial rigidamente dividido. Além disso, os críticos pós-coloniais apontam que a dicotomia centro-periferia pode simplificar excessivamente a diversidade de experiências e condições históricas dos países e regiões, ignorando as formas específicas de resistência.

Apesar das críticas e revisões, a divisão centro-periferia continua sendo uma ferramenta útil para entender as desigualdades globais e as dinâmicas de poder. Muitos autores contemporâneos, como David Harvey, analisam como as dinâmicas de exploração e desigualdades persistem no sistema capitalista global por meio de práticas neocoloniais e

imperialismo econômico. Essas dinâmicas são vistas na forma como as multinacionais controlam recursos naturais e na imposição de políticas de ajuste estrutural em países periféricos por instituições como o FMI e o Banco Mundial. No contexto atual de globalização, a divisão entre centro e periferia se manifesta em novas formas, como as cadeias de produção globais, a concentração de tecnologia e conhecimento nos países desenvolvidos e as disparidades no acesso a recursos e mercados. Além disso, a pandemia de covid-19 destacou ainda mais as desigualdades estruturais entre países centrais e periféricos, com diferenças significativas no acesso a vacinas, tratamentos e recursos médicos. Também há um foco crescente em como os países da periferia estão resistindo e transformando suas posições dentro do sistema mundial. A criação de blocos econômicos como o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) é um exemplo de tentativa de desafiar a dominação do centro e criar uma nova geopolítica global.

A discussão teórica sobre centro e periferia oferece uma lente crítica para analisar a distribuição desigual de poder e recursos no sistema internacional. Enquanto essas ideias são adaptadas e revisadas para refletir as mudanças na economia global e nas relações internacionais, o conceito fundamental de que existe uma hierarquia global de poder e riqueza permanece uma ferramenta analítica poderosa. Essa perspectiva é crucial para entender como as relações históricas de exploração e dominação continuam a moldar o mundo contemporâneo e como as desigualdades globais podem ser enfrentadas. O conceito de centro e periferia é uma ferramenta analítica central na geopolítica, utilizada para entender as desigualdades econômicas, políticas e sociais que caracterizam o sistema internacional. Essa divisão, inicialmente proposta por teóricos da dependência e mais tarde expandida pela teoria do sistema-mundo, oferece uma visão crítica sobre como o poder e os recursos são distribuídos globalmente e como essas dinâmicas perpetuam relações de dominação e subordinação entre diferentes países e regiões.

2.3 As diferentes abordagens sobre periferia

A periferia costuma ser denominada uma área situada à margem dos centros urbanos, frequentemente habitada por pessoas de baixa renda. A zona oeste, região onde se encontra o objeto da minha pesquisa (uma escola pública, na Vila Kennedy), é amplamente conhecida como subúrbio ou área periférica do município do Rio de Janeiro. Por isso, considero essencial que nesta pesquisa haja uma discussão sobre o conceito “periferia”. Embora a Vila Kennedy seja frequentemente mencionada como favela (termo que reflete o tipo de ocupação territorial),

na verdade é uma área residencial que, em sua origem, foi planejada pelo então governador do estado da Guanabara, para abrigar construções padronizadas (conjunto habitacional). Em 2017, o território foi reconhecido como um bairro do município do Rio de Janeiro. A Vila Kennedy é considerada uma periferia urbana devido a vários fatores que caracterizam áreas periféricas nas grandes cidades, especialmente no contexto brasileiro, como por exemplo, a localização geográfica, pois é uma área afastada dos principais centros econômicos e comerciais da cidade. Essa distância geográfica em relação ao centro urbano geralmente caracteriza áreas periféricas.

Como muitas áreas periféricas, a Vila Kennedy enfrenta desafios com infraestrutura urbana, incluindo acesso limitado a serviços públicos essenciais como saneamento básico, saúde, transporte público, entre outros direitos que deveriam ser garantidos à população. Em relação às condições socioeconômicas, a região é marcada por uma alta concentração de famílias de baixa renda. As oportunidades de emprego geralmente são limitadas e muitos moradores dependem de trabalho informal ou de longas viagens para trabalhar em outras partes da cidade.

O território deste bairro da zona oeste do Rio de Janeiro possui um histórico de ocupação que é característico de áreas periféricas, com crescimento muitas vezes desordenado, resultante de processos de migração interna e ocupação de terras sem planejamento urbano adequado, trazendo consequências para o bairro, para a população e para o meio ambiente, como a falta de infraestrutura e saneamento básico, aumento da vulnerabilidade social e habitacional, a intensificação do processo de favelização, construção em áreas de risco, como encostas íngremes e margens de rios, o aumento da poluição e do desmatamento, além do aumento da violência e da criminalidade. O crescimento desordenado pode levar à formação de “cidades dentro da cidade”, onde comunidades ricas vivem isoladas em condomínios fechados, enquanto a população de baixa renda vive em áreas periféricas, com pouca infraestrutura e serviços. Isso acaba criando e fomentando uma fragmentação social e cultural que dificulta a coesão social e aumenta as tensões sociais.

A periferia urbana, como é o caso do bairro da Vila Kennedy, frequentemente reflete a segregação socioespacial, onde populações de baixa renda são empurradas para áreas mais distantes do centro e com menor acesso a serviços e oportunidades. Como ocorreu desde a fundação do conjunto habitacional no bairro, em 1964, durante o governo de Carlos Lacerda, para receber as famílias vítimas do processo de remoção de inúmeras favelas na cidade do Rio de Janeiro, onde os moradores foram retirados de áreas das zonas norte e sul e levados para um novo território na zona oeste, localizado a aproximadamente 40 km do centro da cidade. Desta maneira, as características do bairro apresentadas ao longo do texto, tornam a Vila Kennedy

uma típica periferia urbana, marcada por desafios sociais, econômicos e de infraestrutura que são comuns em áreas periféricas das grandes metrópoles brasileiras.

“A cidade passou a ser entendida, [portanto], não apenas como centro da produção e acumulação industrial, mas também como o ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos da força de trabalho, troca e dos padrões de consumo” (Soja, 1993). A ideia de que “o espaço é produzido socialmente” é um conceito central na geografia humana e na teoria urbana, especialmente influenciado pelo trabalho do francês Henri Lefebvre. Essa perspectiva argumenta que o espaço não é simplesmente um recipiente vazio para a atividade humana, mas, ao contrário, é ativamente moldado pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. O espaço é visto como uma construção social que reflete e reproduz as relações de poder e as dinâmicas sociais de uma sociedade, onde a divisão de uma cidade em áreas ricas e pobres não é apenas uma condição geográfica, mas uma manifestação das desigualdades sociais, econômicas e políticas que estruturam a sociedade.

A configuração dos espaços urbanos é frequentemente o resultado de processos históricos, como a industrialização, o colonialismo, a globalização e o desenvolvimento do capitalismo. Esses processos determinam onde são localizados os centros econômicos, as áreas residenciais, os espaços públicos, o centro e a periferia, moldando o desenvolvimento das cidades ao longo do tempo. Além de ser um reflexo das relações sociais, o espaço também é um local onde essas relações são vividas e experimentadas. A forma como as pessoas percebem e interagem com o espaço é influenciada por sua identidade social, cultural e econômica. O espaço urbano é frequentemente um campo de luta e resistência. Movimentos sociais, como ocupações urbanas, protestos e intervenções artísticas, frequentemente contestam o uso dominante do espaço e propõem novas formas de viver e organizar a cidade. Essas lutas refletem diferentes visões sobre como o espaço deve ser usado e quem tem o direito de ocupá-lo. A luta da periferia no espaço urbano é um tema central nas discussões sobre justiça social, direitos à cidade, direitos humanos, desigualdades e vulnerabilidades. Essa luta se refere aos esforços das comunidades periféricas para reivindicar seus direitos, garantir acesso a serviços básicos e melhorar suas condições de vida.

Além das reivindicações por direitos materiais, a luta pelo espaço urbano na periferia também é uma luta por reconhecimento cultural e identidade. Comunidades periféricas frequentemente enfrentam estigmatização e preconceito. Movimentos culturais e artísticos da periferia, como o hip-hop, o grafite, o *slam*, o funk e o samba, são expressões importantes dessa luta, desafiando narrativas estigmatizantes e afirmando o valor cultural das comunidades periféricas nas grandes cidades brasileiras. A periferia, neste contexto, compreende as áreas

urbanas marginalizadas que, historicamente, têm sido negligenciadas em termos de investimentos e infraestrutura por parte dos poderes públicos.

A dicotomia centro-periferia, historicamente enraizada no planejamento urbano, gera desigualdades econômicas, sociais e de acesso a serviços públicos, agravando problemas como a segregação socioespacial, a marginalização de populações periféricas e a ineficiência na distribuição de recursos urbanos. As áreas centrais geralmente concentram maior riqueza, infraestrutura e serviços públicos, enquanto as periferias são caracterizadas por menor acesso a esses recursos. Essa divisão resulta em uma segregação socioespacial que perpetua a exclusão social e dificulta a mobilidade econômica para os moradores das áreas periféricas. Inúmeros são os desafios enfrentados pelas gestões nas regiões metropolitanas brasileiras na tentativa de equilibrar o desenvolvimento e a inclusão social, propondo a necessidade de políticas públicas integradas que promovam uma maior equidade e sustentabilidade nas aglomerações metropolitanas, principalmente nas áreas periféricas das grandes cidades.

Infelizmente, o termo periferia é frequentemente associado a áreas com altos índices de violência, de pobreza e desigualdade. Dessa forma, ignora-se a existência de uma rica diversidade cultural e identidade própria que merecem ser valorizadas e preservadas. As periferias são muitas vezes cenários de grande resiliência e inovação social, símbolo de luta e resistência contra um sistema ganancioso, injusto e opressor, que atua através da ausência do Estado, que não implementa políticas públicas eficazes no combate às desigualdades, e corrobora uma percepção preconceituosa da periferia perante a sociedade.

Na maioria das vezes, o termo “periferia” é empregado para identificar uma área caracterizada por desigualdades sociais, carência de acesso a bens e serviços, violência e condições insalubres. Entendida como oposto de centro urbano, Tiaraju D’Andrea (2020, p. 29) indica que, “para uma definição quantitativa de periferia é necessária a existência de dois elementos: um social, denominado pobreza, e um geográfico, denominado distância”. São essas particularidades que fazem um território ser considerado periférico.

O termo/conceito “periferia” pode ter várias definições, seja por questões geográficas (distância do centro urbano), questões socioeconômicas (violência, pobreza) ou através da subjetividade (visão dos próprios moradores, daqueles que fazem parte). Durante muito tempo a periferia era caracterizada somente como áreas afastadas do centro, favelas, bairros precários, pobres, violentos e sem infraestrutura situados à margem do desenvolvimento econômico. A população periférica era vista como submissa ao grupo de pessoas que detém poder e renda, tratando os indivíduos periféricos como subalternos, fruto de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais. A falta de oportunidades, as discriminações raciais e de gênero, a

violência contra o povo pobre e negro, a restrição de direitos e o silenciamento dos indivíduos periféricos são desafios que a sociedade precisa superar através da conscientização, da mobilização popular, da luta por direitos e da elaboração de políticas públicas.

Milton Santos (2006, p. 67), em seu livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, ao realizar a distinção entre paisagem e espaço, destaca que a ação humana é o ponto central, pois é através da interação do ser humano com a natureza que a paisagem se transforma em espaço, adquirindo assim função e valor.

Ao nosso ver, a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano. Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas – tornadas assim formas-conteúdo – podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço (Santos, 2006, p. 69).

Não se pode refletir sobre a periferia sem considerar a segregação socioespacial e a relação de dependência entre o centro e a periferia, que é evidente no cotidiano das grandes cidades brasileiras. O centro é a área onde as pessoas buscam condições para sustentar suas vidas, caracterizado pela concentração de riqueza e fácil acesso a bens e serviços essenciais. Em contraste, a periferia representa a pobreza e a precariedade, sendo o lugar onde a maioria dos trabalhadores retorna ao final do dia. Esse cenário expõe a “separação dos espaços da realização da vida cotidiana entre lugar de moradia-lugar de trabalho” (Carlos, 2020, p. 418).

Nas cidades brasileiras, o mercado imobiliário, sob a convivência do poder público, se desenvolveu de maneira que os pobres foram expulsos dos centros em direção às periferias, resultando assim no que chamamos hoje de estrutura centro-periferia (Guimarães, 1991 *apud* Caldeira, 2003).

Em termos econômicos globais, países periféricos seriam aqueles à margem dos países centrais (desenvolvidos), ou seja, os países mais pobres e dependentes das potências econômicas. Numa análise geográfica, periferia seria um território cujas principais características eram pobreza, precariedade, violência, falta de infraestrutura, adensamento demográfico e, principalmente, a distância em relação ao centro. O termo periferia sempre foi muito rotulado, marcado por preconceitos, sempre associado a aspectos negativos. Isso fez que

durante muito tempo, as próprias pessoas tivessem vergonha de falar que moravam na periferia e de se reconhecerem como sujeitos periféricos.

Com o passar do tempo, através da música, da dança, da arte e da cultura produzidas pelos próprios indivíduos da periferia, este termo começa a ganhar um outro significado. Os aspectos culturais foram fundamentais nesse processo histórico de modificação do significado do termo/conceito periferia. Fez com que as pessoas se apropriassem da palavra e despertou um sentimento de orgulho e pertencimento por morar e ser da periferia. A música, em especial o rap, o funk, o samba, a arte do grafite, os *slams*, entre outros, foram responsáveis por essa ressignificação, pois ao expressar a realidade em que vivem através da cultura, fez com que os indivíduos periféricos se reconhecessem como tal e legitimassem o conceito de periferia como algo intrínseco a eles e, dessa vez, de forma positiva, auxiliando no aumento da autoestima da população periférica. Através da sua própria cultura, a periferia adquire uma nova postura mostrando e denunciando sua realidade e todos os problemas existentes em áreas periféricas, porém legitimando e valorizando o fato de ser e fazer parte da periferia. Dessa forma, pela subjetividade de cada indivíduo, constrói-se um novo sentido e um novo olhar para a palavra periferia.

A construção de uma “consciência periférica”, termo presente na obra de Tiaraju D’Andrea, ocorre através da vivência, do cotidiano, da narrativa da população periférica e de suas histórias, além da compreensão do pertencimento ao local. A consciência periférica existe quando os indivíduos que se identificam como sujeitos periféricos são capazes de refletir e compreender sua condição através de uma prática política e social em prol do território em que vivem.

A música, a arte e a cultura em geral, só obtiveram êxito e foram legitimados pelos moradores, pois falavam a verdade e mostravam a realidade da periferia, denunciando os problemas, na tentativa de transformar a realidade através de lutas e da conscientização da população, mas sempre buscando resgatar a autoestima da comunidade e de seus atores. Aos poucos, com o passar dos anos, o significado de periferia começou a ser, também, sinônimo de resistência, cultura, potência e criatividade, deixando pra trás aquele estigma e aquela visão negativa e preconceituosa que, infelizmente, ainda hoje perdura para algumas pessoas em nossa sociedade. Trata-se de uma definição de periferia baseada somente sob uma perspectiva quantitativa, que restringe-se ao limite geográfico, caracterizado pela distância e a dados socioeconômicos (pobreza e violência), porém já está mais que evidenciado até aqui no texto, que essa conceituação é muito mais abrangente.

A periferia é e sempre foi lugar de resistência, de luta, de força, de garra, de reinvenção, de arte, de criatividade... Como diz o verso do rap “Pânico na Zona Sul”, do grupo Racionais MC’s: “só quem é de lá sabe o que acontece”; seja a vivência da realidade e dos problemas, mas também dos aspectos positivos da periferia. A identificação, o sentimento de pertencimento ao local que vive e a autoestima de ser um indivíduo periférico, somado à conscientização e o papel de cidadão crítico, engajado nas lutas e nas questões sociais, caracterizam os sujeitos periféricos. Trata-se de pessoas que moram em áreas periféricas, reconhecem os problemas, lutam por melhorias, valorizam a cultura local e a vivência na comunidade, sabem do seu papel na sociedade e são comprometidas com suas ações políticas e sua responsabilidade social em prol de melhorias para o território que vivem com os demais atores periféricos.

Como citado por D’Andrea (2020, p. 30), as sujeitas e sujeitos periféricos são os protagonistas da periferia, resultado da produção de novas formas de organização política. Isso ocorreu devido a uma série de acontecimentos no final dos anos 1980 e no decorrer da década de 1990, como o aumento do desemprego e da pobreza, ataques aos direitos trabalhistas, perda de forças dos sindicatos e movimentos sociais, entre outros. Tais fatos atingiram diretamente às áreas periféricas agravando ainda mais os problemas existentes e aumentando ainda mais as desigualdades. É neste contexto que surge os protagonistas, conceituados por sujeitos periféricos.

Quando uma pessoa mora ou frequenta a periferia, se identifica com o local, com as pessoas, com o modo de vida, tem o sentimento de pertencimento, se mobiliza pelas lutas e suas causas, se sente parte daquele lugar, um membro, cria da localidade, podemos considerar que aí está um sujeito periférico. Dentre as principais características de um sujeito periférico podemos destacar: o espírito de coletividade, incentivador de atividades artísticas, ação política e compromisso social, a busca e a produção de conhecimentos, orgulho de sua origem e sua história de vida, indivíduo protagonista, reconhecimento da periferia como potência, atuante na luta contra toda e qualquer forma de preconceito, opressão e violência e um exímio defensor do direito e respeito às diferenças.

Os sujeitos periféricos seguem lutando por melhorias em seus territórios, mostrando a realidade e buscando transformações para superar as dificuldades, porém sempre ressaltando a importância e a potência da periferia, como lugar de música, arte, dança, criatividade, cultura e, obviamente, lugar de resistência! Dessa maneira, vem contribuindo com o surgimento de uma consciência periférica, que é construída através de experiências, da vivência local e da percepção da realidade de seu território, tendo as manifestações culturais como os principais meios de divulgação.

As atividades culturais periféricas vêm ganhando grande proporção nos últimos anos, principalmente através do hip-hop, funk, grupos de dança, samba, *slams*, entre outros. Tal fato fez com que a cultura da periferia se expandisse e alcançasse um número maior de pessoas que não conheciam e não tinham acesso a este universo, à sua realidade, às suas lutas, aos seus talentos e às suas potencialidades. A população periférica sempre sofreu com a exclusão. Durante muito tempo foram silenciados, tiveram sua voz calada e quando gritavam eram ignorados. Resultado de um processo histórico de colonização de exploração, escravização do povo negro, preconceito, privação de direitos e muitas desigualdades. Isso é notório quando olhamos e percebemos que a maioria dos moradores de favelas são negros e pobres, os cargos que recebem menos são ocupados em sua maioria por negros e pobres, a população carcerária brasileira é predominantemente negra e o acesso ao ensino superior é algo quase utópico para a população periférica.

O processo de desfavelamento, ocorrido também na cidade do Rio de Janeiro, durante a Reforma Pereira Passos, consiste na remoção dos moradores e derrubada das casas. Trata-se da extinção da favela, onde as pessoas são obrigadas a sair do lugar que vivem e são realocados em outros, quase sempre localidades bem distantes de onde residiam. A escola onde foi desenvolvida minha pesquisa está localizada na Vila Kennedy, bairro da zona oeste do município do Rio de Janeiro. A comunidade é resultado do processo de remoção de favelas na capital fluminense. Recebeu os moradores que foram removidos do Morro do Pasmado, uma extinta favela no bairro de Botafogo, além dos moradores que foram desalojados das extintas favela do Pinto, localizada nos bairros do Leblon e da Lagoa, favela Maria Angu, localizada nos bairros da Penha e de Ramos, além dos moradores que também foram removidos da extinta Favela do Esqueleto, onde atualmente localiza-se a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no bairro do Maracanã. São histórias contadas em uma literatura que se assemelham à realidade de inúmeras famílias que passaram pela mesma situação no Rio de Janeiro e em vários outros lugares do Brasil. Como diz a frase do livro *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo (2017): “Todos sabiam que a favela não era o paraíso, mas ninguém queria sair”.

É preciso desconstruir o estereótipo de periferia, um conceito historicamente relacionado sempre e/ou somente às desigualdades, pobreza, miséria e violência em nosso país. Trata-se de uma visão preconceituosa e cheia de rótulos sobre a periferia e o povo favelado, formado em sua maioria por negros e pobres. É imprescindível outro olhar sobre a periferia destacando a força, a criatividade, o talento, a resistência e as potencialidades dos sujeitos

periféricos, que são expressos através de vivências e experiências, daí o termo “escrevivência”, de Conceição Evaristo.

Durante muito tempo na história, houve um desconhecimento e um silenciamento do território e dos indivíduos da periferia, de suas lutas, sua resistência e suas potencialidades. A voz da favela era calada ou ignorada e agora chegou o momento de decolonizar o olhar da sociedade para a periferia, ouvindo as vozes dos sujeitos periféricos que narram resistência. Periferia é lugar de gente feliz, de cultura e arte, de criatividade, de luta, de força e resistência, de potencialidades, de esperança em dias melhores. Como diz o funk “Favela” do MC Marcinho: “Favela, orgulho e lazer, estamos à vontade. Nós somos, favela, orgulho e lazer, estamos à vontade... somos mais você”. A Vila Kennedy é luta, é resistência, é potência!

3 A VIOLÊNCIA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES

Este capítulo apresenta a análise dos dados obtidos por meio do questionário (Apêndice A) aplicado sobre o fenômeno da violência escolar, com foco no fenômeno do *bullying*. A pesquisa foi conduzida com o objetivo de compreender a frequência, as formas e os impactos da violência escolar em 60 estudantes, com idade entre 12 e 14 anos, de três turmas de 8º ano, em uma escola pública de Ensino Fundamental do município do Rio de Janeiro. A coleta de dados visou explorar aspectos como: o que é violência, os tipos de violência, locais onde ocorrem, de que maneira ocorrem, as causas e consequências do *bullying*, possíveis soluções para a questão da violência escolar, sempre na perspectiva dos estudantes.

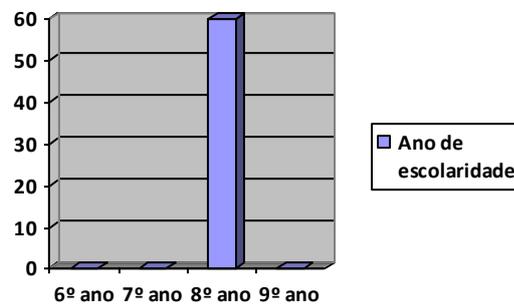
A análise dos resultados será apresentada através de categorias elaboradas a partir da metodologia de respostas baseada na obra *Análise de conteúdo*, do autor Laurence Bardin (2011), permitindo uma visão mais completa e detalhada das dinâmicas de violência no âmbito escolar e no seu entorno. Serão abordados tópicos como: compreensão sobre o que é violência, os tipos de violência no espaço escolar, a questão do *bullying*, as consequências da violência no aprendizado, o papel da escola no enfrentamento à violência, alternativas para amenizar o problema da violência escolar, a proposta de uma escola pautada na perspectiva de paz e direitos humanos, dentre outras categorias, com o objetivo de realizar uma análise sistemática e objetiva do conteúdo de um conjunto de dados obtidos, buscando compreender o seu significado e identificar padrões ou tendências presentes nos resultados do questionário aplicado, que levou em consideração a perspectiva dos estudantes acerca do tema da pesquisa, que é sobre a violência escolar e a prática do *bullying*.

Inicialmente, será feita uma descrição geral dos dados, evidenciando as principais tendências analisadas. Posteriormente, esses resultados serão discutidos à luz da literatura sobre violência escolar e *bullying*, de autores como: Bernard Charlot, Marília Sposito, Miriam Abramovay e Dan Olweus, juntamente com o conceito de “violência simbólica” de Pierre Bourdieu e a obra *Vigiar e punir*, de Michel Foucault, pois observa a escola enquanto uma instituição disciplinadora de corpos, buscando identificar e analisar pontos de convergência com as respostas dos estudantes obtidas no questionário às obras e conceitos dos teóricos referenciais desta pesquisa citados anteriormente. Por fim, o capítulo tem como objetivo fornecer um panorama detalhado sobre a violência escolar na realidade estudada através da observação no campo e da e dos dados fornecidos pelo questionário, oferecendo subsídios para as discussões e conclusões que serão apresentadas no decorrer da pesquisa.

O questionário foi aplicado para 60 alunos de três turmas de 8º ano (2024) de uma escola pública do Ensino Fundamental do município do Rio de Janeiro, todos residentes do bairro da Vila Kennedy. O questionário contém 17 perguntas acerca do tema da pesquisa (violência escolar e *bullying*), além de questões sobre o ano de escolaridade, a idade e o sexo dos estudantes.

Todos os estudantes (100%) que participaram do questionário estão no 8º ano (2024) do Ensino Fundamental.

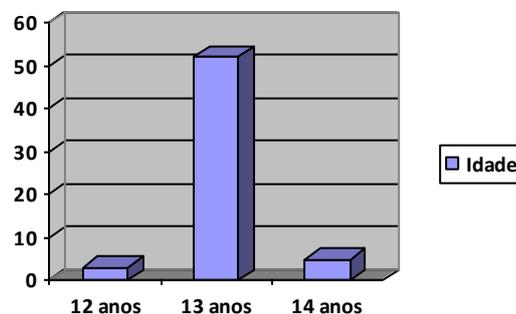
Gráfico 1 – Ano de escolaridade dos estudantes que participaram do questionário



Fonte: Autor, 2024.

A faixa etária dos estudantes varia entre 12 e 14 anos, sendo 3 estudantes (5% dos participantes) com 12 anos de idade, 52 estudantes (86,67% dos participantes) com 13 anos de idade e 52 estudantes (86,67% dos participantes) com 13 anos de idade.

Gráfico 2 – Faixa etária dos estudantes participantes do questionário

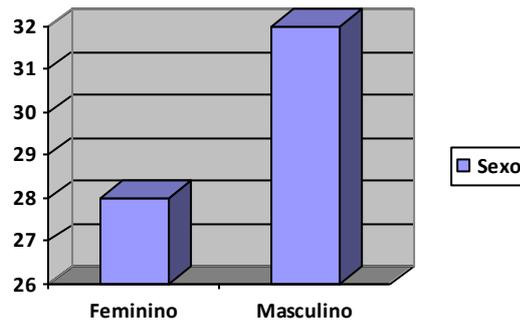


Fonte: Autor, 2024.

Participaram do questionário 28 estudantes do sexo feminino (46,67%) e 32 do sexo masculino (53,33%). A seleção foi de maneira aleatória com aqueles estudantes que se

disponibilizaram a participar, de forma que a divisão por gênero também ocorreu aleatoriamente. Como é notório, a diferença é de apenas quatro estudantes a mais do sexo masculino.

Gráfico 3 – Gênero dos estudantes participantes do questionário



Fonte: Autor, 2024.

A partir de agora serão apresentados, por meio de uma descrição geral, os dados obtidos através das 17 perguntas presentes no questionário aplicado aos 60 estudantes residentes do bairro da Vila Kennedy e matriculados numa escola pública da rede municipal do Rio de Janeiro, com o objetivo de analisarmos o tema da pesquisa (violência escolar e *bullying*) na perspectiva dos estudantes.

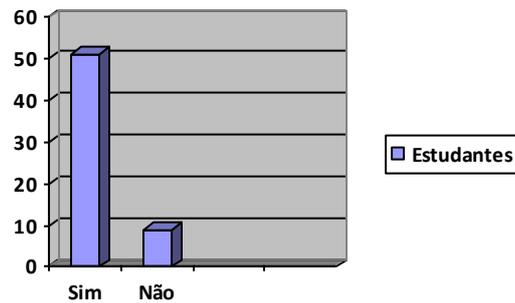
A primeira pergunta do questionário foi: “O que você entende por violência?”. Os estudantes tinham as seguintes alternativas: 1ª) agressão física (tapa, soco, chute, empurrão); 2ª) agressão verbal (palavrões, ofensas, xingamentos); 3ª) violência psicológica (que atinge o emocional da vítima); 4ª) violência sexual (abusos, importunação sexual); 5ª) roubos/furtos; 6ª) machismo, racismo, homofobia, intolerância religiosa, gordofobia, capacitismo; 7ª) *bullying*; e 8ª) todas as alternativas anteriores.

O resultado foi o seguinte: 45 estudantes (75% dos participantes) responderam a última opção que considera “todas as alternativas anteriores” como forma de violência. Para 13 estudantes (21,67% dos participantes), a violência é compreendida somente como “agressão física (tapa, soco, chute, empurrão)”, como mencionado na primeira opção. Somente 2 estudantes (3,33% dos participantes) responderam que reconhecem apenas o “*bullying*” como violência.

A segunda pergunta do questionário foi: “Você acha que a escola é um espaço onde há violência?”. Para 51 estudantes (85% dos participantes), a escola é, sim, um espaço onde existe

violência. Apenas 9 estudantes (15% dos participantes) responderam que não consideram a escola como um espaço em que haja violência.

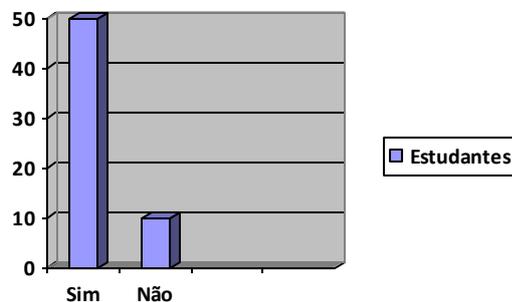
Gráfico 4 – Você acha que a escola é um espaço onde há violência?



Fonte: Autor, 2024.

A terceira pergunta do questionário foi: “Em sua opinião, há violência dentro da sua sala de aula?”. Para 51 estudantes (83,33% dos participantes), existe violência dentro da sala de aula. Apenas 9 estudantes (16,67% dos participantes) responderam que não há violência dentro de sala de aula.

Gráfico 5 – Em sua opinião, há violência dentro da sua sala de aula?



Fonte: Autor, 2024.

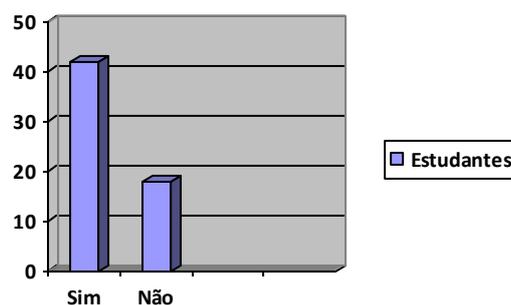
A quarta pergunta do questionário foi: “Qual tipo de violência você mais presencia no espaço escolar?”. Nessa questão, o estudante teria que numerar as opções de 1 a 8, sendo “1” o que você mais vê e “8” o que menos vê ocorrer na escola. As alternativas eram as seguintes: 1ª) agressão física (tapa, soco, chute, empurrão); 2ª) agressão verbal (palavrões, ofensas, xingamentos); 3ª) violência psicológica (que atinge o emocional da vítima); 4ª) violência sexual (abusos, importunação sexual); 5ª) roubos/furtos; 6ª) depredação do patrimônio escolar (pichação, destruição de mesas e cadeiras); 7ª) machismo, racismo, homofobia, intolerância religiosa, gordofobia, capacitismo e 8ª) *bullying*.

O resultado foi o seguinte: 22 estudantes (36,67% dos participantes) afirmaram que o principal tipo de violência que presenciam no espaço escolar é a “agressão física (tapa, soco, chute, empurrão)”. Logo em seguida, 21 estudantes (35% dos participantes) afirmaram que a “violência verbal (palavrões, ofensas, xingamentos)” é a o tipo de violência mais presenciado na escola. Para 9 estudantes (15% dos participantes), o “roubo/furto” é o tipo de violência mais presenciado no espaço escolar. Já para 7 estudantes (11,67% dos participantes), o “*bullying*” é o tipo de violência que mais presenciam na escola. Apenas para 1 estudantes (1,66% dos participantes), a “violência psicológica (que atinge o emocional da vítima)”, é a principal forma de violência mais percebida no espaço escolar. As alternativas “depredação do patrimônio escolar (pichação, destruição de mesas e cadeiras)” e “machismo, racismo, homofobia, intolerância religiosa, gordofobia, capacitismo” não foram mencionadas como primeira opção de violência mais presenciada no espaço escolar por nenhum estudante participante.

A alternativa “violência sexual (abusos, importunação sexual)” foi a opção que, segundo os estudantes, menos é presenciada dentro do espaço escolar. Do total, 29 estudantes (48,33% dos participantes) colocaram o número “8” (que corresponde ao último número da escala de grau de relevância), em que o “1” é o mais visto e o “8” menos visto.

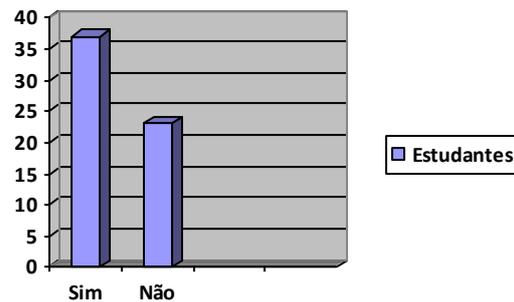
A quinta pergunta do questionário foi: “Você já sofreu *bullying*?” O resultado mostra que 42 estudantes (70% dos estudantes) responderam “sim”, que já sofreram *bullying* na escola. Outros 18 estudantes (30% dos participantes) afirmaram nunca terem sofrido *bullying*.

Gráfico 6 – Você já sofreu *bullying*?



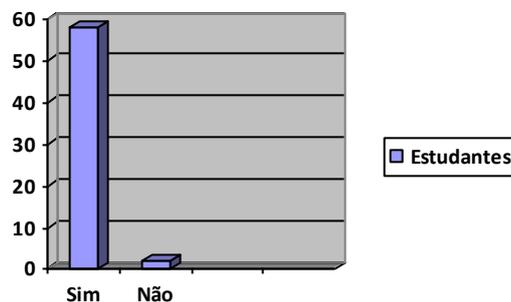
Fonte: Autor, 2024.

A sexta pergunta do questionário foi: “Você já praticou *bullying*?”. A maioria, 37 estudantes (61,67% dos participantes) afirmaram já terem cometido *bullying* contra algum colega. Outros 23 estudantes (38,33%) responderam que nunca praticaram *bullying*.

Gráfico 7 – Você já praticou *bullying*?

Fonte: Autor, 2024.

A sétima pergunta do questionário foi: “Você já testemunhou a prática do *bullying*?”. A grande maioria, 58 estudantes (96,67% dos participantes), responderam que já presenciou a prática do *bullying* no espaço escolar, e apenas 2 estudantes (3,33% dos participantes) afirmaram nunca terem testemunhado a prática do *bullying*.

Gráfico 8 – Você já testemunhou a prática do *bullying*?

Fonte: Autor, 2024.

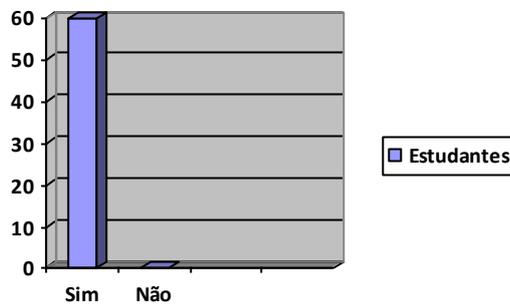
A oitava pergunta do questionário foi: “Em sua opinião, por que o *bullying* acontece?”. Nessa questão, o estudante teria que numerar as opções de 1 a 6, de acordo com a relevância, sendo “1” o principal motivo e “6” o motivo menos determinante para a ocorrência da prática do *bullying*. As alternativas eram as seguintes: 1ª) devido à vivência em situações de violência; 2ª) por causa da baixa autoestima; 3ª) pela demonstração de poder; 4ª) pela busca da popularidade; 5ª) pela falta de respeito/empatia; e 6ª) por não aceitar conviver com as diferenças.

O resultado foi o seguinte: Para 15 estudantes (25% dos participantes), o *bullying* ocorre “devido à vivência em situações de violência” por parte do autor. Logo em seguida, a opção mais mencionada, por 14 estudantes (23,33% dos participantes), é que a principal causa do

bullying é a “falta de respeito/empatia” pelo próximo. Outros 10 estudantes (16,67% dos participantes) afirmaram que o *bullying* ocorre “pela busca de popularidade” por parte dos autores frente aos colegas. Para 8 estudantes (13,33% dos participantes), o fato de “não aceitar a conviver com as diferenças” é o que leva o indivíduo a se tornar o autor do *bullying*. Um grupo de 8 estudantes (11,67% dos participantes) afirmou que a principal causa da prática do *bullying* é “por causa da baixa autoestima” do autor. Por fim, 6 estudantes (10% dos participantes) afirmaram que a prática do *bullying* acontece “pela demonstração de poder” por parte do autor.

A nona pergunta do questionário foi: “Em sua opinião, a prática do *bullying* traz consequências psicológicas e socioemocionais na vítima?”. Um fato importante é o reconhecimento de que todos os 60 estudantes (100% dos participantes) afirmaram que a prática do *bullying* traz diversas consequências para a vítima, ou seja, compreendem que este fenômeno é algo negativo para os indivíduos que são vítimas desse tipo de violência.

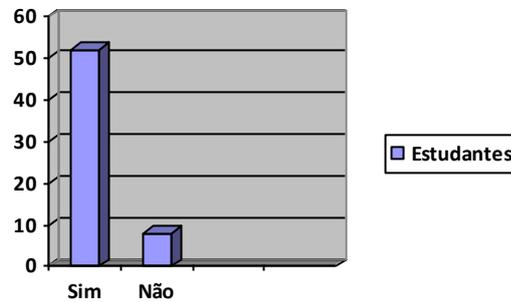
Gráfico 9 – Em sua opinião, a prática do *bullying* traz consequências psicológicas e socioemocionais na vítima?



Fonte: Autor, 2024.

A décima pergunta do questionário foi: “Em sua opinião, o *bullying* e as outras formas de violência escolar prejudicam o aprendizado dos estudantes?”. Para 52 estudantes (86,67% dos participantes), sim, o *bullying* e as outras formas de violência prejudicam o aprendizado, já para 8 estudantes (13,33% dos participantes), estes fatores não atrapalham o aprendizado.

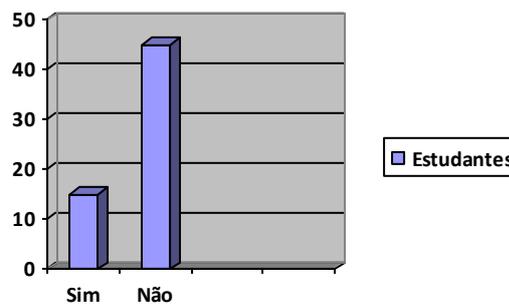
Gráfico 10 – Em sua opinião, o *bullying* e as outras formas de violência escolar prejudicam o aprendizado dos estudantes?



Fonte: Autor, 2024.

A décima primeira pergunta do questionário foi: “Em sua opinião, é mais fácil resolver os problemas utilizando a violência?”. O resultado mostra que 15 estudantes (25% dos participantes) acreditam que é mais fácil resolver os problemas recorrendo à violência, já 45 estudantes (75% dos participantes) afirmam que a violência não é o melhor caminho para a resolução de problemas.

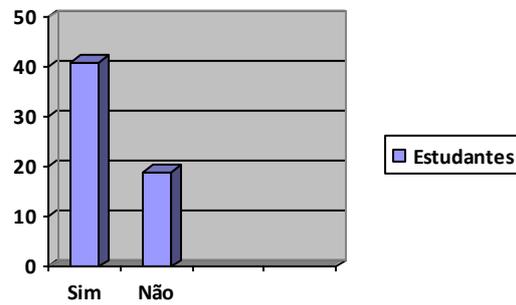
Gráfico 11 – Em sua opinião, é mais fácil resolver os problemas utilizando a violência?



Fonte: Autor, 2024.

A décima segunda pergunta do questionário foi: “No seu dia a dia você, você vivencia situações de violência?”, e 41 estudantes (48,63% dos participantes) alegaram vivenciar situações de violência no seu cotidiano. Outros 19 estudantes (31,67% dos participantes) afirmaram não vivenciarem situações de violência no seu dia a dia.

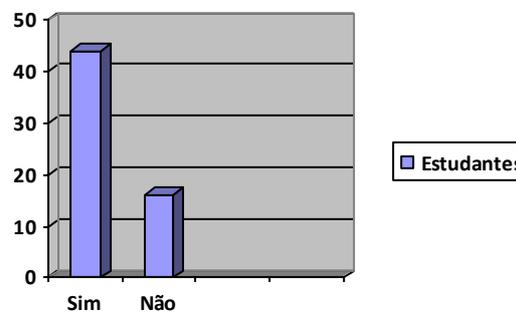
Gráfico 12 – No seu dia a dia você, você vivencia situações de violência?



Fonte: Autor, 2024.

A décima terceira questão do questionário foi: “Em sua opinião, a violência em casa influencia a violência na escola?”. O resultado mostrou que, para 44 estudantes (73,33% dos estudantes), a violência no espaço familiar influencia diretamente na violência ocorrida na escola. Já para outros 16 estudantes (26,67% dos participantes), a violência doméstica não interfere em nada na violência escolar.

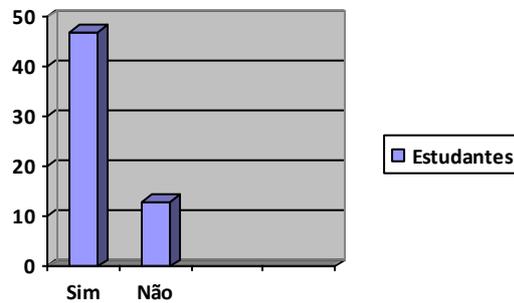
Gráfico 13 – Em sua opinião, a violência em casa influencia a violência na escola?



Fonte: Autor, 2024.

A décima quarta pergunta do questionário foi: “Em sua opinião, a violência no entorno da unidade escolar, ou seja, fora dos muros da escola influencia negativamente no aprendizado dos estudantes?”. Para 47 estudantes (78,33% dos participantes), a violência no entorno da escola influencia negativamente no aprendizado e para 13 estudantes (21,67% dos participantes) a violência externa à escola não influencia negativamente o aprendizado.

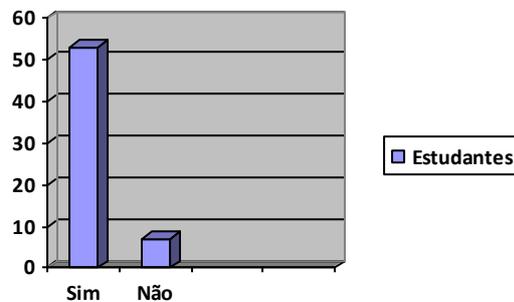
Gráfico 14 – Em sua opinião, a violência no entorno da unidade escolar, ou seja, fora dos muros da escola influencia negativamente no aprendizado dos estudantes?



Fonte: Autor, 2024.

A décima quinta pergunta do questionário foi: “Em sua opinião, o diálogo é um bom caminho para evitar situações de violência?”. O resultado mostra que, para 53 estudantes (88,33% dos participantes), o diálogo é o melhor caminho para evitar situações de violência. Para 7 estudantes (11,67% dos participantes), o diálogo não é um bom caminho para evitar situações violentas.

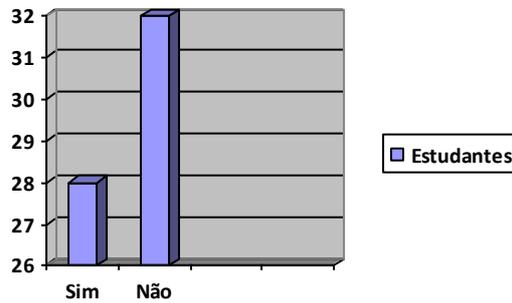
Gráfico 15 – Em sua opinião, o diálogo é um bom caminho para evitar situações de violência?



Fonte: Autor, 2024.

A penúltima pergunta do questionário foi: “Em sua opinião, a sua escola realiza alguma ação para amenizar os casos de violência?”. Para 28 estudantes (46,67% dos participantes), a escola realiza alguma ação para amenizar os casos de violência. Já outros 32 estudantes (53,33% dos participantes) afirmam que a escola não realiza nenhuma atividade para amenizar as situações de violência na unidade.

Gráfico 16 – Em sua opinião, a sua escola realiza alguma ação para amenizar os casos de violência?



Fonte: Autor, 2024.

A última questão do questionário foi: “Numere as alternativas abaixo de 1 a 5, sendo ‘1’ a que você considera mais eficaz e ‘5’ a que você considera menos eficaz para diminuir a violência dentro do espaço escolar”. As alternativas eram as seguintes: 1ª) diálogo; 2ª) empatia; 3ª) respeito; 4ª) amizade e 5ª) outro (qual?). Nessa última, o estudante poderia escrever alguma sugestão.

O resultado foi o seguinte: para 30 estudantes (50% dos participantes), o “respeito” é a alternativa mais eficaz para diminuir os casos de violência no espaço escolar. Para 11 estudantes (18,33% dos participantes), o “diálogo” é a melhor opção para diminuir a violência dentro da escola. A “amizade” foi apontada por 9 estudantes (15% dos participantes) como mais eficaz para amenizar os problemas de violência. A opção “empatia” foi escolhida por 6 estudantes (10% dos participantes) como solução para a questão da violência escolar. Apenas 4 estudantes (6,67% dos participantes) escolheram a opção “outros” e deram suas sugestões sobre alternativas eficazes para diminuir a questão da violência dentro do espaço escolar. Eles acreditam que a punição é a melhor ação para diminuir os casos de violência na escola. Inclusive, dois estudantes colocam como alternativa o uso da própria violência na tentativa de coibir a violência no espaço escolar, ou seja, entende-se que estes sujeitos vivenciam ambientes violentos, onde tal prática é utilizada na tentativa de solucionar os problemas. Com isso, há uma reprodução do ciclo vicioso da violência e suas consequências. A punição, especialmente em sua forma mais severa, pode perpetuar ciclos de violência ao invés de rompê-los. Foucault argumenta que sistemas punitivos podem se tornar formas de violência institucionalizada, replicando a própria lógica que dizem combater.

Nesta última pergunta do questionário, 24 estudantes (40% dos participantes) deram suas sugestões na opção “outros” sobre quais ações, na visão deles, seriam mais eficazes para diminuir a violência no espaço escolar. Lembrando que para manter o anonimato dos

60 estudantes que participaram deste questionário, cada um deles foi nomeado pela letra “E” (Estudante) seguido de um número, por exemplo, E1, E2, E3... e assim sucessivamente, até E60.

Eis as sugestões para amenizar os casos de violência escolar na opção “outros”, na qual os próprios estudantes puderam escrever sua opinião, que na visão deles, seria a ação mais eficaz para solucionar o problema da violência no espaço escolar. E1: “educação”; E3: “conversar com os pais”; E4: “porrada”; E5: “paciência”; E7: “sinceridade”; E8: “brigar com a pessoa”; E10: “amor”; E11: “amor paterno”; E14: “respeito”; E17: “expulsão”; E18: “expulsão”; E19: “castigo dos responsáveis”; E20: “violência”; E25: “punições”; E26: “bater”; E31: “punição”; E32: “bater”; E34: “punições”; E35: “brigar”; E45: “conversar com marra”; E47: “humildade”; E49: “câmeras”; E52: “calma”; e E59: “conversar com marra”.

Dentre as respostas escritas, 4 estudantes (6,67% dos participantes) colocaram suas sugestões na opção “outros” e numeraram com o número “1”, ou seja, considerando, dessa forma, a ação mais eficaz para diminuir a violência no espaço escolar. As alternativas foram: E19: “castigo dos responsáveis”; E26: “bater”; E20: “violência”; e E35: “brigar”.

3.1 As categorias analíticas oriundas do questionário

O questionário apresenta uma divisão de participantes por gênero que está bem equilibrada (28 meninas e 32 meninos), o que é um aspecto positivo para a validade dos resultados. Esse equilíbrio permite uma análise mais rica e representativa das diferentes perspectivas e experiências sobre a violência no espaço escolar, garantindo que as vozes de todos os estudantes sejam ouvidas. Além disso, essa equidade pode contribuir para a discussão de temas relevantes acerca da violência escolar e a prática do *bullying*, promovendo um ambiente de diálogo inclusivo e respeitoso.

3.1.1 O que é violência?

O questionamento sobre o que os estudantes entendem por violência demonstrou que a grande maioria 45 indivíduos (75% dos participantes), considera todas as alternativas mencionadas na pergunta como forma de violência, fator muito positivo, pois demonstra que eles compreendem sobre o que é violência e como ela está presente no cotidiano do espaço escolar. As alternativas eram as seguintes: 1ª) agressão física (tapa, soco, chute, empurrão); 2ª) agressão verbal (palavrões, ofensas, xingamentos); 3ª) violência psicológica (que atinge o

emocional da vítima); 4ª) violência sexual (abusos, importunação sexual); 5ª) roubos/furtos; 6ª) machismo, racismo, homofobia, intolerância religiosa, gordofobia, capacitismo; 7ª) *bullying* e 8ª) todas as alternativas anteriores, que foi a opção marcada por 45 do total de 60 estudantes.

A violência física ainda se manifesta de maneira significativa entre os estudantes, refletindo um problema complexo que afeta o ambiente escolar e a vida social dos jovens. Esse tipo de violência pode se manifestar em diversas formas, principalmente por meio de agressões físicas, como tapas, chutes, empurrões, socos, dentre outras formas e ainda é muito representada pelas crianças como a única forma de violência no espaço escolar. No questionário, por exemplo, treze estudantes marcaram somente a agressão física como forma de violência, ignorando as demais maneiras que este fenômeno ocorre, desconsiderando as violências simbólicas, como violência de fato, como argumenta Pierre Bourdieu. Segundo este autor, as violências simbólicas, que se manifestam através de discursos, normas e práticas sociais, são frequentemente desconsideradas como formas de violência. Ele argumenta que essas violências são sutis e traiçoeiras, moldando relações de poder e perpetuando desigualdades sem a necessidade de agressão física. Essa invisibilidade das violências simbólicas torna difícil reconhecê-las e combatê-las, embora elas tenham um impacto profundo na construção de identidades e na dinâmica social. Por isso, muitos estudantes não compreendem o *bullying* como uma forma de violência escolar, mas trata-se de um exemplo de violência simbólica que ocorre dentro da escola. Esse conceito ajuda a compreender como o poder se exerce de maneira mais sutil, mas igualmente devastadora. A conscientização sobre as consequências da violência física e da violência simbólica, além da promoção de uma cultura de respeito e empatia são essenciais para a construção de um ambiente escolar mais saudável e acolhedor.

3.1.2 Escola: um espaço de violência

De acordo com as respostas obtidas no questionário, a escola é um espaço de violência para 51 estudantes, ou seja, 85% dos participantes afirmam que o espaço escolar é violento. Isso significa que na percepção desses estudantes, a escola não cumpre sua função de ser um espaço de formação, conscientização, seguro e acolhedor para os indivíduos que a frequenta. Quando a instituição não cumpre suas responsabilidades civis, compromete o desenvolvimento integral dos alunos e a construção de uma sociedade mais justa. A negligência em oferecer educação de qualidade, apoiar a inclusão e garantir a segurança dos estudantes pode levar a um ambiente hostil e desigual. A escola, idealmente um ambiente de aprendizado e desenvolvimento, também é um espaço de violência devido a fatores como *bullying*, exclusão

social e conflitos interpessoais. Essa violência pode manifestar-se fisicamente, emocionalmente ou psicologicamente, impactando o bem-estar dos estudantes e o clima escolar. Suas origens são diversas, como a influência de contextos familiares e sociais, a falta de apoio emocional e a ausência de estratégias de prevenção e conscientização por parte da instituição de ensino, que podem agravar a situação dentro da escola. A luta contra essa realidade exige um esforço conjunto de educadores, estudantes, responsáveis e comunidade, visando criar um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos. A sala de aula é um espaço considerado violento para a grande maioria dos participantes (83,33%), ou seja, 50 estudantes afirmaram relatar atos de violência em sua sala. Novamente, aqui, esse número valida a questão anterior, pois quase o mesmo número de estudantes aponta a escola/sala de aula como espaços violentos. Esse dado é fundamental, pois Fante (2003) e Constantini (2004) apontam que o local de maior frequência dos casos de *bullying* é a sala de aula.

A violência na sala de aula é um tema preocupante que afeta não apenas o ambiente escolar, mas também o desenvolvimento emocional e social dos estudantes. Pode manifestar-se de diversas formas, como *bullying*, agressões físicas, violência verbal e até mesmo a opressão de ideias. O *bullying*, por exemplo, é uma das formas mais comuns de violência no espaço escolar, onde um estudante é repetidamente alvo de insultos, humilhações ou agressões. Isso não apenas prejudica a autoestima da vítima, mas também pode afetar o desempenho escolar e a saúde mental. Além disso, a violência verbal, que inclui xingamentos e ofensas, pode criar um ambiente hostil, dificultando a convivência e a aprendizagem. Professores também podem, sem perceber, contribuir para esse clima ao adotarem métodos que não respeitam a individualidade dos estudantes, gerando estresse e ansiedade, cometendo dessa forma, um tipo de violência simbólica.

A sala de aula é um espaço que, idealmente, deveria promover aprendizado e desenvolvimento, mas, infelizmente, pode se tornar um ambiente violento por várias razões. Principalmente, devido à ocorrência do *bullying*, que é uma das manifestações mais comuns de violência no espaço escolar. A prática de assediar colegas, seja por meio de agressões físicas, verbais ou emocionais, gera um clima de medo e insegurança, prejudicando o bem-estar dos estudantes. Essa dinâmica não apenas afeta as vítimas, mas também cria uma cultura de silêncio e conivência entre os demais indivíduos (espectadores). Além disso, a falta de inclusão é um fator significativo. Quando estudantes se sentem excluídos devido a suas diferenças – seja por habilidades, origens culturais, etnia, orientação sexual, religião ou comportamentos –, isso pode resultar em marginalização e ressentimento, intensificando as tensões dentro da sala de aula. Os métodos de ensino utilizados também têm um papel crucial. Abordagens autoritárias ou

desatualizadas podem desestimular a participação dos estudantes, fazendo com que se sintam desvalorizados e desmotivados. Quando estes não se sentem ouvidos ou respeitados, isso pode gerar frustração e agressividade. Conflitos interpessoais, que podem surgir de desentendimentos ou rivalidades pessoais, também contribuem para um clima hostil e violento dentro de sala. Esses conflitos podem se intensificar para atos de violência verbal e/ou física e impactar o ambiente escolar de forma negativa. Por fim, as experiências fora da escola, como problemas familiares e sociais, frequentemente influenciam o comportamento dos estudantes. Quando as crianças enfrentam situações de violência ou estresse em casa e no contexto social em que estão inseridos, isso pode refletir-se em suas interações na escola.

O professor desempenha um papel crucial no combate à violência na sala de aula. Ele deve buscar a construção de um ambiente seguro e acolhedor, promovendo o respeito e a empatia entre os estudantes. Isso pode ser alcançado por meio da mediação de conflitos, incentivando o diálogo aberto e estabelecendo regras claras contra comportamentos violentos. Além disso, deve estar atento aos sinais de *bullying* e exclusão, intervindo de maneira adequada para proteger as vítimas, através da implementação de atividades que desenvolvam habilidades socioemocionais, ajudando os estudantes a expressar seus sentimentos e a resolver conflitos de maneira pacífica, numa educação pautada na cultura de paz e respeito aos direitos humanos. A atuação do professor, juntamente com a colaboração dos responsáveis e de toda comunidade escolar, pode contribuir com a criação de uma rede de apoio, abordando a violência na escola de forma integral e promovendo um ambiente escolar mais saudável para todos.

3.1.3 A incidência do *bullying*

Ao analisar sobre o fenômeno do *bullying*, 42 estudantes (70% dos participantes) afirmaram já terem sofrido esse tipo de violência. Sobre já ter praticado o *bullying* com algum colega, 37 estudantes (61,67% dos participantes) afirmaram terem sido autores dessa prática. Percebe-se que a estatística de quem comete o *bullying* se aproxima muito de quem já sofreu, o que induz a interpretar que uma das maneiras que a vítima possui de se defender do *bullying* é praticá-lo, o que não resolve o problema e pode perpetuar um ciclo violento no espaço escolar. As respostas do questionário referentes aos estudantes que admitiram já terem sido autores ou vítimas de *bullying* apresentaram menores índices, mas quando a pergunta era sobre os colegas que foram vítimas, as respostas apresentam índices elevados. Isso nos permite considerar que possivelmente os estudantes têm medo de admitir que sofram ou sofreram agressões na escola. Segundo Fante (2003) e Constantini (2004), esse medo costuma ser ainda mais intenso quando

classificamos essa agressão como *bullying*. O medo pode ser também motivado por um sentimento de vergonha (Olweus, 1978).

O *bullying* ocorre por inúmeros fatores, como a vivência em situações de violência em casa e no contexto social, a falta de respeito e empatia, a busca pela popularidade, a não aceitação das diferenças, devido à baixa autoestima, por demonstração de poder, entre outros. Esse fenômeno é frequentemente alimentado pela não aceitação das diferenças, como etnia, orientação sexual, religião, características físicas, entre outras coisas que são consideradas “fora do padrão” estabelecido pela sociedade. Essa intolerância cria um ambiente hostil, onde indivíduos se tornam alvos de críticas e agressões. A falta de empatia e compreensão transforma a diversidade em motivo de exclusão, em vez de inclusão. Segundo Pierre Bourdieu (1989), o *bullying* pode ser visto como uma forma de violência simbólica, onde a dominância social se manifesta por meio de comportamentos que humilham e marginalizam indivíduos. Essa violência não é apenas física, mas também psicológica, afetando a identidade e a autoestima das vítimas. Para combater o *bullying* é preciso uma conscientização sobre as estruturas sociais, além de ações que busquem promover a aceitação e o respeito, educando as pessoas sobre a importância da empatia e das diferenças. Isso não apenas protege os vulneráveis, mas também enriquece a comunidade escolar como um todo, além de colaborar para uma sociedade mais justa e igualitária.

Todos os 60 estudantes que participaram do questionário (100%) afirmaram em suas respostas que o *bullying* traz consequências psicológicas e socioemocionais na vítima. Outro número bastante expressivo é que 52 estudantes (86,67% dos participantes) também afirmaram que o *bullying* e as outras formas de violência escolar prejudicam o aprendizado. As consequências psicológicas e socioemocionais do *bullying* podem ser devastadoras. As vítimas constantemente enfrentam ansiedade, depressão e baixa autoestima, o que pode levar ao isolamento social e dificuldades em estabelecer relacionamentos saudáveis. Além disso, elas podem desenvolver problemas de confiança e até mesmo sintomas físicos. Em longo prazo, essas experiências afetam o desempenho escolar e a saúde mental. Vítimas frequentemente enfrentam dificuldades de concentração, ansiedade e medo, o que pode levar a uma queda nas notas e no envolvimento nas atividades escolares. O estresse emocional também pode resultar em desinteresse pelos estudos, faltas e evasão escolar. Não é possível comprovar essa hipótese, mas não se pode desconsiderar que os estudantes que sofreram *bullying* busquem outras escolas ou, até mesmo, desistam da escola (Olweus, 1978).

Apesar de a escola ser considerada um espaço de violência, 45 estudantes (75% dos participantes) não defendem o uso da violência como a resolução de problemas no espaço

escolar ou em qualquer outro lugar, porém um quarto dos estudantes (25% dos participantes) defendem o uso da violência. E como não defenderia, se para maioria, a escola em si é um ambiente violento? Porém, é notório que resolver problemas com violência apenas perpetua um ciclo vicioso, onde a agressão gera mais agressão. Isso não só prejudica as vítimas, mas também afeta aqueles que cometem atos violentos, levando a consequências emocionais e sociais negativas. A falta de diálogo e respeito impedem a resolução pacífica de conflitos no espaço escolar e fora dele. Promover a comunicação e a empatia torna-se essencial para quebrar esse ciclo e criar um ambiente mais saudável e seguro para todos. Como diz o Profeta Gentileza: “*gentileza, gera gentileza!*”.

3.1.4 Os impactos negativos da violência na vivência escolar e no aprendizado

A maioria dos estudantes afirmou que vivencia situações de violência no cotidiano (41 estudantes – 68,33% dos participantes) e outros 44 estudantes (73,33% dos participantes) responderam que a violência em casa influencia nos casos de violência na escola, ou seja, nota-se uma relação muito próxima na vivência da violência no dia a dia e como isso reflete em atos violentos no espaço escolar. Charlot aborda a questão da violência que atinge à escola, através da cultura de violência caracterizada pela aceitação de comportamentos violentos na sociedade, que se refletem dentro das escolas, criando um ciclo de agressão e medo. De acordo com Sposito (2001, p. 96): “[...] a violência observada na escola retraduz parte do ambiente externo em que as unidades operam particularmente em localidades dominadas pelo crime organizado”, como é o caso da escola onde foi desenvolvida a pesquisa, no bairro da Vila Kennedy, Rio de Janeiro. A violência escolar sempre resulta da interseção de três conjuntos de variáveis independentes: o institucional (escola e família); o social (sexo, cor, emprego, origem socioespacial, religião escolaridade dos pais, status socioeconômico); e o comportamental (informação, sociabilidade, atitude e opiniões (Abramovay, 2003).

A violência no entorno da unidade escolar, ou seja, fora dos muros da escola influencia negativamente no aprendizado na opinião de 47 estudantes (78,33% dos participantes). Fatores como conflitos comunitários, criminalidade, tráfico de drogas, guerra entre facções e falta de segurança podem gerar um ambiente de medo e insegurança, o que prejudica a concentração e o desempenho escolar podendo provocar estresse, ansiedade, e conseqüentemente, ausência e evasão escolar. Debarbieux em seus estudos evidencia como essa violência externa se manifesta nas relações interpessoais dentro das escolas e como o contexto social influencia essas dinâmicas. Ele destaca que fatores externos, como a violência dentro de casa e no entorno da

escola, afetam diretamente o clima escolar e a capacidade dos estudantes de se concentrarem e se engajarem nas atividades educativas. Debarbieux (2001) destaca que a violência no entorno da escola tem um impacto direto e negativo no aprendizado dos estudantes. O autor aponta que fatores como a insegurança nas comunidades, a presença de violência urbana e conflitos sociais podem gerar um ambiente hostil que prejudica a concentração e a motivação para aprender.

A violência no ambiente escolar, conclui-se que essas são resultantes de microviolências cotidianas, como por exemplo: empurrar, cutucar, andar pela sala, falar enquanto o professor está falando, gritar, jogar papel, dar risada, entre outros episódios recorrentes em sala de aula, são atitudes que causam desordem e sem intervenções podem passar a agressões mais sérias. Essas ações também são chamadas de incivildades ou indisciplinas, ou seja, manifestações perturbadoras, nas quais a aprendizagem é rompida e “a incivildade permite pensar nas microviolências” (Debarbieux, 2001, p. 179). As microviolências geram as violências duras, ações que utilizam de força e palavras mais ofensivas. Essas ações passaram a ser banalizadas, se encaixando no conceito de Arendt (1963) de “banalidade do mal”. Isso significa que atos que deveriam ser considerados inaceitáveis passam a ser vistos como normais e, muitas vezes, passam despercebidos no dia a dia. Trata-se de situações recorrentes que não necessariamente ferem fisicamente, mas se enquadram no conceito de violência simbólica de Bourdieu (1989), onde a violência é psicológica, causando dor sem tocar.

Para Abramovay (2015), a escola é um local onde os estudantes são obrigados a conviver todos os dias, obedecendo aos horários, normas e regras. Estes são alguns mecanismos de controle utilizados, mas que não apresentam resultado a longo prazo, pois não minimizam o mau comportamento. Desta maneira, os estudantes irão encontrar outros meios de provocar as agressões físicas, xingamentos, intimidações, indisciplinas, incivildades e o *bullying*, descobrindo brechas nas regras impostas ou simplesmente quebrando-as, afetando a aprendizagem e a vida pessoal de todos os submetidos.

Segundo Sposito (1998), a violência escolar espalha aparências desvirtuadas do comportamento humano que às vezes parece sem controle, se constitui de processos de natureza ampla, ainda assim pouco tratado com os pesquisadores consequentemente pouco conhecido e que de fato requer investigação. É necessário, investigar as manifestações de violência que causam interferência no ensino aprendizagem, e suas implicações na formação integral do estudante e na autoridade docente e para o espaço escolar como ambiente de formação humana. A autora também destaca que a violência na escola é influenciada por fatores externos, como a violência no entorno, condições socioeconômicas e a cultura da comunidade. Esses elementos

contribuem para a formação de um clima escolar tenso, conflituoso e violento. A presença de violência nas proximidades da escola prejudica o foco e a motivação dos estudantes, resultando em baixo desempenho no aprendizado e evasão escolar, fato que ocorre no bairro da Vila Kennedy, Rio de Janeiro, onde a escola está localizada.

Apesar de a escola ser um espaço violento, a maioria dos estudantes considera o diálogo o melhor caminho para evitar ou amenizar situações de violência, como mostra a questão 15 do questionário, na qual 53 estudantes (88,33% dos participantes) responderam “sim”, afirmando que o diálogo é a melhor alternativa para a solução de conflitos, e apenas 7 estudantes (11,67% dos participantes) discordam. Esse ponto destaca uma percepção importante dos estudantes sobre a escola como um espaço que, apesar da presença de violência, pode ser transformado por meio do diálogo, que é uma ferramenta poderosa na mediação de conflitos e na redução da violência no espaço escolar. O respeito foi apontado pela metade (30 estudantes, ou seja, 50% dos participantes) do questionário como a maneira mais eficaz para diminuir a violência dentro do espaço escolar. Dessa forma, eles reconhecem que uma escola, onde a educação é pautada em uma cultura de paz e em defesa dos direitos humanos, a violência em suas diferentes formas, irá diminuir. A comunicação aberta e respeitosa entre estudantes, professores e familiares é fundamental para criar um ambiente, com uma convivência mais harmoniosa e democrática.

3.1.5 A negligência da escola no enfrentamento à violência

A negligência da escola no enfrentamento à violência é um fenômeno preocupante que contribui para a perpetuação de um ambiente escolar inseguro e hostil. Quando a instituição não adota medidas eficazes para prevenir, identificar e lidar com a violência, sejam agressões físicas, agressões verbais, *bullying*, assédio, discriminação, pichação, depredação do patrimônio, entre outras formas, ela falha em sua função de ser um espaço de aprendizado, acolhimento e desenvolvimento para todos os estudantes.

Os casos de negligência da escola no enfrentamento à violência pode se manifestar de várias formas, como: a) omissão: muitas vezes, opta por ignorar incidentes de violência por considerá-los “problemas menores” ou “brincadeiras”, desvalorizando as queixas de estudantes e responsáveis. Isso ocorre quando professores e gestores não tomam medidas adequadas para investigar, registrar ou intervir em casos reportados; b) falta de políticas de prevenção: a ausência de políticas claras e definidas sobre como lidar com a violência escolar é um dos principais sinais de negligência. Sem normas bem estabelecidas, protocolos de ação e

campanhas educativas, a escola não consegue criar um ambiente que desencoraje comportamentos violentos; c) despreparo dos profissionais: a falta de capacitação e treinamento dos profissionais da escola para lidar com situações de violência e conflitos entre estudantes também é uma forma de negligência. Sem preparo, os educadores não sabem como intervir de maneira eficaz, e muitas vezes, até agravam o problema; d) Culpar as vítimas: algumas escolas cometem o erro de responsabilizar a própria vítima pelos atos de violência que sofreu, alegando que “provocou” ou “permitiu” a agressão. Essa postura desestimula a denúncia e reforça o sentimento de impunidade entre os agressores; e) negligência na comunicação com os responsáveis: não informar os responsáveis sobre incidentes ocorridos no ambiente escolar é outra forma de omissão. Isso impede que as famílias atuem de maneira conjunta com a escola para solucionar o problema e oferecer apoio à criança ou adolescente; e) minimização do problema: há casos em que a escola reconhece a existência da violência, mas a trata de maneira superficial, aplicando medidas paliativas e temporárias que não atingem as raízes do problema, o que acaba perpetuando o ciclo de agressões.

Diversos são os fatores que contribuem para a negligência escolar no enfrentamento à violência, entre eles podemos destacar: a falta de recursos, principalmente a escassez de recursos humanos, o que limita a implementação de atividades de prevenção, pois faltam profissionais nas instituições e os demais ficam sobrecarregados; a cultura de silenciamento: em alguns contextos sociais, a violência é vista como parte da “normalidade” do ambiente escolar. A cultura do silenciamento em vez de proteger fere os direitos e a integridade dos estudantes e impede uma ação efetiva de combate à violência; despreparo para enfrentar situações complexas: a violência escolar, muitas vezes, envolve questões complexas como discriminação, assédio ou conflitos familiares. Sem formação adequada, a escola e seus profissionais tendem a evitar esses temas, por considerá-los complicados ou delicados, além de temerem algum tipo de agressão contra eles, não se sentindo preparados e seguros para abordar tais situações; pressão por resultados: instituições que priorizam exclusivamente o desempenho escolar podem negligenciar aspectos emocionais e sociais dos estudantes. Com isso, incidentes de violência são subestimados, pois o foco da instituição está nos índices de aprovação e rendimento escolar, o que é um erro, pois tal prática configura-se como uma forma de violência simbólica, conceito de Pierre Bourdieu (1989).

A negligência no enfrentamento à violência escolar pode ter consequências graves para toda a comunidade escolar, ocasionando danos psicológicos para as vítimas, como depressão, ansiedade, isolamento social e, em casos extremos, pensamentos suicidas. Por isso a importância de a escola desenvolver atividades não somente no mês de conscientização do

“Setembro Amarelo”, em que o dia 10 deste mês é, oficialmente, o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, mas durante todo o ano letivo, abordando a questão da depressão e promovendo a escuta dos estudantes. A negligência também cria um ambiente escolar desfavorável, um clima de insegurança e medo, prejudicando o aprendizado e a convivência. A escola deixa de ser um lugar de acolhimento e passa a ser vista como um espaço de hostilidade. Quando a violência não é adequadamente enfrentada, os autores se sentem impunes e tendem a repetir os mesmos comportamentos violentos. Além disso, outros estudantes podem adotar práticas violentas, acreditando que são aceitas, normalizadas ou ignoradas pela escola, com isso ocorre a reprodução de comportamentos violentos, ou seja, um ciclo hostil contínuo. Para 32 estudantes (53,33% dos participantes), a escola não realiza alguma ação para amenizar os casos de violência no espaço escolar, ou seja, não estão claras as ações que a instituição está desenvolvendo no combate à violência. A negligência da escola compromete o bem-estar e o desenvolvimento dos estudantes. É essencial que a instituição assuma um papel ativo na prevenção e combate à violência, implementando políticas claras, projetos e ações contínuos, mobilizando profissionais, estudantes, responsáveis, toda comunidade escolar no intuito de promover um ambiente seguro e acolhedor para todos. Dessa forma, será possível construir um espaço educacional que, de fato, cumpra sua função de formar cidadãos conscientes e preparados para a vida em sociedade convivendo e respeitando as diversidades.

3.1.6 Alternativas para amenizar a violência no espaço escolar

A violência no ambiente escolar é um problema complexo que afeta o bem-estar físico e emocional de estudantes e profissionais da educação. Ela se manifesta de diversas formas, como agressões físicas, *bullying*, violência verbal, exclusão social e até assédio moral. A escola desempenha um papel fundamental no combate à violência, sendo um espaço não apenas de aprendizado acadêmico, mas também de formação cidadã e social. Neste contexto, a instituição educacional tem a responsabilidade de criar um ambiente seguro e acolhedor, onde todos os estudantes se sintam respeitados e protegidos. Porém, analisando a questão 16 do questionário, sobre ações da escola para amenizar casos de violência, as respostas ficaram bem divididas. Constatou-se que 28 estudantes (46,67% dos participantes) responderam que “sim”, a escola realiza ações. Já outros 32 estudantes (53,33% dos participantes) disseram que “não”, que a escola não realiza nenhuma atividade. Essa divisão equilibrada das respostas mostra que as ações que a escola está realizando não estão sendo muito claras. A falta de clareza dessas atividades para combater a violência pode ser um desafio significativo, pois quando os

estudantes não entendem as políticas e iniciativas em vigor, a eficácia dessas ações é comprometida. Isso pode ter como consequência a continuidade de um ciclo de violências no espaço escolar. A conscientização transparente e permanente sobre a violência escolar é um passo essencial para a construção de uma cultura de respeito e segurança nas escolas. Ao engajar toda a comunidade escolar nesse diálogo, é possível criar um ambiente mais saudável e propício ao aprendizado, onde todos se sintam valorizados e protegidos.

3.2 Violência simbólica no âmbito escolar

É importante ressaltar que esta pesquisa possui dois eixos analíticos sobre a questão do *bullying* enquanto uma violência escolar específica. O primeiro eixo analítico é o da violência simbólica, conceito de Pierre Bourdieu, referencial teórico obrigatório no estudo e discussão acerca deste tema. A violência simbólica pode ser identificada na escola através da imposição de uma cultura escolar própria à classe dominante, que serve para a reprodução das estruturas de poder, contribuindo com perpetuação das desigualdades.

A violência escolar é um fenômeno que ocorre quando há comportamentos agressivos ou violentos entre estudantes, professores ou funcionários dentro de um ambiente escolar. Isso pode incluir intimidação, *bullying*, *cyberbullying*, agressões físicas, violência verbal, ameaças, vandalismo e até mesmo violência armada. A violência escolar pode ter consequências graves para a saúde mental e física dos estudantes, bem como para o ambiente de aprendizagem e a segurança da comunidade escolar como um todo. A escola além de promover a construção do conhecimento e favorecer o processo de sociabilidade, é um lugar que sofre com atos violentos, mas também é um espaço que legitima e reproduz a violência em suas práticas e atividades cotidianas. Segundo Abramovay (2015), a violência no contexto da escola, não é apenas reproduzida, mas produzida por suas próprias formas, ordens e tipos, que pode ser observada a cada dia. Sendo assim, a escola não apenas reproduz a violência presente na sociedade, como fomenta o surgimento de novas formas de submissão e estigmas relacionados ao exercício do poder. A principal violência cometida pela escola é a violência simbólica.

A violência simbólica se refere a formas de dominação que não se baseiam em coerção física ou ameaça direta, mas sim em símbolos, valores, crenças e normas culturais que reforçam a posição de poder de determinados grupos sociais em relação a outros. Essa forma de violência se manifesta em diversos aspectos da vida social, como na linguagem, na mídia, na religião, nas artes e também na educação. Trata-se do processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados. As escolas são palcos onde a violência

simbólica ocorre constantemente através do poder do Estado sobre a educação, a prática docente e a relação hierárquica com os estudantes, a imposição de conteúdos e avaliações, o autoritarismo, dentre outras maneiras. Esse tipo de violência intercorre pela imposição de padrões dominantes que excluem ou estigmatizam determinados grupos sociais, assim como a utilização de estereótipos e preconceitos em discursos políticos ou midiáticos. A violência simbólica pode ter efeitos profundos na subjetividade e na identidade dos indivíduos e grupos que são alvo dessa forma de dominação. Ela pode reforçar a desigualdade e a exclusão social, perpetuando relações de poder que se mantêm invisíveis e naturalizadas.

Segundo Bourdieu (2001), a violência simbólica ocorre quando há a presença de um indivíduo dominado e submisso perante outro ser dominante. Para Bourdieu (1989), a violência será entendida como objeto de poder que pressupõe e legitima a postura de submissão de um indivíduo em consideração a outros ou a uma instituição. Para o referido autor, a violência é vista como uma espécie de instrumento ou meio pelo qual a dominação se legitima. Bourdieu argumenta que a violência simbólica é exercida por meio da imposição de códigos e símbolos culturais que favorecem as classes privilegiadas e desfavorecem as classes populares. Esses códigos e símbolos culturais incluem a linguagem, os valores, as normas e as práticas culturais que são valorizadas e reconhecidas como legítimas para a sociedade. Para o autor, a violência simbólica é tão eficaz na reprodução das desigualdades sociais e culturais quanto à violência física, pois é menos perceptível e mais difícil de ser contestada.

A violência simbólica consiste no poder de construção da realidade, capaz de estabelecer o sentido do mundo, especialmente do mundo social, tornando possível o consenso, a concordância entre as inteligências. Ao possibilitar tal consenso, possibilita a dominação, a domesticação dos dominados (Bourdieu, 1998). Abramovay (2002) acrescenta ainda que são manifestações de violência simbólica: abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade; verbal; e institucional como a marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder. O uso da violência simbólica é dirigido por um indivíduo ou grupo, que controla o poder simbólico sobre os outros, fabricando crenças no processo de socialização, induzindo os dominados a enxergarem e a avaliarem o mundo de acordo com os critérios e padrões definidos pelos dominantes.

Um espaço onde a violência está presente em diferentes formas é a escola. O principal tipo de violência cometido pelas instituições de ensino é a violência simbólica, como forma de dominação. No contexto educacional, a violência simbólica é exercida por meio da imposição de um currículo e de critérios de avaliação baseados nos valores culturais dominantes, que

excluem e desvalorizam as formas de conhecimento e cultura das classes populares. Segundo Tiradentes (2015), a violência simbólica, no âmbito escolar, pode ser verificada de várias maneiras: desde o tratamento diferenciado, dispensado a determinados estudantes, até o conteúdo pragmático que faz parte do plano pedagógico. Abramovay (2015) afirma a escola como locus privilegiado para exercício da violência simbólica, pois a violência neste caso ocorre de forma legitimada, não necessita do recurso da força física, nem de armas, nem do grito, mas de atitudes que silenciam e vulnerabilizam os estudantes. A violência simbólica na escola refere-se a formas de violência que não são físicas, mas que ainda assim exercem um poder opressivo sobre certos grupos ou indivíduos. Isso pode incluir ações ou atitudes que perpetuam estereótipos, preconceitos ou discriminações, bem como comportamentos que desvalorizam ou menosprezam a identidade ou as experiências de certos grupos.

Algumas formas comuns de violência simbólica na escola incluem a exclusão de certos grupos sociais, a ridicularização de certas características ou traços culturais, a utilização de piadas ou insultos de cunho discriminatório, a objetificação ou sexualização de certos corpos ou identidades, e a imposição de padrões culturais dominantes que podem excluir ou marginalizar grupos minoritários. Essas formas de violência simbólica podem ter um impacto profundo e duradouro sobre os indivíduos ou grupos que são alvo delas. Elas podem afetar a autoestima, a autoconfiança, a percepção de si mesmos e do mundo, bem como o desempenho escolar e social dessas pessoas.

A violência simbólica nas escolas ocorre de várias maneiras, por exemplo, quando o professor trata o aluno da mesma forma que trata os demais, sem se preocupar com suas particularidades, sem se preocupar com a questão socioeconômica ou quando o professor impede o estudante de pensar criticamente, fazendo-o reproduzir o pensamento imposto pela instituição de ensino, ou seja, a transmissão de uma ideologia dominante em que o estudante absorve sem analisar e construir um pensamento crítico sobre o que está sendo ensinado. Trata-se de uma educação baseada na transmissão, reprodução e alienação do indivíduo, que através do consenso, subordina-se e aceita aquilo que é imposto hierarquicamente de maneira submissa.

Alguns exemplos de violência simbólica que observei e registrei no período de campo foram: a) currículo e conteúdos padronizados, mesmo em turmas com perfis e características bem distintas. Um currículo escolar que reflete valores, histórias e culturas que correspondem a uma visão de mundo dominante, geralmente ocidental e eurocêntrica. Isso pode marginalizar estudantes de culturas, etnias ou contextos sociais diferentes, fazendo com que não se sintam representados, enquanto outros saberes, como culturas dos povos negros e indígenas ou tradições populares e da periferia que os estudantes estão inseridos, muitas vezes são

desvalorizados ou ignorados; b) avaliação padronizada, onde frequentemente são projetados para medir o sucesso de acordo com determinados parâmetros estabelecidos pelo professor e pela escola, que acaba favorecendo um grupo de estudantes em detrimento de outro, não por falta de capacidade, mas porque os critérios de avaliação foram estabelecidos sem levar em consideração às múltiplas outras habilidades e competências do estudante; c) discriminação linguística: o uso da norma culta da língua como único parâmetro de legitimidade linguística dentro das escolas é um exemplo clássico de violência simbólica. Estudantes que falam variações da língua (como o uso de formas coloquiais ou regionais) são frequentemente ridicularizados ou penalizados, levando à desvalorização de sua própria identidade cultural. A escola por estar localizada em uma periferia, muitos estudantes se comunicam e utilizam gírias, e nota-se que muitas vezes são repreendidos por isso por seus professores; d) preconceito implícito na fala dos educadores: em muitos casos, os professores, inconscientemente, reproduzem preconceitos e estereótipos relacionados à raça, gênero, classe social ou outras características, como por exemplo, alguma fala que contenha, mesmo de forma implícita, algum teor machista, homofóbico, capacitista, comentários sobre características físicas dos estudantes... e) ameaças: o professor ao se confrontar com atos indisciplinados, muitas vezes utiliza o autoritarismo para estabelecer o poder dentro de sala. Além disso, usa a nota como arma para controlar o comportamento do estudante, distribui ocorrências, retira o estudante de sala de aula, ou seja, impõe sua autoridade mesmo que por meio de ameaças. A violência simbólica na escola pode ter impactos profundos e duradouros sobre os estudantes. Ela afeta a autoestima e a autopercepção, levando muitos estudantes a internalizarem a ideia de que são menos capazes ou menos merecedores de sucesso, além de tornar cidadãos sem senso crítico, conformados com tudo aquilo que é imposto, sem capacidade de questionamento. Também pode criar barreiras para o aprendizado, pois a desvalorização de suas identidades e culturas pode gerar desmotivação e desconexão com o ambiente escolar

Vivemos em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais e, por esse motivo, muitas vezes as naturalizamos, achando normal, que isso é intrínseco à vida humana, acabam erroneamente, até passando despercebidas. A escola como instituição integrante da sociedade age da mesma maneira. A violência simbólica é a mais difícil de ser percebida

[...] porque é exercida pela sociedade quando esta não é capaz de encaminhar seus jovens ao mercado de trabalho, quando não lhes oferece oportunidades para o desenvolvimento da criatividade e de atividades de lazer; quando as escolas impõem conteúdos destituídos de interesse e de significado para a vida dos alunos; ou quando os professores se recusam a proporcionar explicações suficientes, abandonando os

estudantes à sua própria sorte, desvalorizando-os com palavras e atitudes de desmerecimento (Abramovay; Rua, 2002, p. 335).

As classes populares sofrem com a violência simbólica, pois ocorre a imposição do conhecimento hegemônico, ignorando as diversidades, os conhecimentos de outras culturas, promovendo uma padronização do saber das classes dominantes sobre às demais. Com isso, os indivíduos dominados não percebem e não se opõem à classe que os domina, devido à falta de uma conscientização, de um senso crítico e acabam naturalizando, achando normal essa situação de submissão. No sistema escolar percebemos a violência simbólica quando esta cumpre a função de legitimação impondo às classes dominadas o reconhecimento do saber das classes dominantes, negando a existência de outra cultura legítima, ou seja, baseada na padronização, na exclusão do diferente, ignorando o conhecimento do outro e a subjetividade alheia.

Analisando a violência simbólica exercida pela escola, percebe-se a maneira de ensino verticalizada, com um currículo imposto, sem participação dos estudantes, avaliações padronizadas, enfim, um sistema de ensino que se reproduz uma lógica dominante, baseado apenas na transmissão e na reprodução. A escola, ao invés de possibilitar a criatividade e o pensamento crítico dos estudantes, vem anulando a capacidade de pensar dos estudantes, fazendo-os apenas reproduzir as coisas de forma mecânica, consensual e submissa, sem nenhum tipo de reflexão. A escola não leva em consideração a subjetividade do estudante, os diferentes modos de vida, as singularidades dos indivíduos que compõem a comunidade escolar, e como aponta o próprio Pierre Bourdieu, a escola trata os desiguais como aparentemente iguais, ou seja, padronizando e generalizando os estudantes, ignorando suas particularidades, suas culturas, suas visões de mundo e suas condições socioeconômicas. Defendem a inclusão no ambiente escolar e na sociedade, porém agem de forma a promover a exclusão e a padronização de pensamento, retirando a verdadeira função da escola que é de socialização, construção do conhecimento e desenvolvimento do pensamento crítico. Esse tipo de violência praticada pela escola não causa consequências somente no âmbito escolar, mas é algo que pode acompanhar o estudante após sua saída da instituição, até mesmo por toda sua vida. A escola deve ser uma instituição que promova uma educação libertadora, lembrando as palavras de Paulo Freire (1987): “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”.

Bourdieu considera que a transmissão pela escola da cultura escolar (conteúdos, programas, métodos de trabalho e de avaliação, relações pedagógicas, práticas linguísticas), própria à classe dominante, revela uma violência simbólica exercida sobre os estudantes de

classes populares. Este tipo de violência está presente em variadas formas dentro da escola: na comunicação verbal e não-verbal, nas interações sociais, nas estratégias de coerção e no exercício da autoridade do professor. Segundo o autor, a escola funciona como aparelho ideológico de reprodução da ideologia da classe dominante. Nesta perspectiva, é possível afirmar que o sistema educacional reflete a ideologia do sistema sócio-político-econômico em que está inserida. Apesar dos mecanismos de reprodução social e cultural, as escolas também produzem sua própria violência e sua própria indisciplina (Guimarães, 1996b, p. 77). Vários estudos referem-se à violência simbólica, na perspectiva de Bourdieu, como a principal forma de violência promovida pela escola. Ao criar a possibilidade de consenso, é utilizada como forma de dominação, inclusive pelo corpo docente em suas práticas.

Itani (1998) mostra que determinadas práticas educacionais reproduzem a desigualdade social, configurando então a violência simbólica no âmbito escolar.

[...] a reprodução da violência não está somente no nível simbólico. Ela surge concretamente nas práticas da desigualdade. Na realidade, o professor ou a professora são em si objetos da violência nas relações de trabalho, suscetíveis a pressões e conflitos decorrentes dessas relações desiguais. Às vezes, o professor vive a experiência da desmoralização de seu trabalho, com a imposição contínua de mudanças no sistema de ensino. Entretanto, pode ser também co-autor de atitudes discriminatórias contra alunos, que escapam, às vezes, à reflexão (Itani, 1998, p. 40).

A violência simbólica praticada pela instituição educacional e pelo corpo docente pode influenciar diretamente no processo de ensino e aprendizagem do estudante. Este tipo de violência se manifesta nas condutas que os professores assumem em suas práticas, nas interações com os estudantes, nas formas de avaliação, nas estratégias didáticas, através da sua postura e de seus comportamentos em sala de aula com o aluno, a forma de conduzir algumas situações de indisciplina e violência, que favorecem o surgimento de uma submissão ou agressão entre os estudantes. Quando o professor negligencia o aluno, porque ele está sem material, quando se nega atender o estudante em sua necessidade, quando não ouve e não dá oportunidade do aluno expressar sua opinião ou quando o coloca para fora de sala por algum motivo, ocorre o que Pierre Bourdieu denomina como violência simbólica no âmbito educacional. A escola, além de sofrer com a violência, também é reprodutora de uma violência silenciosa e legitimada. Quando as regras da instituição não são claras, quando os alunos são pré-julgados ou não são escutados, quando os professores se negam a ensinar ou ajudar seus alunos em algum aspecto em sala de aula, a imposição hierárquica de um currículo padronizado, sem respeitar à diversidade dos estudantes e da comunidade que a escola está inserida, a obrigação e aplicação de tarefas e avaliações voltadas apenas para obtenção de números,

estatísticas e metas, sem levar em consideração as múltiplas competências e habilidades de cada estudante, é configurada o fenômeno da violência simbólica.

A atuação do professor a respeito desse tipo de violência no contexto escolar acontece quando o docente não consegue se impor pela autoridade e, com isso, utiliza da violência para demonstrar uma suposta superioridade ao estudante, e também, para obter a ordem e a disciplina em sala de aula, ou seja, utiliza do autoritarismo. Como observado e registrado no diário de campo durante a pesquisa, muitos professores ao se confrontarem com situações de indisciplina, ameaçou a tirar ponto, ou seja, utilizou a nota da avaliação como arma, distribuiu ocorrências para os estudantes e, em algumas situações, retirou os estudantes de sala de aula e levados à direção. Nas discussões realizadas por Arendt (2009 *apud* Marra, 2007, p. 38), constatam o fato de que a violência aparece onde o poder está em risco. Dessa maneira, há uma explicação para os comportamentos de alguns professores no âmbito escolar, principalmente em sala de aula. Como afirma Bourdieu (1989), a escola é o local que se utiliza do poder e autoridade a ela conferido para impor a cultura das classes dominantes, ignorando a essência do indivíduo, seus valores, sua visão de mundo e seu modo de ser ou de pensar. A violência simbólica afeta e causa danos aos estudantes, prejudicando o processo de ensino e aprendizagem do estudante, criando dificuldades e bloqueios nesse processo de construção de conhecimento. Deixa o indivíduo deprimido, mais introspectivo, não consegue se expressar, possui dificuldade de se relacionar, causa a baixa frequência escolar e o desinteresse pelo estudo.

É possível também fazer uma relação entre a violência simbólica e a prática do *bullying*, pois a primeira pode ser entendida como uma base estrutural que legitima e reforça o *bullying*. As normas culturais impostas pela violência simbólica geram hierarquias de poder que permitem que determinados comportamentos sejam considerados “normais” ou “naturais”, enquanto outros são vistos como “desviantes” ou “inferiores” ou “anormais”. Isso legitima, muitas vezes de forma inconsciente, a discriminação e a agressão contra aqueles que não se encaixam nesses padrões dominantes. Assim, o *bullying* pode ser uma expressão mais direta e visível dessa dinâmica de opressão no espaço escolar. A violência simbólica contribui para a naturalização de hierarquias e desigualdades dentro da escola. Estudantes que pertencem a grupos socialmente dominantes (como etnia, classe, gênero) tendem a ser vistos como “normais” ou “superiores”, enquanto aqueles que pertencem a grupos minoritários são frequentemente alvos de exclusão ou ridicularização. Isso cria um ambiente em que o *bullying* pode ser legitimado, já que a violência simbólica ajuda a estruturar essas relações desiguais. A violência simbólica faz com que as características culturais e sociais de certos grupos sejam desvalorizadas. Isso pode ser um terreno fértil para o *bullying*, pois aqueles que fogem das

normas dominantes podem ser alvo de zoações e exclusão. Por exemplo, estudantes que têm um sotaque diferente, que se vestem de maneira distinta ou que seguem práticas religiosas minoritárias, como a umbanda ou candomblé, podem ser vítimas de *bullying*, justamente porque essas diferenças foram invisivelmente deslegitimadas pela violência simbólica.

A exclusão social de certos grupos de estudantes é uma das principais manifestações da violência simbólica nas escolas. Quando estudantes são sistematicamente excluídos de atividades, conversas ou grupos sociais por não se adequarem às normas culturais dominantes, eles se tornam mais suscetíveis ao *bullying* e suas consequências. O *bullying*, nesse caso, reforça e torna explícita a violência simbólica ao isolar e estigmatizar ainda mais esses indivíduos. Como observado nas respostas do questionário, 8 estudantes (13,33% dos participantes) responderam que o principal motivo para a ocorrência do *bullying* é justamente não aceitar a conviver com as diferenças e 14 estudantes (23,33% dos participantes) afirmaram que o *bullying* ocorre devido à falta de respeito com o próximo.

As teorias de Pierre Bourdieu fornecem um quadro teórico poderoso para entender a violência escolar, destacando como as desigualdades estruturais e as relações de poder influenciam o comportamento dos estudantes. Abordagens que busquem mitigar a violência escolar precisam considerar essas dinâmicas sociais e trabalhar para criar um ambiente escolar mais justo e inclusivo. Para prevenir e combater a violência simbólica na escola, é importante que as instituições educacionais adotem políticas e práticas inclusivas e respeitadas da diversidade, estimulando o diálogo, promovendo a valorização da diversidade cultural, o respeito às diferenças individuais e o combate a qualquer forma de discriminação ou preconceito, na busca para criar um ambiente escolar mais democrático, integrador e acolhedor.

3.3 O poder controlador e disciplinar da escola

O segundo eixo analítico desta pesquisa consiste na violência que se configura pelo poder controlador e disciplinar da escola, tendo como referencial teórico a obra *Vigiar e punir*, de Michel Foucault (2008), que conduzirá a análise e discussões do estudo realizado e das informações obtidas no decorrer da pesquisa. O conceito de poder disciplinar da escola, proposto por Michel Foucault, refere-se a uma forma específica de exercício do poder nas instituições disciplinares, como a escola. Foucault argumenta que o poder disciplinar é caracterizado por uma série de técnicas e estratégias que visam controlar, normalizar e regular o comportamento dos indivíduos. Na análise do respectivo autor, a escola é um espaço onde o poder disciplinar é exercido de maneira eficiente e sutil.

Vivemos em uma sociedade de vigilância em que as instituições exercem mecanismos de poder e controle social, inclusive as escolas. As instituições de ensino são caracterizadas pelo controle e vigilância, além da imposição de regras disciplinares que tentam moldar os estudantes e torná-los corpos padronizados e obedientes. O rigor das práticas disciplinares presente nas instituições educacionais sem diálogo e sem uma participação coletiva pode vir a causar uma revolta, uma repulsa dos estudantes em relação às regras impostas, tendo como consequência a violência escolar. Percebe-se, então, que a violência simbólica praticada pela escola, pode ter como consequência um outro tipo de violência causada pelos estudantes no espaço escolar. Áurea Guimarães (1996a, 1996b) aponta o fato de que a rigidez das regras que buscam a homogeneização pode causar efeitos no comportamento dos alunos e que a reação a esse mecanismo vem em forma de violência. A vigilância, a determinação de horários, o controle, a punição e as demais técnicas disciplinares além de doutrinar os corpos, tem a função de evitar e neutralizar possíveis manifestações de revolta contra o poder exercido pela escola, como atos de vandalismo, depredação e outros atos indisciplinados.

Somos vigiados e controlados constantemente na sociedade por diversas instituições e nem percebemos essa vigilância. Michel Foucault, filósofo francês, foi um crítico perspicaz sobre as instituições sociais, incluindo a escola. O autor afirma que a escola é uma instituição disciplinadora, que busca controlar e normalizar os indivíduos, em vez de desenvolver sua criatividade, autonomia e liberdade. Foucault desenvolveu o conceito de “poder disciplinar”, ou, simplesmente, disciplina, que se refere às formas sutis de poder que operam nas instituições para normalizar o comportamento dos indivíduos. A disciplina consiste num conjunto de técnicas em que as relações de poder têm por objetivo a normalização e a padronização do indivíduo, sendo um mecanismo para garantir o controle de todos que compõem a sociedade. O poder disciplinar, além da repressão e da punição, também é eficiente e tem características positivas, como o fato de ser produtivo e produzir saberes, pois

se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento [...], se apenas se exercesse de modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível de saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz (Foucault, 1989, p. 148-149).

O conceito de poder disciplinar desenvolvido por Michel Foucault explica como as instituições sociais como a prisão, o quartel e até mesmo a escola, exercem poder sobre os indivíduos, produzindo sujeitos disciplinados e obedientes. Este poder disciplinar opera de forma sutil e eficaz, visando moldar o comportamento, o corpo e a mente dos indivíduos. Para

Foucault, o poder disciplinar não é apenas uma forma de repressão, mas também um meio de produzir subjetividades, ou seja, formas de ser e de pensar que são compatíveis com as demandas da sociedade em que vivemos.

O poder não é algo que se possui, algo que se toma ou se compartilha, algo que se guardaria ou se daria. O poder não é uma propriedade, uma riqueza ou mesmo uma energia; é o nome que se dá a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (Foucault, 1985, p. 8).

Dessa maneira, Foucault sugere que o poder é algo que se exerce em uma determinada situação social, e que está relacionado a relações de poder entre indivíduos e grupos sociais. Ele destaca que o poder não é uma coisa que se possui ou se dá, mas sim um fenômeno complexo que se manifesta nas práticas sociais.

Este poder é exercido por meio de técnicas disciplinares, como a vigilância, a hierarquização, a normalização e a punição. A vigilância é uma técnica que busca monitorar e controlar o comportamento dos indivíduos, tornando-os conscientes de que estão sendo observados e avaliados; já a hierarquização estabelece uma ordem de importância entre os indivíduos, criando uma divisão entre aqueles que exercem poder e aqueles que são controlados; a normalização busca padronizar o comportamento dos indivíduos, tornando-os cada vez mais semelhantes e previsíveis e a punição é uma técnica que visa corrigir ou reprimir comportamentos considerados desviantes. Essas técnicas disciplinares são utilizadas pelas instituições para produzir sujeitos disciplinados, capazes de obedecer às regras e aos padrões impostos pelo poder dominante. A disciplina é, assim, uma forma de poder que atua diretamente sobre os corpos, as mentes e as emoções dos indivíduos, produzindo sujeitos dóceis, obedientes e produtivos. “O panoptismo é a técnica do poder que torna possível ver sem cessar, reconhecer imediatamente, e vigiar constantemente. [...] O panóptico é uma máquina disposta de tal forma que permite exercer uma vigilância perpétua e ‘automática’ sobre seus usuários” (Foucault, 2008, p. 167). O panóptico foi utilizado em prisões e outras instituições disciplinares, como um meio de exercer uma vigilância constante e eficaz sobre os indivíduos, tornando-os conscientes de que estavam sendo observados e avaliados a todo momento. Foucault argumenta que o panóptico é um exemplo do poder disciplinar, que se manifesta nas instituições sociais por meio de técnicas de vigilância, hierarquização, normalização e punição. O poder disciplinar busca moldar o comportamento, o corpo e a mente dos indivíduos, tornando-os dóceis e obedientes às normas e aos padrões impostos pelo poder.

As instituições adotam mecanismos disciplinares para garantir a vigilância e o controle e a maior produtividade de seus integrantes. As escolas não ficam isentas à essa realidade e servem para controlar, doutrinar e preparar o estudante visando sua ocupação no mercado de trabalho, contribuindo com o fortalecimento e consolidação do sistema capitalista. Para Foucault, a escola é uma instituição que reproduz as hierarquias sociais, ao mesmo tempo em que finge promover a igualdade e a mobilidade social. Trata-se de uma instituição seletiva, que favorece aqueles que já têm privilégios sociais, em detrimento dos menos favorecidos. Assim, como outras instituições, como prisões, fábricas e quartéis, a escola através de suas práticas pedagógicas da sociedade disciplinar, possibilita a vigilância e o controle dos corpos dos estudantes de maneira constante, doutrinando-os, criando corpos dóceis, úteis e que toleram a prática e o poder exercidos sobre eles, tornando-os submissos e preparando-os para servirem ao sistema capitalista. Não são apenas os prisioneiros que são tratados como crianças, mas as crianças como prisioneiras. As crianças sofrem uma infantilização que não é delas. Neste sentido, é verdade que as escolas se parecem um pouco com as prisões (Foucault, 1985, p. 73).

O estudo de Foucault indica a escola como um espaço de produção de disciplina e saber, onde ele é aceito e legitimado, onde o “ser disciplinado” compensa, pois quanto mais doutrinado e “adestrado”, mais recompensas o indivíduo recebe por isso. Com isso, o estudante disciplinado serve de modelo e exemplo para que todos os outros sejam dóceis e úteis, pois a escola busca padronizar os discentes. “[...] O sistema operante no treinamento escolar é o da gratificação-sanção” (Guimarães, 2003, p. 27). Dessa maneira se você é um aluno exemplar, disciplinado, “adestrado”, você recebe suas gratificações, caso contrário, é punido. Uma punição não apenas no intuito de punir por punir, mas sim punir para ensinar, para disciplinar, para doutrinar, para “adestrar” o estudante e torná-lo um corpo dócil, submisso e útil ao poder exercido sobre ele.

O controle circunstanciado dos estudantes no espaço escolar ocorre por meio da delimitação do tempo, através da organização do espaço físico, das atividades, avaliações e da disciplinarização do corpo. Estes fatores têm por objetivo “adestrar” e “domesticar” os estudantes, como se fossem todos iguais, pois, assim, se tornam dóceis, fáceis de serem manipulados e mandados. Essa manifestação de poder acontece cotidianamente na instituição escolar, como afirma Michel Foucault. O corpo entra numa “mecânica de poder” que “o esquadrinha”, o desarticula e o recompõe” (Foucault, 2008, p. 119). Sendo assim, o indivíduo torna-se útil economicamente e dócil politicamente, satisfazendo aos interesses do sistema vigente. A existência e aplicações de exames, provas e outros tipos de avaliações são indicadores do poder disciplinar presente na escola. As avaliações são instrumentos que

analisam, comparam e classificam constantemente o indivíduo, com o objetivo de treiná-lo e padronizá-lo a um único pensamento imposto por uma lógica dominante, sendo “[...] um caso que ao mesmo tempo constitui-se um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder” (Foucault, 2008, p. 159). O exame, a prova, os diversos modelos de avaliações consistem em práticas disciplinares que buscam a normalização, no mesmo tempo que controla, vigia, classifica, qualifica, vigia e pune, dentro de uma estrutura hierárquica que tem como objetivo a “domesticação”, o “adestramento”, a alienação e a produção de corpos dóceis. Para Foucault (2008, p. 155), a instituição escolar tornou-se uma espécie de dispositivo de exame continuado, que acompanha toda dimensão de ensino. O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder (Foucault, 1985, p. 106).

O atual modelo pedagógico busca submeter todos os estudantes às regras estabelecidas pelas instituições de ensino, no intuito de vigiá-los constantemente. É o modelo contemporâneo do panóptico mais evoluído com o avanço da tecnologia, como a instalação de câmeras nas salas de aula, nos corredores, pátio, enfim, em todo território do espaço escolar, com o objetivo de vigiar, controlar e disciplinar os corpos dos estudantes. Além disso, a escola também exerce seu poder e controle sobre o estudante pela forma de organização do espaço escolar, em que cada aluno fica em um lugar específico, cada aluno tem sua carteira e todos organizados e posicionados em fileiras, mantendo uma determinada ordem em sala de aula. Dessa forma, preenche todo o espaço de maneira organizada e, assim, a vigilância sobre o comportamento do indivíduo torna-se mais eficiente, dificultando a ocorrência de atitudes e possíveis interrupções que comprometam a qualidade e o bom andamento da aula. Os lugares marcados, a formação em fileiras, o uso de uniformes, entre outras medidas, são maneiras que as instituições de ensino utilizam para que os estudantes sejam controlados e que produzam de forma igual, ou seja, normalização e padronização de pensamentos num modelo de educação pautado na reprodução.

A organização do espaço escolar, principalmente na sala de aula, transformou a escola numa “máquina de ensinar”, doutrinar, reproduzir, vigiar, punir e/ou premiar. [...] a escola foi a instituição moderna mais poderosa, ampla, disseminada e minuciosa a proceder a íntima articulação entre o poder e o saber, de modo a fazer dos saberes a correria (ao mesmo tempo) transmissora e legitimadora dos poderes que estão ativos nas sociedades modernas e que instituíram e continuam instituindo o sujeito (Veiga-Neto, 2007, p. 114).

Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões? (Foucault, 2008, p. 187). A

escola tem servido unicamente ao sistema capitalista, não está interessada em formar cidadãos pensantes, livres e com senso crítico, para a construção de uma sociedade com menos desigualdades. “A escola se diz democrática, mas não o é; diz que prepara para a vida, mas não o faz; é lugar do novo, mas propaga o velho” (Guimarães, 1996a, p. 25). Michel Foucault propôs que a escola não deve ser vista como uma instituição neutra, mas sim como uma instituição que exerce poder sobre os indivíduos, moldando suas identidades e limitando suas possibilidades de ação, além de defender a necessidade de se repensar a função da escola para que ela se livre de seus instrumentos de punição, de forma a torná-la mais democrática, criativa e libertadora. Foucault (2009, p. 15) alerta que “não há relação de poder sem resistência [...] toda relação de poder implica, portanto, ao menos de forma virtual, uma estratégia de luta”.

Foucault argumenta que o poder está presente em todas as relações sociais. Na escola, a disciplina é uma técnica de poder que molda o comportamento dos estudantes através de regras, vigilância e punição (cópia como castigo, ocorrências, suspensão, transferência...). Essa vigilância pode ser observada nas práticas de monitoramento dos estudantes, como câmeras de segurança, supervisão constante por professores e inspetores, além de sistemas de controle de presença. Tudo isso foi captado e registrado no diário de campo durante o período de observação do espaço escolar (corredores, pátios, sala de aula, diretoria, dentro outros locais) onde se presencia a disciplina como uma técnica de poder para moldar e controlar os comportamentos e atitudes dos estudantes. Um dos conceitos de Michel Foucault, o Biopoder, ocorre nas instituições de ensino, através das políticas e práticas escolares que regulamentam o comportamento, a aparência e a saúde dos estudantes. A violência escolar pode ser vista como uma resposta às práticas de disciplinamento e controle excessivo. Estudantes que sentem que estão sendo constantemente vigiados e controlados podem reagir com comportamentos violentos como uma forma de resistência.

O poder nas escolas não é apenas exercido de cima para baixo (administração para discentes), mas também entre os estudantes, entre professores e estudantes, e entre outros funcionários escolares. Essas dinâmicas de micro-poder podem resultar em *bullying*, assédio e outras formas de violência no espaço escolar. Como observado nas respostas do questionário, 10 estudantes (16,67% dos participantes) afirmaram que o *bullying* ocorre, pois o autor busca popularidade diante dos colegas e 6 estudantes (10% dos participantes) afirmaram que este tipo específico de violência escolar (*bullying*) ocorre pelo fato do autor querer demonstrar poder, ou seja, percebe-se uma relação de disputa de poder, pois o *bullying* caracteriza-se por violência entre pares, inclui-se maus-tratos, opressão, intimidação, ameaças e agressões que ocorrem de forma intencional e repetida. Isso inclui gozações, apelidos e xingamentos que magoam

profundamente a vítima e podem causar sérios prejuízos emocionais, como perda de autoestima, queda do rendimento escolar, exclusão social e evasão escolar. Como mostra a análise do questionário, para todos os 60 estudantes (100% dos participantes), a prática do *bullying* traz consequências psicológicas e socioemocionais na vítima; e 52 estudantes (86,67% dos participantes), um número bastante expressivo, afirmam que o *bullying* e as outras formas de violência escolar prejudicam o aprendizado dos estudantes.

Para Foucault, onde há poder, há resistência. Dentro do ambiente escolar, a violência pode ser vista como uma forma de resistência contra as normas e o controle impostos pela instituição. Os estudantes que não se adequam ao modelo disciplinar imposto pela escola podem expressar sua frustração e resistência através de comportamentos violentos, seja em confrontos entre pares (*bullying*) ou na desobediência às figuras de autoridade, como professores e gestores. A violência entre os estudantes pode também ser uma forma de reafirmação de hierarquias internas, em que os estudantes reproduzem as dinâmicas de poder que experimentam na relação com a instituição ou figuras de autoridade. Assim, a violência pode ser entendida como um reflexo das relações de poder que permeiam o espaço escolar. Nas respostas obtidas no questionário, nota-se que o *bullying* é uma forma de mostrar superioridade sobre os demais, é a intenção de humilhar o outro, o autor quer se sentir melhor que o outro, busca popularidade e alguma liderança na escola, além de possuir uma insegurança com relação a si próprio, o que o leva a querer inferiorizar outros para se sentir melhor. Isso foi demonstrado na resposta de 7 estudantes (11,67% dos participantes) no questionário que afirmaram que a baixa autoestima é uma das causas da prática do *bullying*.

Foucault analisa como as instituições disciplinam os corpos através da normatização, ou seja, a criação de padrões de comportamento que todos devem seguir. O *bullying* pode ser visto como uma expressão dessa normatização, em que os estudantes que não se encaixam em certas normas (como aparência, comportamento ou desempenho escolar) são perseguidos ou marginalizados por seus pares. Na opinião de 8 estudantes que responderam ao questionário (13,33% dos participantes), um dos principais motivos para ocorrência do *bullying* é o fato do indivíduo (autor) não aceitar a conviver com as diferenças, ou seja, ataca, agride e humilha repetidamente todos aqueles que fogem do padrão estabelecido pela sociedade ou que estejam fora da “normalidade” na perspectiva do autor do *bullying*. Esse tipo de violência, que é frequentemente silencioso ou ignorado pelas autoridades escolares, reproduz a lógica disciplinar da escola, na qual o desvio é punido. O *bullying*, portanto, não é apenas uma questão interpessoal entre os estudantes, mas pode ser visto como um reflexo das estruturas de poder e controle da escola.

As teorias de Michel Foucault oferecem uma visão crítica sobre como as práticas de poder e disciplina nas escolas podem contribuir para a violência escolar. É amplamente conhecido por suas análises sobre poder, disciplina e controle social. Suas teorias também podem ser aplicadas para entender a violência escolar, especialmente em como as instituições educacionais exercem poder e disciplinam os corpos e mentes dos estudantes. A partir da análise foucaultiana, podemos entender a violência escolar como parte de um sistema mais amplo de controle, disciplina e poder. As instituições escolares moldam os comportamentos e atitudes dos estudantes, mas ao fazê-lo, também geram tensões e conflitos que podem se manifestar de forma violenta. A violência, nesse sentido, não é apenas uma falha do sistema, mas uma consequência das próprias relações de poder e controle que a escola estabelece. Abordagens que busquem reduzir a violência devem considerar as dinâmicas de controle e vigilância, promovendo um ambiente mais inclusivo e menos repressivo. A escola deve provocar e ser a mudança que a sociedade necessita. “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 47).

4 A PERSPECTIVA DA GESTÃO ESCOLAR SOBRE A VIOLÊNCIA

O fenômeno da violência escolar tem sido amplamente discutido no contexto educacional, devido aos impactos negativos que provoca no ambiente escolar e no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, compreender essa problemática a partir da perspectiva dos gestores escolares, que ocupam um papel central na mediação e no enfrentamento dessas situações, é fundamental para desenvolver estratégias de intervenção eficazes para amenizar o problema.

Este capítulo apresenta uma análise detalhada das entrevistas realizadas com a gestão escolar (o roteiro da entrevista encontra-se no Apêndice B), com o intuito de explorar suas percepções, experiências e práticas no manejo da violência dentro do espaço educacional. Este texto tem o objetivo de analisar as percepções da gestão escolar a respeito do *bullying* enquanto uma forma específica de violência escolar. A escolha por entrevistar as gestoras da unidade escolar se justifica pelo fato de que elas desempenham funções essenciais na mediação de conflitos e na implementação de políticas e ações que visam a promoção de um ambiente escolar seguro e inclusivo.

Inicialmente, será feita uma breve apresentação sobre o perfil profissional das participantes e o processo metodológico utilizado para conduzir as entrevistas. Em seguida, serão abordadas as principais categorias emergentes das falas das gestoras, relacionando-as com a literatura existente sobre o tema. Ao final, discute-se como as percepções das gestoras podem contribuir para a formulação de políticas educacionais, na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, de forma participativa com a comunidade escolar e práticas de gestão escolar mais assertivas em frente ao problema da violência escolar.

A análise proposta é oriunda de uma pesquisa empírica realizada no ano de 2024, em uma escola pública de região periférica da rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa contemplou três instrumentos: observação do cotidiano escolar, aplicação de questionários aos discentes e a realização de entrevistas com a gestão escolar. A observação e os dados revelados pelos questionários e pelas entrevistas nos mostram algumas singularidades na “Escola Municipal Professor Milton Santos” em relação à percepção dos estudantes e da gestão diante da violência escolar, em específico os casos de *bullying*.

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as

peças percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante (Duarte, 2004, p. 218).

O roteiro dos temas da entrevista foi elaborado a partir da observação do cotidiano escolar e das respostas dos estudantes nos questionários. As entrevistas foram direcionadas a duas gestoras escolares (diretora geral e diretora adjunta), sendo que as duas já foram professoras do primeiro segmento do Ensino Fundamental do município do Rio de Janeiro, e também, coordenadoras pedagógicas durante alguns anos na rede municipal de ensino, período bem anterior ao início da pesquisa, tornando-se gestoras escolares da “Escola Municipal Professor Milton Santos” no ano de 2012. O processo de elaboração, realização, recolhimento, transcrição e análise das entrevistas foi de aproximadamente um mês.

Gestora 1 (G1). Mulher, parda, 60 anos, moradora do Campinho, formada em Pedagogia, professora do primeiro segmento do Ensino Fundamental, funcionária pública da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro há 34 anos. Faz parte da gestão escolar desde 2012.

Pergunta 1: O que você entende por violência escolar?

Violência escolar é tudo aquilo que nos agride, não só a mim, mas os alunos, professores, responsáveis, enfim, todos que participam do espaço escolar. Entendo que é desde a violência física, até um desagrado psicológico, choques, traumas, enfim é tudo aquilo que atravessa o portão da escola e nos agride fisicamente e psicologicamente.

Pergunta 2: Você considera a escola como um espaço que há violência?

Sim, claro que sim! É um espaço próprio para a violência porque é o espaço onde acontecem os relacionamentos, é o espaço de relação entre eles. Aqui a gente exercita se relacionar com o outro e essa relação exige o reconhecimento de limites, o seu limite, o limite do outro, os valores de cada um e acho que onde há relação humana pode sim ser um espaço de conflitos e de violência. A escola é um lugar de conflitos de opiniões, de valores, de interesses, principalmente conflitos de poder. Para eles o que vale é a relação de poder e aqui na escola é um querendo provar que é mais poderoso que o outro o tempo todo, ainda mais numa escola em comunidade. Com isso, a escola acaba se tornando um espaço de violência, onde o aluno busca se incluir dentro desse espaço, quando você não se inclui, você acaba se tornando vítima dessa violência. A escola acaba reproduzindo a violência por que não estamos preparados para lidar com a violência local, presente na comunidade e temos que aprender a nos defender e isso interfere nas relações de poder que existe na escola. Assim como lá fora tem um poderoso, um “chefão” que manda, a escola também tem que ter o poder que manda, eu como gestora sou esse poder. Quando cheguei aqui peguei essa escola sem lei, dominada por eles. Tive que demonstrar poder e conquistar o poder de “chefe” aqui dentro da escola, a “mandona”, por isso eles têm respeito comigo. Pra eu lidar com a questão da violência, eu tive que adentrar na

violência, eu entrei num sistema violento. Essa relação de poder construída não pode ser sem medo, sem ordem, sem disciplina, sem controle e com isso, a gente acaba praticando a violência psicológica, a violência simbólica com os alunos. O caos está sempre à espreita para dominar a escola, os alunos estão sempre nos testando e para eu conter esse caos, para que a escola não vire uma bagunça, acaba ocorrendo a violência simbólica, onde a gente às vezes não dialoga, dá ocorrência, chama o responsável, suspende ou transfere o aluno para outra escola e, infelizmente, acaba se tornando um ciclo vicioso de violência.

Pergunta 3: Quais os tipos de violência que você mais presencia na escola?

São tantas que eu nem sei qual é o tipo que mais percebo, porém o bullying desde que eu cheguei aqui eu presencio, e um bullying pesado. A violência também dos responsáveis, parece até que estamos em campos adversários. Um dos desafios que tenho é mostrar que a escola faz parte da comunidade, que não somos adversários, mas sim um ajudar o outro na educação do aluno. Vejo muito a violência verbal e física entre eles mesmos, tudo eles querem resolver na violência, com agressividade. Por exemplo, você está no pátio, na hora do recreio, uma brincadeira acaba virando briga e eles respondem o contato, um esbarrão sem querer, com muita violência. Então eu vejo muito a ocorrência do bullying e as agressões verbais e físicas muito presentes. O primeiro tipo de violência que me deixou chocada quando cheguei aqui nessa escola foi que eles não permitiam o toque, o encostar para conversar com eles, não permitiam. Eles não queriam o afeto, o afeto estava vedado. Eles diziam: “não me encosta”, “tira a mão de mim”, pois sempre tive o hábito de conversar com os alunos e colocar a mão no ombro, ter uma proximidade, tinham uma resistência no início que, na minha opinião, é o retrato da violência que eles vivenciam lá fora. Meu primeiro desafio foi ultrapassar essa barreira e eles me receberem com afeto e quando eles permitiram deixar que eu os tocasse, foi como se surgisse um elo permitido de afeto.

Pergunta 4: Você acha que a violência no entorno da escola influencia no comportamento e no aprendizado dos estudantes?

Com certeza! Tudo que está lá fora influencia aqui dentro da escola. Por exemplo, eles viveram uma noite de tiroteio, no outro dia, quem não leva consigo aquela vivência, aquela bagagem pra onde você está indo? Pra onde vamos levamos junto nossa bagagem de vida. Então é óbvio que eles vão trazer com eles uma noite de conflitos e tiroteio para dentro da escola, mexe psicologicamente com os alunos. Eles vão chegar chateados, vão chegar deprimidos, vão chegar cansados e desestimulados. Toda essa vivência que eles têm lá fora, eles trazem aqui pra dentro e isso acaba reproduzindo dentro da escola. Por exemplo, um ambiente familiar violento, onde a mãe bate no filho o tempo inteiro, tudo bate nessa criança, ele vai chegar aqui na escola e vai querer resolver tudo na violência também. Eles reproduzem o ambiente que eles vivem e alguns reproduzem isso a vida toda. Infelizmente, isso compromete a questão do aprendizado, com certeza. É dentro da escola que eles reproduzem exatamente o que veem e o que vivem lá fora.

Pergunta 5: O que você entende por *bullying*?

O bullying sempre existiu, só não tinha esse nome e essa repercussão na mídia. Para mim, o bullying é toda a violência que te escraviza, quando você se sente escravo daquela situação e não consegue sair dela. O bullying ocorre para satisfazer o ego de quem faz. É uma violência que a pessoa tem o prazer de fazer o outro sofrer por

vários motivos que só o praticante do bullying sabe porque, na verdade, o praticante é uma pessoa doente, que precisa de ajuda. Então, o bullying é uma violência que te escraviza. Essa violência pode ser física ou psicológica.

Pergunta 6: Quais os principais tipos de *bullying* que você presencia no espaço escolar?

Eu acho que o racismo é o principal tipo de bullying que vejo aqui na escola. Percebo também que quando uma aluna é muito bonita, ela também sofre bullying e é muito perseguida por outras meninas. Porém, os casos que eles mais me procuram estão relacionados às características físicas, principalmente a ocorrência do racismo, que é um crime. Eles se queixam de ser chamados de “cabelo duro”, “beição”, “neguinha”, “macaco”, tudo relacionado à característica física da pessoa negra e eles cometem o ato de racismo. Percebo que o principal tipo de bullying é relacionado às características físicas, pois eles estão sempre procurando algo no outro para perseguir, humilhar e maltratar. Os alunos negros e as alunas negras sofrem mais.

Pergunta 7: Em sua opinião, por que o *bullying* ocorre?

Eu acho que o bullying está relacionado a uma forma de poder. Na verdade, o autor quer provar um poder que ele não tem. O bullying é uma relação de poder, onde um aluno acha que pode fazer aquilo, que manda e outro, que é a vítima, tem que obedecer e fazer. O grande desafio é a vítima do bullying descobrir que ela também tem poder, que ela pode desafiar o outro e sair daquela situação. Porque a vítima sofre e só vai diminuindo em relação ao outro e aquele que comete cresce em cima do outro, no caso, a vítima. O autor do bullying tem uma necessidade de se autoafirmar em cima do outro, agredindo e humilhando o outro.

Pergunta 8: Quais as consequências do *bullying* para os estudantes e para a escola?

Pra vítima eu acho que ele perde o gosto de viver. De cara, ele perde logo o desempenho escolar, por que ele perde a vontade de ir à escola, a vontade de estudar, perde a identidade dele mesmo e se sente excluído do ambiente escolar. Pra quem pratica, eu acho que as consequências vêm com o tempo, porque o agressor é um doente. Na verdade, aquele que faz o bullying coloca para fora todos os problemas que ele carrega consigo em cima do outro. A longo prazo essa pessoa que comete o bullying terá consequências psicológicas e provavelmente será um excluído socialmente. As consequências para a escola são muito ruins porque não conseguimos desempenhar o papel da escola e a gente acaba se ocupando de inúmeras outras funções que deveria ser da família. Por isso a escola deve ficar sempre alerta a essas coisas para poder fluir, porque às vezes um aluno está com mau desempenho porque está sofrendo bullying e ninguém sabe, ninguém percebeu. A escola deve estar atenta aos sinais que os alunos dão em relação ao bullying, mas é muito difícil porque são muitos casos e muitos alunos na escola. A demanda da escola está muito grande, cada vez mais coisas. Infelizmente, muitos casos você não vê, nem sabe que está ocorrendo. Tivemos uma ex-aluna nossa que se suicidou no Ensino Médio e quantos alunos nossos que quando voltam relatam e aí a gente descobre problemas que a gente nunca soube e nunca viu, isso é muito complicado. Muitos alunos sofrem e sofrem muito e a gente não sabe, acaba passando batido e só vamos perceber as consequências depois quando voltam pra contar ou ficamos sem saber porque nem voltam mais. Por isso que ocorrem essas tragédias, como ocorreu na escola em Realengo, quando um ex-aluno que sofria bullying voltou e matou muita gente e isso é uma realidade, pode acontecer. O aluno que sofre bullying pode ser um

praticante de bullying também, reproduzir essa violência e até se tornar um assassino em potencial, voltando para se vingar.

Pergunta 9: Qual caso de violência escolar te marcou nesse período como gestora?

Na verdade, desde que eu vim trabalhar aqui, eu convivo num espaço violento, principalmente entre eles. Porém, o que mais me marcou foi um namorado de uma ex-aluna, que era envolvido com o tráfico, entrou na escola para tirar satisfação porque a menina estaria “dando mole” para outros meninos e deu uma surra nela dentro do banheiro feminino. Tive que intervir e tentei separar, mas foram muitas agressões físicas com tapas, socos e chutes e eu presenciei isso. Eu vi essa agressão e acho que isso nunca vai sair da minha mente, embora seja um ambiente violento, uma comunidade que vive a violência extrema e trazem isso pra escola, mas a gente através do diálogo, com a convivência, a gente vai amenizando e tentando resolver. Percebi que esse tipo de violência é algo que existe, ela faz parte da vivência deles, da cultura deles e já está naturalizada e parece que ninguém pode fazer nada, pode ocorrer de novo, a qualquer hora e isso é aceito, é banalizado, como se fosse a regra do local.

Pergunta 10: A escola realiza alguma ação para amenizar os casos de violência?

Eu acho que a escola é o tempo todo realizando ações contra a violência. Na verdade, a gente tenta o tempo todo resolver problemas de violência dentro da escola para depois começar a dialogar e começar a aula e tentar ensinar. Porque se você não resolver o problema da violência, não há diálogo nenhum e não tem ensinamento de nada. Quando bate o sinal e os alunos entram por aquele portão, a violência vem junto com eles, então a escola não tem como trabalhar separada disso, do início ao fim da aula é trabalhando junto a questão do aprendizado e a questão da violência. Como a escola está localizada na comunidade, então a violência está dentro do processo de aprendizagem. Não tem como separar isso, então o trabalho de conscientização é diário. É violência física entre eles, é violência da família, é violência psicológica, é violência do local e a violência da própria sociedade com a comunidade. A violência, infelizmente, faz parte da vida da comunidade e aonde ele vai, ele carrega a violência e a escola é um desses espaços, por isso não tem como ser diferente. A escola tem que trabalhar a questão da violência associada ao aprendizado, senão ele não acontece. Em algumas turmas o professor não consegue dar aula tamanha é a violência existente entre eles dentro de sala, um agredindo o outro a todo tempo.

Pergunta 11: Como é a relação entre escola e família?

Essa relação é um desafio. Nós temos que ficar o tempo inteiro provando que a escola não é adversária da família, que estamos juntos com a família. Hoje em dia, a escola não tem valor nenhum para muitas famílias, muitos utilizam a escola como depósito dos filhos. Alguns responsáveis não querem nem que os filhos fiquem em casa, querem eles na escola de qualquer maneira, não importa se estejam aprendendo, assistindo aula ou não, na verdade, eles querem ficar livres dos filhos e a escola é vista então apenas como um depósito de crianças. O que me choca é perceber esse descaso da família, pois quando são chamados para resolver problemas dos filhos, eles dizem: “não sei mais o que fazer”. O que me impressiona que são crianças entre 11 e 14 anos e os responsáveis dizem que não sabem mais o que fazer com os próprios filhos. Então, a escola não é vista por eles como uma continuidade de uma educação que deveria já receber em casa e ser complementada na escola. A relação da família com

a escola é de conflito o tempo todo. Os responsáveis não gostam de ser incomodados quando são chamados à escola para falar sobre seus filhos. Tem que haver a conquista da família, porém isso é um desafio constante. O desafio de eles perceberem o papel e a importância da escola na vida desses alunos. Eu acredito muito na educação e acho que a educação pode mudar tudo, mas a escola está passando por um momento complicado de descrédito e desvalorização por parte da família.

Pergunta 12: Sendo uma educadora/gestora, como você vê a escola na periferia?

Na minha visão a escola da periferia não deveria ser nada diferente de uma escola em Copacabana, na beira da praia, na zona sul. Essa escola tem que ser tão interessante quanto a outra escola bem localizada deva ser. A grande questão é o contexto que a escola está inserida. Qual é o papel da escola nesse contexto de periferia? Logicamente será diferente da escola no contexto de um outro local, onde eles têm acesso a tudo, até o mar, por exemplo, falando de uma escola em Copacabana. Sendo que aqui, muitos não conhecem nem uma estação de trem, que dirá outros lugares mais distantes. Quem trabalha numa escola de periferia tem que saber que aqui, a escola mais do que nunca tem que ser um espaço de inclusão, e geralmente escolas em espaço de periferia se colocam como espaço de exclusão. Acredito que a escola tem que ser a ponte pra essa comunidade aqui. Porque nessa escola de periferia o desgaste é maior, aqui você já entra numa guerra que é a questão da violência pra você trabalhar. Em outras escolas há um clima mais propício para se trabalhar, já aqui você tem que criar condições para que o trabalho aconteça e tem que entender esse contexto de violência presente na comunidade. Como você vai trabalhar com crianças que viveram a noite toda no tiroteio, tendo invasão, às vezes uma semana de invasão e operação policial? Como vai estar a cabeça desses alunos que frequentam essa escola? Acho que a escola de periferia tem um desafio muito maior do que as demais, porém o mais importante é que essa escola seja um espaço de inclusão, que esse aluno seja participante e entenda o processo, onde ele possa participar efetivamente da escola e possa se descobrir capaz de qualquer coisa na vida. Que ele possa descobrir que não precisa necessariamente ser 10 em tudo, em português, em matemática, mas que ele aprenda um pouco de tudo para entender como funciona a periferia dele, como funciona a comunidade que ele vive e que é possível sair dali para qualquer coisa que ele quiser. O momento que o aluno se descobre, ele passa a ter sonhos, planos, projeto de vida. O que nos move é o sonho e na periferia, muitas vezes, eles deixam de sonhar pelas dificuldades e a escola deveria ser aquele lugar que devolve a eles essa possibilidade de ter sonhos. Aqui em nossa escola não é fácil realizar qualquer projeto. Primeiramente, há uma luta para vencer contra a violência e outras dificuldades para depois você conseguir exercer aquilo que você escolheu e se propôs a fazer. É difícil pra gente chegar aqui todo dia com vontade, com ânimo com tantas adversidades, mas eu chego aqui todas as vezes com esperança e com vontade sempre de fazer algo bom para eles. Despertar o interesse em alguém é muito difícil porque não é só questão comportamental, disciplinar, às vezes é questão clínica, de acompanhamento com especialistas e a gente acaba ficando impossibilitado a tantas questões complexas que não estão ao nosso alcance para resolver. São tantos problemas que às vezes eu começo a desanimar, mas eu lembro que tenho uma equipe que precisa de mim, que depende dessa minha vontade e ânimo para contagiar os demais. Por isso busco me manter animada e chegar aqui todo dia para fazer meu trabalho e contagiar os professores para que eles percebam que aqui é possível desenvolver um bom trabalho. Um dos desafios de uma escola de periferia é manter o ânimo da equipe de professores. O meu desafio diário, antes dos alunos, é manter o professor vivo, na esperança que a gente pode fazer o melhor trabalho possível na comunidade, para que ele acredite que é possível e com isso, ele possa afetar positivamente o aluno. Não tem como desenvolver o trabalho, não tem como ensinar sem o afeto. Esse é o grande desafio numa escola de periferia.

Gestora 2 (G2). Mulher, negra, 62 anos, moradora do Méier, formada em Pedagogia, professora do primeiro segmento do Ensino Fundamental, funcionária pública da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro há 23 anos. Faz parte da gestão escolar desde 2012.

Pergunta 1: O que você entende por violência escolar?

Eu não entendo a violência escolar somente como a violência física. Eu entendo que a violência escolar se dá em vários campos: no campo físico, que é o mais presente, que a gente mais vê e no campo sentimental, porque você vê que dentro da escola, a todo o momento ele pode estar sendo violentado, psicologicamente, emocionalmente pelos próprios colegas e também pela própria escola. A escola é uma instituição muito engessada, ela engessa muito o aluno, então ela violenta de várias formas o aluno, ao usar a nota como uma arma, dando ocorrências, tudo isso são violências que o aluno está sofrendo.

Pergunta 2: Você considera a escola como um espaço que há violência?

Sim. A escola por si só, dentro dos princípios dela, de muito tempo atrás, percebe-se que ela não teve uma evolução para essa nova geração. Estamos meio perdidos em relação de como lidar com esse novo aprender, com essa nova geração, então assim, a escola se perde um pouco nesse sentido e aí acaba oprimindo esse aluno e “cortando as asas” dele por muitas vezes. Acho sim que há a violência de forma física entre eles e a violência simbólica da escola contra o aluno.

Pergunta 3: Quais os tipos de violência que você mais presencia na escola?

Eu vejo a questão da violência física entre eles e a violência dos responsáveis em relação ao aluno quando os responsáveis são chamados a comparecerem à escola devido algum problema de indisciplina, além de outros tipos de violência, como a violência verbal muito comum na escola.

Pergunta 4: Você acha que a violência no entorno da escola influencia no comportamento e no aprendizado dos estudantes?

Com certeza! Em relação a isso não tenho a menor dúvida. Influencia diretamente, tanto no comportamento, como por exemplo, em dias de operação da Polícia Militar na comunidade, eles ficam extremamente agitados e influencia cognitivamente também, porque não tem como você achar que está tudo normal e assistir uma aula normal sabendo que um responsável seu, irmão, algum parente está lá sendo massacrado pela polícia, está perto da operação policial, dos tiros, isso faz com que o aluno perca totalmente a concentração na aula. Esse reflexo da violência externa dentro da escola ocorre o ano inteiro, não somente em dias de operação. Citei os dias de operação da Polícia Militar porque nessas situações a tensão é constante.

Pergunta 5: O que você entende por bullying?

O bullying pra mim eu vejo como o opressor indo em cima do oprimido querendo se favorecer em cima de alguém que ele considere mais frágil em relação a ele. Eu vejo o bullying como uma violência de expressão verbal mesmo, da humilhação, mexendo no psicológico da pessoa e isso acaba acarretando na agressão física, pois muitos vão revidar e se defender do bullying agredindo fisicamente o autor.

Pergunta 6: Quais os principais tipos de *bullying* que você presencia no espaço escolar?

O bullying que fala do ponto frágil do outro. Aquele que ataca as características físicas do outro, que vai na ferida da pessoa, que busca humilhar o outro e depois a questão da agressão física, que vem como consequência da prática do bullying, cometido por agressões verbais.

Pergunta 7: Em sua opinião, por que o *bullying* ocorre?

Eu acho que o ser humano já vem com uma essência de crueldade e ele acaba se aproveitando desse momento. Quando o autor vê o colega como uma presa frágil, ele tem essa satisfação, esse prazer de ver o outro sendo humilhado, é uma forma de demonstrar poder.

Pergunta 8: Quais as consequências do *bullying* para os estudantes e para a escola?

As consequências não são as melhores para ninguém. A vítima vai sofrer psicologicamente e vai levar esse trauma pro resto da vida dela, às vezes isso é irreversível. A gente vê esses casos de assassinato que a pessoa que foi vítima de bullying volta pra matar, porque foi algo que mexeu com a cabeça da pessoa, causou problemas psicológicos. Dentro do espaço escolar, por mais que falamos sobre o assunto, acho que não tratamos essa ferida como deve ser tratada. Acho que poderíamos fazer muito mais do que a gente faz, trabalhar muito mais do que a gente trabalha sobre esse tema. Porque uma das consequências do bullying é a continuação e alimentação desse ciclo de violência, em que ocorre a prática do bullying e logo em seguida ocorrem as brigas. Em relação ao autor, eu acho que mandar ele embora, transferir de escola, não é o suficiente porque ele vai acabar fazendo em outro lugar, pois ele já possui essa característica marcada pela violência.

Pergunta 9: Qual caso de violência escolar te marcou nesse período como gestora?

São tantos casos de violência nessa escola, mas a violência que mais me marca é a cometida pelos responsáveis em relação aos filhos quando são convocados a comparecerem à escola. Ocorrem vários espancamentos, mesmo a gente intervindo e pedindo para parar, eles não param com as agressões, isso é muito difícil de presenciar. É algo deprimente, deixa a gente angustiada e essa violência vai acabar perpetuando porque ele aprende com a atitude do responsável e acaba achando esse tipo de correção pela violência algo natural. O problema não é resolvido, o aluno vai continuar indisciplinado e quando se tornar adulto vai acabar reproduzindo essa violência.

Pergunta 10: A escola realiza alguma ação para amenizar os casos de violência?

Efetivamente eu não acho não. Eu acho que poderia ter mais atividades, alguma coisa mais efetiva. Porque a gente fala, a gente conversa, os professores estão sempre falando em sala, mas uma coisa mais planejada, isso ainda está faltando na escola. A realização de projetos ao longo do ano, que sejam atividades contínuas, porque não adianta ser só um projeto com data de validade com início e fim e pronto acabou, a gente esquece, eles esquecem. Tem que ser algo contínuo, pra sempre, todo dia, que seja uma rotina, que seja uma conduta diária dentro da escola.

Pergunta 11: Como é a relação entre escola e família?

Essa relação vem meio que no amor e ódio. Ao mesmo tempo em que você encontra responsáveis que te ajudam, que a gente consegue fazer uma parceria, em contraponto, têm outros responsáveis que vêm só pra “jogar pedra”, que não vêm no intuito de se aliarem à escola para melhoria, para ser melhor para o aluno. Então essa relação poderia ser melhor? Poderia. Há também a questão da imaturidade de muitos responsáveis, pois muitas mães tiveram filhos muito cedo, com 11, 12 anos de idade. Por exemplo, uma responsável relatou que foi mãe muito cedo e foi muito humilhada na vida e afirmou que não sabia mais o que fazer com o filho que estava muito indisciplinado. Tudo que essa mãe sofreu, as violências e as humilhações a marcaram negativamente e ela acaba reproduzindo isso para o filho. Então é muito difícil essa relação. Alguns responsáveis veem a escola como uma aliada, já outros enxergam a escola como inimiga, pois estes não querem ser incomodados. Eles querem colocar o filho dentro da escola, mas não querem fazer o acompanhamento da vida escolar do aluno. Afirmam que não tem tempo, pois trabalham e por isso não olha o caderno e não acompanham a vida escolar do filho. Esse aluno fica muito solto, muito jogado, fica muitas vezes pela rua, porque a mãe trabalha, o pai trabalha, tem mãe que só vem pra casa no final de semana, e aí a criança se perde. Sobre a relação entre escola e família, acho que somente a realização da reunião de responsáveis por bimestre é muito pouco. Percebo que falta um espaço que envolva os responsáveis e os tragam para dentro da escola para ter uma melhora nessa relação, isso falta. Seria bom até mesmo para o aluno ver que o responsável está dentro da escola, que a escola não é uma coisa distante da realidade, da vivência deles, que é importante para a vida deles.

Pergunta 12: Sendo uma educadora/gestora, como você vê a escola na periferia?

Eu acho a escola de periferia fundamental. A escola é um ponto de referência não só para os alunos, mas também para os responsáveis. Na verdade, a escola talvez seja o único porto seguro para esse aluno. É lá que ele vai ter os amigos dele, é lá que ele vai ter o professor amigo, é lá que ele vai comer, então é ali que ele tem a certeza, a única certeza desse aluno é a escola porque a casa, um dia ele está numa casa, outro dia ele já tem que sair correndo dessa casa, tem que ir pra outro canto, mas a escola está ali. Ele sabe que ali, na escola, ele tem o porto seguro dele. A escola da periferia ultrapassa o papel de só passar conhecimentos. Se o professor vem para uma escola de periferia achando que só vai dar aula apenas, está errado, porque aqui é um espaço aonde você vai ter que lhe dar com muita coisa, muitos problemas, muitas adversidades e vai ensinar e passar muita coisa também além da matéria, pois esse aluno não vem em busca só de conhecimento, vem em busca de um apoio, que na maioria das vezes, ele não tem em casa. Então essa escola tem um papel social muito importante na vida desse aluno, além do conhecimento acadêmico tem essa questão do acolhimento, da afetividade. É nessa escola que ele vai ver esse espaço afetivo porque muitas vezes lá fora ele não tem isso, nem mesmo na família. A escola como

espaço acolhedor muda o comportamento do aluno para melhor, o acolhimento do aluno é fundamental. A escola de periferia além do conteúdo tem que trabalhar valores, acolher, promover a autoestima do aluno. Isso é necessário, é fundamental.

Em relação às respostas obtidas nas entrevistas com as componentes da gestão escolar da “Escola Municipal Professor Milton Santos”, pode-se concluir que a violência escolar para ambas está relacionada não somente à violência verbal ou física, mas também à violência psicológica e simbólica. As palavras das diretoras sobre o que elas entendem por violência escolar vão de acordo com a Organização Mundial de Saúde, que refere-se à violência como:

[...] uso intencional de força física ou poder, em forma de ameaça ou praticada, contra si mesmo, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que resulta ou tem uma grande possibilidade de ocasionar ferimentos, morte, consequências psicológicas negativas, mau desenvolvimento ou privação (Krug *et al.*, 2002, p. 5).

Abramovay (2003) classifica o fenômeno como violência na escola, e os pesquisadores Priotto e Boneti (2009) referem-se ao termo violência escolar, considerando que esta denominação é mais abrangente por englobar violência na, da e contra a escola. Sendo que a violência escolar para Priotto e Boneti (2009) e a violência na escola para Abramovay (2003) podem se expressar através das seguintes maneiras: a) violência física: de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) ou de grupo(s) e também contra si mesmo, abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios. Além das diversas formas de agressões sexuais; b) agressão física: homicídios, estupros, ferimentos, roubos, porte de armas que ferem, sangram e matam; c) violência simbólica: verbal – abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade; Institucional – marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder; d) violência verbal: incivildades (pressão psicológica), humilhações, palavras grosseiras, desrespeito, intimidação ou *bullying*. Como podemos perceber, as respostas das gestoras sobre violência escolar assemelham-se à classificação do tema de acordo com as ideias de Abramovay e Priotto e Boneti mencionadas no texto, destacando-se: a violência física, a agressão física, a violência simbólica e a violência verbal.

Na segunda pergunta da entrevista referente à escola como espaço onde há violência, as duas gestoras concordam que sim, que a escola é um ambiente violento e que a instituição também é reprodutora de violência. A Gestora 1 (G1) afirma que:

É um espaço próprio para a violência porque é o espaço onde acontecem os relacionamentos, é o espaço de relação entre eles. Aqui a gente exercita se relacionar

com o outro e essa relação exige o reconhecimento de limites, o seu limite, o limite do outro, os valores de cada um e acho que onde há relação humana pode sim ser um espaço de conflitos e de violência. A escola é um lugar de conflitos de opiniões, de valores, de interesses, principalmente conflitos de poder.

Para a Gestora 1, a escola por ser um espaço de convívio, de relação entre indivíduos plurais, cada um com seus valores e sua visão de mundo, é comum que haja conflitos e, por consequência, ocorra algum tipo de violência. A gestora fala ainda sobre a relação e os conflitos de poder na unidade escolar.

Assim como lá fora tem um poderoso, um “chefão” que manda, a escola também tem que ter o poder que manda, eu como gestora sou esse poder. Quando cheguei aqui peguei essa escola sem lei, dominada por eles. Tive que demonstrar poder e conquistar o poder de “chefe” aqui dentro da escola, a “mandona”, por isso eles têm respeito comigo. Essa relação de poder construída não pode ser sem medo, sem ordem, sem disciplina, sem controle...

Foucault sugere que o poder é algo que se exerce em uma determinada situação social, e que está relacionado a relações de poder entre indivíduos e grupos sociais. Ele destaca que o poder não é uma coisa que se possui ou se dá, mas sim um fenômeno complexo que se manifesta nas práticas sociais. Este poder é exercido por meio de técnicas disciplinares, como a vigilância, a hierarquização, a normalização e a punição. Na escola, isso ocorre com a presença de inspetores, instalação de câmeras, punições como ocorrências e realização de cópias, como forma de castigo. Segundo Foucault, o poder disciplinar busca moldar o comportamento, o corpo e a mente dos indivíduos, tornando-os dóceis e obedientes às normas e aos padrões impostos pelo poder, como podemos perceber a tentativa de controle e disciplina pela Gestora 1 (G1). Arendt (2011) escreveu que a violência emerge onde o poder perde suas forças. Em um contexto escolar, poderíamos entender que a violência se instaura de modo efetivo quando a autoridade enfraquece. Porém, Arendt (2005) nos ajuda a compreender: autoridade não deve ser confundida com autoritarismo. É preciso evitar que a autoridade da gestão escolar se transforme em autoritarismo. Neste sentido, é verdade que as escolas se parecem um pouco com as prisões (Foucault, 1985, p. 73). As instituições escolares moldam os comportamentos e atitudes dos estudantes, mas ao fazê-lo, também geram tensões e conflitos que podem se manifestar de forma violenta.

Em relação à confusão entre autoridade e autoritarismo, Souki (2001) pondera que no momento de crise política marcada pelos regimes autoritários, autoridade e autoritarismo se construíram como sinônimos, pois era mediante posturas autoritárias que os regimes totalitários governavam. Quando a autoridade do adulto não se estabelece de forma eficaz ou é exercida de maneira autoritária, o diálogo é substituído por atitudes opressivas, o que acaba comprometendo

a própria autoridade. Ao usar a coerção, estamos ensinando que esse é o método de resolver conflitos, inserindo crianças em um contexto de violência. Uma escola que trata autoridade e autoritarismo como se fossem a mesma coisa não tem credibilidade para ensinar o verdadeiro valor do respeito. Os estudantes de uma escola autoritária seguem as regras mais por medo da repressão do que por uma aceitação genuína e voluntária dos princípios morais que sustentam as normas de convivência da sociedade que estão inseridos. De acordo com Arendt (1963), a família e a escola são as instituições responsáveis por ensinar às crianças a importância das normas de convivência ao longo de suas vidas. Porém, há um grande problema, pois “A escola se diz democrática, mas não o é; diz que prepara para a vida, mas não o faz; é lugar do novo, mas propaga o velho” (Guimarães, 1996a, p. 25).

Sobre a escola como espaço de violência, a Gestora 2 (G2) afirma que: “*A escola acaba oprimindo esse aluno e ‘cortando as asas’ dele por muitas vezes. Acho sim que há a violência de forma física entre eles e a violência simbólica da escola contra o aluno*”.

Uma das gestoras (G2) menciona a violência simbólica que a instituição comete com o estudante oprimindo-o e afirma que a escola “corta as asas” do aluno. Esse tipo de violência traz consequências para a vida escolar e social do indivíduo. Charlot é citado por Abramovay e Rua (2003) para ilustrar o conceito de violência simbólica ou institucional que pode ser compreendida como: a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também é a negação da identidade e da satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos (Charlot *apud* Abramovay; Rua, 2003, p. 69). Além disso, podemos citar como consequências da violência simbólica para os estudantes: a baixa autoestima, o conformismo e a falta de autonomia, ansiedade e estresse, falta de criatividade e reprodução da opressão. Aqui me deparo com as palavras do grande educador Paulo Freire (1987): “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”.

Sobre o tipo de violência mais presenciado no espaço escolar, A Gestora 1 (G1) afirma que é o *bullying* e as agressões verbais e físicas entre os estudantes.

*Vejo muito a violência verbal e física entre eles mesmos, tudo eles querem resolver na violência, com agressividade.
São tantas que eu nem sei qual é o tipo que mais percebo, porém o bullying desde que eu cheguei aqui eu presencio e um bullying pesado.*

A Gestora 2 (G2) também cita a violência física e verbal entre eles, além da violência dos responsáveis contra os estudantes dentro do espaço escolar.

Eu vejo a questão da violência física entre eles e a violência dos responsáveis em relação ao aluno quando os responsáveis são chamados a comparecerem à escola. Além de outros tipos de violência, como a violência verbal muito comum na escola.

Percebe-se que há uma concordância e uma mesma visão das gestoras sobre as principais formas de violência. Ambas mencionam as agressões físicas e verbais como as mais recorrentes, além da prática do *bullying* e da violência dos responsáveis contra os estudantes. A violência física e verbal são frequentemente identificadas como as formas mais comuns de violência no ambiente escolar. A violência física envolve agressões corporais, como empurrões, socos e chutes. Já a violência verbal inclui insultos, humilhações, apelidos pejorativos, gritos e ameaças e pode se caracterizar como *bullying*.

Ao perguntar para as gestoras se elas acham que a violência no entorno da escola influencia no comportamento e no aprendizado dos estudantes, a resposta foi rápida e incisiva de ambas: “Com certeza!”.

A Gestora 1 (G1) respondeu:

*Com certeza! Tudo que está lá fora influencia aqui dentro da escola. Por exemplo, eles viveram uma noite de tiroteio, no outro dia, quem não leva consigo aquela vivência, aquela bagagem pra onde você está indo? Pra onde vamos levamos junto nossa bagagem de vida.
Por exemplo, um ambiente familiar violento, onde a mãe bate no filho o tempo inteiro, tudo bate nessa criança, ele vai chegar aqui na escola e vai querer resolver tudo na violência também. Eles reproduzem o ambiente que eles vivem e alguns reproduzem isso a vida toda.*

A Gestora 2 respondeu:

Com certeza! Em relação a isso não tenho a menor dúvida. Influencia diretamente, tanto no comportamento, como por exemplo, em dias de operação da Polícia Militar na comunidade, eles ficam extremamente agitados e influencia cognitivamente também, porque não tem como você achar que está tudo normal e assistir uma aula normal sabendo que um responsável seu, irmão, algum parente está lá sendo massacrado pela polícia, está perto da operação policial, dos tiros, isso faz com que o aluno perca totalmente a concentração na aula.

A concordância nas respostas das diretoras sobre o impacto da violência no entorno da escola faz bastante sentido. A violência que ocorre fora do ambiente escolar, especialmente nas comunidades ao redor, pode influenciar diretamente o comportamento e o aprendizado dos estudantes. Isso ocorre porque a exposição frequente à violência, seja ela física, verbal ou

psicológica, cria um ambiente de medo e insegurança que os estudantes muitas vezes trazem para dentro da escola. O medo e o estresse gerados pela violência podem afetar a capacidade dos estudantes de se concentrarem nas atividades escolares, desanimá-los, dessa forma, comprometendo o seu rendimento. Além disso, como uma forma de se proteger ou de lidar com o ambiente hostil, alguns estudantes podem adotar comportamentos violentos na escola.

Sposito (1998) e Outeiral (1997) destacam que a violência expressa pelos alunos nas escolas ocorre, em geral, quando esses estão ociosos ou na ausência do professor. É importante considerar que os fatores geradores de violência não estão isolados, destacando-se também a influência do contexto social e familiar. As palavras citadas pelos autores vão de acordo com as respostas das gestoras, que afirmam a influência do contexto familiar (violência dentro de casa) e o contexto social (escola localizada em um bairro com presença do tráfico) nas questões relacionadas à violência no espaço escolar e as consequências no aprendizado dos estudantes. Isso vai de encontro com as respostas de 47 estudantes (78,33% dos participantes) do questionário que afirmaram que a violência no entorno da unidade escolar, ou seja, fora dos muros da escola influencia negativamente no aprendizado dos estudantes.

Um das perguntas realizadas feitas às gestoras durante a entrevista foi: “O que você entende como *bullying*?”. Inclusive a Gestora 1 (G1) afirmou que o *bullying* é uma das formas de violência que ela mais presencia na escola e o classificou cômoda seguinte forma:

O bullying é toda a violência que te escraviza, quando você se sente escravo daquela situação e não consegue sair dela. Essa violência pode ser física ou psicológica.

A Gestora 2 (G2) classificou o *bullying* como:

O bullying pra mim eu vejo como o opressor indo em cima do oprimido querendo se favorecer em cima de alguém que ele considere mais frágil em relação a ele. Eu vejo o bullying como uma violência de expressão verbal mesmo, da humilhação, mexendo no psicológico da pessoa e isso acaba acarretando na agressão física.

Ambas mencionaram como um tipo de violência verbal, física e psicológica de um indivíduo sobre o outro. Percebe-se nas respostas uma relação de poder presente nessa relação, onde um indivíduo quer dominar, humilhar e ser superior ao outro, causando-lhe dor e sofrimento. Isso vai de acordo com a definição do *bullying* desenvolvida por Dan Olweus, na década de 1970, como comportamentos que envolvem agressão intencional, que se repetem ao longo do tempo e envolve um desequilíbrio de poder entre aquele que pratica a agressão, o autor e a vítima (Olweus, 1993).

Sobre o principal tipo de *bullying* percebido no ambiente escolar, a Gestora 1 (G1) responde que é o racismo e ofensas relacionadas às características físicas.

Eu acho que o racismo é o principal tipo de bullying que vejo aqui na escola. Percebo que o principal tipo de bullying é relacionado às características físicas, pois eles estão sempre procurando algo no outro para perseguir, humilhar e maltratar.

A Gestora 2 (G2) diz que o *bullying* que ela mais presencia na escola é:

Aquele que ataca as características físicas do outro, que vai na ferida da pessoa, que busca humilhar o outro.

Nas respostas das gestoras fica nítido que o principal tipo de *bullying* que ocorre na escola está relacionado às características físicas do estudante. O *bullying* focado em características físicas é muito comum, principalmente entre crianças e adolescentes. Esse tipo de *bullying* costuma ridicularizar aspectos como peso, altura, cor da pele, tipo de cabelo, uso de óculos, características faciais, entre outros. Esse tipo de violência pode levar a sérios impactos na autoestima e na saúde mental da vítima. Fante (2003) e Constantini (2004) apontam que o local de maior frequência dos casos de *bullying* é a sala de aula.

Foi perguntado para as gestoras escolares qual o motivo da ocorrência da prática do *bullying*, por que ele ocorre? A Gestora 1 (G1) afirmou que:

O bullying está relacionado a uma forma de poder. Na verdade, o autor quer provar um poder que ele não tem. O bullying é uma relação de poder, onde um aluno acha que pode fazer aquilo, que manda e outro, que é a vítima, tem que obedecer e fazer.

A Gestora 2 (G2) respondeu que o *bullying* ocorre devido à maldade das pessoas.

Eu acho que o ser humano já vem com uma essência de crueldade e ele acaba se aproveitando desse momento. Quando o autor vê o colega como uma presa frágil, ele tem essa satisfação, esse prazer de ver o outro sendo humilhado, é uma forma de demonstrar poder.

As respostas das gestoras vão de acordo com Olweus (1993), que afirma que o *bullying* envolve um desequilíbrio de poder entre aquele que pratica a agressão, o autor e a vítima. O *bullying* é um tipo específico de violência escolar que se destaca por envolver uma relação de poder desequilibrada entre o autor e a vítima. Nesse contexto, o autor geralmente busca exercer controle sobre a vítima por meio de intimidação, humilhação ou exclusão social. Esse poder pode ser percebido de várias maneiras: física (como ser maior ou mais forte), social (ser mais popular ou influente) ou psicológica (fazer a vítima se sentir inferior).

O *bullying* é uma violência entre pares, motivada pela dificuldade em reconhecer e conviver com a diferença. Segundo Olweus (1978), o *bullying* é intencional, porém sem justificativas claras. Porém, no questionário, 15 estudantes (25% dos participantes) citaram a vivência em situações de violência como principal causa, outros 14 estudantes (23,33% dos participantes) responderam que é a falta de respeito/empatia com o outro, corroborando a resposta de outros 8 estudantes (13,33% dos participantes), que afirmaram que o principal motivo da ocorrência do *bullying* é não aceitar a conviver com as diferenças. O *bullying* é caracterizado pelo desrespeito, pela indiferença, pelo desprezo, pela humilhação, pela desvalorização do outro, pela intenção de se divertir com a dor e o sofrimento alheio. É essencialmente uma manifestação de intolerância às diferenças e de desrespeito pelas características ou particularidades do outro. Na maioria das vezes, o motivo originário está relacionado ao não reconhecimento da diferença do outro.

O *bullying* traz sérias consequências para todos os envolvidos no ambiente escolar, principalmente para a vítima. A Gestora 1 (G1) respondeu sobre as consequências desse tipo de violência dentro da escola.

Pra vítima eu acho que ele perde o gosto de viver. De cara, ele perde logo o desempenho escolar, por que ele perde a vontade de ir à escola, a vontade de estudar, perde a identidade dele mesmo e se sente excluído do ambiente escolar.

A Gestora 2 (G2) respondeu da seguinte maneira sobre as consequências do *bullying*:

*As consequências não são as melhores para ninguém. A vítima vai sofrer psicologicamente e vai levar esse trauma pro resto da vida dela, às vezes isso é irreversível.
Uma das consequências do bullying é a continuação e alimentação desse ciclo de violência, em que ocorre a prática do bullying e logo em seguida ocorrem as brigas.*

Nas respostas das diretoras, podemos perceber as inúmeras consequências negativas da prática do *bullying* no espaço escolar, como o desânimo de viver (depressão), desânimo e desinteresse pelo estudo, exclusão social, traumas psicológicos, perpetuação do ciclo de violência, entre outros. É possível também que o *bullying* esteja relacionado a alguns casos de dificuldades de aprendizagem e de evasão escolar. Em casos mais graves, até tentativa de suicídio. Os 60 estudantes (100%) que participaram do questionário concordam que a prática do *bullying* traz consequências psicológicas e socioemocionais para a vítima; e 52 estudantes (86,67% dos participantes) afirmaram que o *bullying* e as outras formas de violência prejudicam

o aprendizado dos estudantes. Estes dados corroboram as respostas obtidas pelas gestoras escolares na entrevista.

Segundo Gomes (2004), as escolas brasileiras precisam admitir que o *bullying* existe. Para a pesquisadora, esse é o primeiro passo para enfrentá-lo. Na “Escola Municipal Professor Milton Santos”, tanto os estudantes, quanto a gestão escolar reconhecem que na instituição há práticas de *bullying* e que isso traz consequências para toda comunidade escolar, principalmente no convívio social e no aprendizado.

Uma das perguntas da entrevista foi: “A escola realiza alguma ação para amenizar os casos de violência?”. No questionário aplicado aos estudantes, as respostas ficaram divididas: 28 estudantes (46,67% dos participantes) disseram que “sim”, já outros 32 estudantes (53,33% dos participantes) responderam que “não”. Ou seja, se a escola realiza alguma atividade, isso não ficou muito claro para a maioria dos estudantes.

No caso das gestoras, durante toda a entrevista, foi a única pergunta que gerou uma visão diferente acerca do assunto. A Gestora 1 (G1) afirma categoricamente que “sim”, que a escola realiza ações diariamente.

Eu acho que a escola é o tempo todo realizando ações contra a violência. Na verdade, a gente tenta o tempo todo resolver problemas de violência dentro da escola para depois começar a dialogar e começar a aula e tentar ensinar. Porque se você não resolver o problema da violência, não há diálogo nenhum e não tem ensinamento de nada. Quando bate o sinal e os alunos entram por aquele portão, a violência vem junto com eles, então a escola não tem como trabalhar separada disso, do início ao fim da aula é trabalhando junto a questão do aprendizado e a questão da violência.

Já a Gestora 2 (G2) acha que “não”, que a instituição poderia fazer muito mais para amenizar os casos de violência na escola.

Efetivamente eu não acho não. Eu acho que poderia ter mais atividades, alguma coisa mais efetiva. Porque a gente fala, a gente conversa, os professores estão sempre falando em sala, mas uma coisa mais planejada, isso ainda está faltando na escola. A realização de projetos ao longo do ano, que sejam atividades contínuas, porque não adianta ser só um projeto com data de validade com início e fim e pronto acabou, a gente esquece, eles esquecem. Tem que ser algo contínuo, pra sempre, todo dia, que seja uma rotina, que seja uma conduta diária dentro da escola.

A violência, de fato, é um fenômeno complexo e multifacetado, no qual as percepções e interpretações variam muito entre as pessoas. Bourdieu argumenta que as pessoas internalizam essas normas impostas, e muitas vezes, nem percebem que estão sendo vítimas de uma forma de opressão. Isso ocorre com os estudantes, com o corpo docente e com a gestão escolar. Esse fator pode contribuir com visões diferentes sobre a violência no espaço escolar e,

como percebemos, sobre as ações para amenizar tal problema, ou se essas ações estão sendo realizadas efetivamente. A escola deve desempenhar um papel crucial na redução e prevenção da violência entre os estudantes, incluindo o *bullying*. Muitas escolas implementam ações e programas que visam criar um ambiente seguro, acolhedor e inclusivo. Essas ações devem ocorrer desde o momento que o estudante passa pelo portão da escola, dentro da sala de aula através da fala e da prática dos professores, no tratamento com os inspetores e merendeiras, no diálogo com a coordenação e gestão escolar, ou seja, como disse a Gestora 2 (G2): “*Tem que ser algo contínuo, pra sempre, todo dia, que seja uma rotina, que seja uma conduta diária dentro da escola*”. Essas iniciativas são eficazes quando há comprometimento e envolvimento de toda comunidade escolar – gestores, professores, responsáveis e estudantes – em um esforço contínuo de educação e sensibilização sobre o respeito mútuo.

Ao abordar a necessidade de um maior envolvimento de todos da comunidade escolar, as gestoras foram perguntadas sobre a relação entre a escola e família. A Gestora 1 (G1) relatou que:

Essa relação é um desafio. Nós temos que ficar o tempo inteiro provando que a escola não é adversária da família, que estamos juntos com a família. Hoje em dia, a escola não tem valor nenhum para muitas famílias, muitos utilizam a escola como depósito dos filhos.

A relação da família com a escola é de conflito o tempo todo. Os responsáveis não gostam de ser incomodados quando são chamados à escola para falar sobre seus filhos. Tem que haver a conquista da família, porém isso é um desafio constante.

Sobre a relação entre escola e família, a Gestora 2 (G2) relatou que:

Essa relação vem meio que no amor e ódio. Ao mesmo tempo em que você encontra responsáveis que te ajudam, que a gente consegue fazer uma parceria, em contraponto, têm outros responsáveis que vêm só pra “jogar pedra”, que não vêm no intuito de se aliarem à escola para melhoria, para ser melhor para o aluno. Então essa relação poderia ser melhor? Poderia.

Alguns responsáveis veem a escola como uma aliada, já outros enxergam a escola como inimiga, pois estes não querem ser incomodados. Eles querem colocar o filho dentro da escola, mas não querem fazer o acompanhamento da vida escolar do aluno. Sobre a relação entre escola e família, acho que somente a realização da reunião de responsáveis por bimestre é muito pouco. Percebo que falta um espaço que envolva os responsáveis e os tragam para dentro da escola para ter uma melhora nessa relação, isso falta.

Percebe-se que há semelhanças nas respostas das duas gestoras ao responderem que é uma relação difícil, pois há responsáveis parceiros da escola, porém têm outros que só sabem reclamar e a veem como um depósito, onde deixam suas crianças, mas não constroem vínculos com a instituição e com a vida escolar do estudante. Trata-se de um grande desafio de apresentar a escola como aliada da família e da comunidade, e não como adversária. A relação entre a

escola e a família é essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor. Quando a escola e a família trabalham juntas, conseguem construir um ambiente de apoio e estabelecer uma rede de segurança que promove o bem-estar, o desenvolvimento escolar e o crescimento emocional dos estudantes. Essa parceria precisa ser contínua, baseada no diálogo e na confiança mútua, para que ambas as partes possam contribuir positivamente para o desenvolvimento saudável dos estudantes.

Tratando-se de uma escola localizada num contexto de periferia urbana, um questionamento feito às gestoras foi o seguinte: “Sendo uma educadora/gestora, como você vê a escola na periferia?”. A Gestora 1 (G1) respondeu da seguinte forma:

Quem trabalha numa escola de periferia tem que saber que aqui, a escola mais do que nunca tem que ser um espaço de inclusão, e geralmente escolas em espaço de periferia se colocam como espaço de exclusão. Acredito que a escola tem que ser a ponte pra essa comunidade aqui. Porque nessa escola de periferia o desgaste é maior, aqui você já entra numa guerra que é a questão da violência pra você trabalhar. Acho que a escola de periferia tem um desafio muito maior do que as demais, porém o mais importante é que essa escola seja um espaço de inclusão, que esse aluno seja participante e entenda o processo, onde ele possa participar efetivamente da escola e possa se descobrir capaz de qualquer coisa na vida. O que nos move é o sonho e na periferia, muitas vezes, eles deixam de sonhar pelas dificuldades e a escola deveria ser aquele lugar que devolve a eles essa possibilidade de ter sonhos. Um dos desafios de uma escola de periferia é manter o ânimo da equipe de professores. O meu desafio diário, antes dos alunos, é manter o professor vivo, na esperança que a gente pode fazer o melhor trabalho possível na comunidade, para que ele acredite que é possível e com isso, ele possa afetar positivamente o aluno.

A Gestora 2 (G2) vê a escola na periferia da seguinte maneira:

Eu acho a escola de periferia fundamental. A escola é um ponto de referência não só para os alunos, mas também para os responsáveis. Na verdade, a escola talvez seja o único porto seguro para esse aluno. É lá que ele vai ter os amigos dele, é lá que ele vai ter o professor amigo, é lá que ele vai comer, então é ali que ele tem a certeza, a única certeza desse aluno é a escola porque a casa, um dia ele está numa casa, outro dia ele já tem que sair correndo dessa casa, tem que ir pra outro canto, mas a escola está ali. Ele sabe que ali, na escola, ele tem o porto seguro dele. Essa escola de periferia tem um papel social muito importante na vida desse aluno, além do conhecimento acadêmico tem essa questão do acolhimento, da afetividade. A escola de periferia além do conteúdo tem que trabalhar valores, acolher, promover a autoestima do aluno. Isso é necessário, é fundamental.

As gestoras escolares demonstraram em suas respostas as dificuldades enfrentadas numa escola de periferia, porém mencionaram palavras importantíssimas que devem estar presentes em todas as escolas, especialmente, aquelas na periferia, como: inclusão, sonhos, porto seguro, valores, acolhimento, afetividade, promover a autoestima e o pertencimento, ou seja, uma

escola que seja viva, participativa e acolhedora, muito além da cobrança de conteúdos acadêmicos.

Escolas localizadas em áreas periféricas enfrentam desafios específicos que impactam diretamente o ambiente de aprendizado e o desenvolvimento dos estudantes, como relatado pelas gestoras. Essas escolas frequentemente lidam com questões sociais e econômicas que vão além das atividades educacionais, envolvendo também aspectos como segurança, recursos limitados e o fortalecimento de vínculos com a comunidade.

Estudantes de periferias podem estar expostos a condições socioeconômicas desafiadoras, como desemprego familiar, violência, moradia precária e acesso limitado a serviços básicos. Essas situações influenciam o bem-estar emocional e psicológico dos estudantes e, muitas vezes, refletem-se no desempenho escolar. Em algumas periferias, como é o caso da Vila Kennedy, a presença de violência urbana e de grupos que exercem poder informal, como o crime organizado afeta a rotina escolar e o sentimento de segurança de estudantes e professores. Isso pode fazer com que a escola enfrente um desafio duplo: ensinar e proteger. No caso da “Escola Municipal Professor Milton Santos” os estudantes foram prejudicados inúmeras vezes, pois a escola foi fechada em várias ocasiões ao longo do ano letivo (2024) devido a conflitos na comunidade entre policiais e traficantes.

Apesar dos desafios, a escola na periferia costuma desempenhar um papel ainda mais significativo, sendo um espaço seguro, de acolhimento e proteção para as crianças. Muitas vezes, a escola se torna um ponto de apoio e referência na vida dos estudantes e até mesmo das famílias, funcionando como um refúgio das dificuldades externas, como relatou a Gestora 2 (G2) na entrevista. A escola na periferia deve ter um papel fundamental na promoção da cidadania e no desenvolvimento do senso crítico, oferecendo uma visão de possibilidades e empoderamento para os estudantes, reforçando para eles a importância da educação como forma de transformação social. Dessa forma, contribuindo para o desenvolvimento e a melhoria de sua própria periferia, ou seja, a comunidade onde se vive e se sente pertencente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi compreender a violência no âmbito escolar, suas causas e consequências na percepção dos estudantes da Educação Básica, no intuito de construir uma escola que pratique a educação em direitos humanos, sendo um espaço de conhecimento, de diálogo, de socialização e de respeito às diversidades. Dessa maneira, a pesquisa buscou os seguintes propósitos: a) compreender as violências que afetam o cotidiano escolar, especificamente o *bullying*; b) investigar as diferentes formas de violência que atinge os estudantes no cotidiano escolar; c) identificar os principais tipos de *bullying*, como ele ocorre, suas causas e consequências no espaço escolar; e d) investigar a atuação da escola nas situações de violência escolar, especialmente em relação à prática do *bullying*.

É importante revisitar a metodologia empregada, que foi fundamental para a obtenção e análise dos dados apresentados. O estudo utilizou uma abordagem qualitativa, permitindo uma compreensão aprofundada dos fenômenos em questão. A coleta de dados foi realizada por meio de aplicação de um questionário para 60 estudantes de três turmas de 8º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública em contexto de periferia na cidade do Rio de Janeiro, além da realização de entrevistas semiestruturadas com as gestoras da instituição de ensino, garantindo uma ampla perspectiva sobre o tema da violência escolar e a prática do *bullying*. Tanto o questionário quanto o roteiro da entrevista foram elaborados de acordo com o que foi observado e relatado pelo pesquisador durante o período de campo. A análise dos resultados apresentada nesta pesquisa deu-se através de categorias elaboradas a partir da metodologia de respostas baseada na obra *Análise de conteúdo*, de Laurence Bardin (2011), permitindo uma visão mais completa e detalhada das dinâmicas sobre violência no âmbito escolar e no seu entorno. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma investigação qualitativa dividida em três etapas, a saber: I) revisão bibliográfica; II) observação do cotidiano escolar; e III) entrevista semiestruturada com a gestão escolar.

Para contribuir com a discussão e o desenvolvimento deste estudo acerca da temática da violência escolar, sobretudo a prática do *bullying*, foram utilizados como principais referenciais teóricos os seguintes autores: Dan Olweus, Marilia Sposito, Michel Foucault, Miriam Abramovay e Pierre Bourdieu.

A violência é um fenômeno social que impacta todas as pessoas, independentemente de classe social ou localização geográfica. Trata-se de uma questão complexa que permeia diferentes contextos e realidades, afetando comunidades de diversas formas e intensidades. A violência escolar é uma manifestação específica do fenômeno mais amplo da violência,

ocorrendo dentro do ambiente educacional e envolvendo estudantes, professores e outros membros da comunidade escolar. Essa forma de violência pode se apresentar de várias maneiras, como agressões físicas, psicológicas, verbais, depredação do patrimônio escolar e o *bullying*, que é um tipo específico de violência escolar. Trata-se de uma forma de violência caracterizada por agressões repetidas, intencionais e que envolvem um desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. Essas agressões podem ser físicas, verbais, psicológicas ou virtuais (*cyberbullying*), e visam humilhar, intimidar ou excluir a vítima. O fenômeno é especialmente preocupante no contexto escolar, onde pode ter impactos duradouros sobre a saúde mental e o desempenho das vítimas em relação aos estudos. A prática deste fenômeno é recorrente e preocupante nas escolas brasileiras. A violência escolar não só compromete a segurança e o bem-estar dos envolvidos, mas também afeta negativamente o ambiente de aprendizagem, prejudicando o desenvolvimento acadêmico e emocional dos estudantes. É um problema que transcende barreiras sociais e demanda ações coordenadas entre gestores, educadores, famílias e políticas públicas para promover um ambiente educacional seguro e acolhedor.

A partir da observação do cotidiano escolar, bem como da análise das respostas dos estudantes no questionário e pela entrevista realizada com a gestão escolar, podemos concluir que a escola, em muitos casos, se revela como um espaço onde a violência está presente. Essa constatação reflete não apenas os atos explícitos de agressão física ou verbal, mas também as formas mais sutis de violência, como exclusão social, *bullying* e dinâmicas de poder que afetam negativamente o ambiente educacional, ocorrendo dessa forma, a violência simbólica, conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu. Michel Foucault, principalmente na obra *Vigiar e punir*, analisa a escola como uma das instituições modernas que contribuem para a formação e manutenção das estruturas de poder através de práticas disciplinares. Ele aborda a forma como a escola, ao lado de prisões, hospitais, e quartéis, é um espaço onde técnicas de vigilância (panoptismo), controle e normatização são aplicadas para moldar comportamentos e garantir a conformidade social. A escola, nesse contexto, é um lugar em que os estudantes são submetidos a regras, horários rígidos, exames e avaliações, que servem para disciplinar o corpo e a mente. Neste sentido, a escola é mais do que um lugar de aprendizado: é uma ferramenta de moldagem social, na qual a educação e a disciplina caminham juntas para formar indivíduos que se conformam às normas e padrões estabelecidos. O poder exercido pela escola é parte de um sistema mais amplo de poder que se dissemina por toda a sociedade moderna, utilizando métodos disciplinares para manter a ordem e a coesão social. A escola se configura, assim, como uma máquina do poder disciplinar, um espaço disciplinador, que busca o controle dos corpos.

A partir daqui serão apresentados os principais achados da pesquisa, que revelam como o tema central (violência escolar) foi explorado a partir de diferentes perspectivas (estudantes e gestão escolar). O conceito de violência é algo muito complexo e difícil para se ter uma definição exata, porém na perspectiva de 75% dos estudantes, a violência é compreendida como: agressão física, agressão verbal, violência psicológica, violência sexual, roubos/furtos, machismo, racismo, homofobia, intolerância religiosa, gordofobia, capacitismo, além da prática do *cyberbullying* e do *bullying*. Além disso, para 85% dos estudantes, a escola é um espaço em que há a violência, ou seja, eles presenciam alguma dessas formas de violência no espaço escolar. Segundo os estudantes, o tipo de violência que mais ocorre na escola é a agressão física, seguida pela agressão verbal, depois os roubos/furtos e posteriormente a prática do *bullying*.

Em relação ao *bullying*, que é uma forma específica de violência escolar, os principais motivos para que este fenômeno aconteça podem ser diversos e interligados a fatores individuais, sociais e culturais. Na perspectiva dos estudantes destacam-se: 1º) a vivência em situações de violência; 2º) a falta de respeito/empatia; 3º) a busca de popularidade; 4º) a não aceitação em conviver com as diferenças; 5º) por ter baixa autoestima; e 6º) pela demonstração de poder. De acordo com as respostas obtidas, 70% dos estudantes afirmaram já terem sofrido *bullying*, 61,67% dos estudantes responderam que já praticaram *bullying* e a grande maioria, 96,67% dos estudantes, afirmaram já terem testemunhado a prática do *bullying*.

O *bullying* pode ter uma série de consequências graves para os estudantes, tanto no curto quanto no longo prazo. Isso vai de acordo com as respostas obtidas no questionário, em que todos os participantes (100%) afirmaram que a prática do *bullying* traz consequências psicológicas e socioemocionais na vítima. As principais consequências incluem: ansiedade, depressão, baixa autoestima, transtornos de estresse pós-traumático (TEPT), solidão, exclusão social, transtornos alimentares, problemas de saúde relacionados ao estresse, reprodução de agressividade, automutilação e até pensamentos suicidas. Para 86,67% dos estudantes, o *bullying* e outras formas de violência dentro da escola prejudicam o aprendizado podendo provocar faltas e a evasão escolar. A violência fora dos muros da escola também pode prejudicar significativamente o aprendizado dos estudantes. Quando os discentes enfrentam situações de violência em suas casas ou na sua comunidade, como é o caso da Vila Kennedy, onde a escola está localizada, o seu bem-estar emocional é afetado, refletindo diretamente no desempenho escolar, ainda mais um bairro marcado pela presença do crime organizado, com a venda de drogas ilícitas e que sofre com tiroteios frequentes devido a conflitos entre policiais e traficantes. Segundo 73,33% dos estudantes, a violência em casa influencia a violência na

escola. Além disso, para 78,33% dos estudantes, a violência no entorno da unidade escolar, ou seja, fora dos muros da escola influencia negativamente no aprendizado.

Ainda que a escola tenha se transformado em uma instituição responsável em responder desafios que estão muito além do seu escopo, é fundamental o investimento em ações assertivas para combater as diversas formas de violência. De acordo com os dados do questionário, 46,67% dos estudantes afirmam que a escola realiza alguma ação para amenizar os casos de violência, já os outros 53,33% dos participantes disseram que a escola não realiza nenhuma ação para amenizar os casos de violência. Quando a escola não é clara em suas ações para amenizar os casos de violência, isso pode resultar em uma série de consequências negativas para a comunidade escolar. A falta de clareza e de ações concretas pode contribuir para a perpetuação do ciclo de violência no ambiente educacional e prejudicar o bem-estar dos estudantes e dos demais sujeitos do espaço escolar. Até mesmo entre a gestão escolar não houve um consenso em relação a este assunto, pois a Gestora 1 (G1) afirmou que a escola realiza ações contra a violência o tempo todo, já a Gestora 2 (G2) disse que não, que a escola poderia fazer algo mais efetivo e de forma contínua. A violência, de fato, é um fenômeno complexo e multifacetado, no qual as percepções e interpretações variam muito entre as pessoas. Bourdieu argumenta que as pessoas internalizam essas normas impostas, e muitas vezes, nem percebem que estão sendo vítimas de uma forma de opressão. Isso ocorre com os estudantes, com o corpo docente e com a gestão escolar. Esse fator pode contribuir com visões diferentes sobre a violência no espaço escolar e como percebemos as ações para amenizar tal problema ou se realmente essas ações estão sendo realizadas efetivamente na escola.

A dissertação foi estruturada em quatro capítulos, cada um abordando aspectos distintos, mas inter-relacionados, da temática central da pesquisa, que é a violência escolar e prática do *bullying*.

No capítulo 1 foi analisada a literatura relacionada à violência, com ênfase na violência no ambiente escolar, abrangendo os ataques ocorridos em escolas brasileiras, além de abordar, principalmente, a questão do *bullying*, suas definições, as diferentes manifestações, o papel dos estudantes nesse contexto, bem como suas causas e consequências no ambiente escolar.

O capítulo 2 trata da história e da situação atual da escola em estudo, incluindo informações sobre seu patrono, o renomado intelectual negro brasileiro, geógrafo e professor Milton Santos. Apresenta também o contexto histórico do bairro da Vila Kennedy, onde a escola se encontra, desde sua fundação até os dias atuais. Além disso, discute a dicotomia centro-periferia na geopolítica, explorando diferentes abordagens sobre o conceito de periferia.

O capítulo 3 aborda o processo de descrição e análise dos resultados obtidos por meio do trabalho de campo (observação) e da aplicação de questionários a 60 alunos de três turmas do 8º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública situada em uma região periférica do Rio de Janeiro. Primeiramente, apresenta as categorias elaboradas para a análise dos dados, com base na obra *Análise de conteúdo*, de Laurence Bardin. Em seguida, estabelece um diálogo entre os referenciais teóricos e as respostas dos estudantes, que são os participantes da pesquisa, buscando compreender a temática da violência escolar e a prática do *bullying* sob a ótica dos estudantes.

O capítulo 4 realiza uma análise minuciosa das entrevistas feitas com a equipe gestora da escola, com o objetivo de compreender suas percepções, experiências e ações no enfrentamento da violência no ambiente educacional. O capítulo busca explorar como a gestão escolar percebe a violência em suas múltiplas formas e aborda os casos de *bullying*, tratando-o como uma manifestação específica de violência no contexto escolar, além de discutir os desafios enfrentados em uma instituição situada na periferia.

O interesse pela pesquisa sobre a violência escolar e a prática do *bullying* emerge a partir da minha prática como professor de Geografia em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental numa escola pública de periferia urbana, localizada no bairro da Vila Kennedy, zona oeste do município do Rio de Janeiro. Neste contexto, de um ambiente escolar marcado pela violência em suas múltiplas formas (física, verbal, simbólica...), surge, inicialmente, um incômodo como profissional e, posteriormente, despertou-me a curiosidade de buscar compreender os fatores que geravam a ocorrência desses diferentes tipos de violência e o que poderia ser feito para amenizá-los no espaço escolar.

Além da minha prática profissional na Educação Básica da rede pública e do aumento dos diferentes tipos de violência no contexto escolar nas últimas décadas, a pesquisa deste tema é de grande relevância, pois o mesmo ainda é pouco investigado pelo segmento da Educação, especialmente nas escolas públicas municipais cariocas. Ao realizar o levantamento bibliográfico durante o desenvolvimento deste trabalho, constatou-se uma notória carência de pesquisa nesse campo sobre a violência escolar, na perspectiva dos estudantes em escolas públicas do Rio de Janeiro. Pesquisar a questão da violência do ponto de vista da educação é imprescindível para entendermos o que é, como ocorre, o porquê ocorre e as consequências desse fenômeno social no contexto escolar, no intuito de construir uma escola que pratique a educação em direitos humanos, que seja um espaço de diálogo, colaboração e respeito às diversidades, um lugar de formação intelectual e socialização. Lembrando as palavras do

ilustríssimo educador Paulo Freire (1987): “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”.

A escola na periferia possui uma enorme relevância, pois é o porto seguro para muitas crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A escola idealmente deveria ser um espaço de acolhimento e afetividade, capaz de proporcionar aos estudantes a possibilidade de sonhar, de expandir sua visão de mundo e ir em busca de seus objetivos. A instituição de ensino precisa contribuir para que os sujeitos periféricos reconheçam a periferia como potência, resistência e resiliência frente às injustiças e desigualdades, valorizando sua história, sua riqueza cultural e sua criatividade. A periferia já tem voz, porém precisa ser ouvida e respeitada! É preciso valorizar as vozes e as ações que, embora possam nascer em locais geograficamente e socialmente distantes dos “centros”, permitam a estes estudantes atuarem na construção de uma sociedade mais inclusiva e plural, capaz de mudar a realidade em que estão inseridos. “A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem” (Freire, 1987).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. **Escola e violência**. Brasília, DF: Unesco; UCB, 2002.
- ABRAMOVAY, M. *et al.* **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- ABRAMOVAY, M. **Programa de prevenção à violência nas escolas: violências nas escolas**. São Paulo: Flacso Brasil, 2015. p. 7-19. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas_edicao2.pdf. Acesso em: 9 ago. 2022.
- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violências nas escolas**. Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2002.
- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violência nas escolas (versão resumida)**. Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133967_por. Acesso em: 15 nov. 2024.
- ALBUQUERQUE, P. P.; WILLIAMS, L. C. A. Impact of the Worst School Experiences in Students: A Retrospective Study on Trauma. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 62, p. 343-351, 2015. DOI: 10.1590/1982-43272562201508.
- APÓS 53 ANOS, Vila Kennedy vira oficialmente um bairro do Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 15 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/apos-53-anos-vila-kennedy-vira-oficialmente-um-bairro-do-rio.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- ARENDDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1963.
- ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- AZEVEDO, J. C.; MIRANDA, F. A.; SOUZA, C. H. M. Reflexões acerca das estruturas psíquicas e a prática do *cyberbullying* no contexto da escola. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 35, n. 2, p. 247-266, 2012. DOI: 10.1590/S1809-58442012000200013.
- BALLONE, G. J. Maldade da infância e adolescência: *bullying*. **PsiquWeb**, [s. l.], 24 maio 2005. Disponível em: <https://sites.google.com/site/embuscapsicologia/sociedade/maldade-da-infancia-e-adolescencia-bullying>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BANDEIRA, C. M.; HUTZ, C. S. As implicações do *bullying* na autoestima de adolescentes. **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 131-138, 2010.
- BARBIERI, B. C.; SANTOS, N. E.; AVELINO, W. F. Violência escolar: uma percepção social. **Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://educacao publica.cecierj.edu.br/artigos/21/7/violencia-escolar-uma-percepcao-social>. Acesso em: 9 ago. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.

BARROS, L. A.; FREITAS, D. L. C. Educação, escola e paradoxos no campo da violência. **Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-12, 2011. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/11/47/educaccedilatildeo-escola-e-paradoxos-no-campo-da-violecircncia>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BARTELMEBS, R. C. **Analisando os dados na pesquisa qualitativa**. [S. l.: s. n.], 2013.

BORGES, I. C. S. **A Vila Kennedy pelo olhar dos moradores: a (re)existência em um território periférico**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

BOURDIEU P.; PASSERON J. C. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 1975.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020**: resumo técnico [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113663.htm. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018**. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14811-12-janeiro-2024-795244-publicacaooriginal-170834-pl.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros**. São Paulo, Edusp; Editora 34, 2003.

CANDAU, V. M.; NASCIMENTO, M. G.; LUCINDA, M. C. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. **Geosp** – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.177180.

CARNEIRO, J. D. Nascida da remoção de favelas, Vila Kennedy vive ‘déjà-vu’ após virar bairro-piloto de intervenção no Rio. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43720716>. Acesso em: 16 nov. 2024.

CATINI, N. **Problematizando o bullying para a realidade brasileira**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2004.

CAVALCANTI, M. C.; MOITA LOPES, L. P. Implementação de Pesquisa na Sala de Aula de Língua Estrangeira. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 17, p. 133-144, 1991.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 432-443, 2002.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática. 2002.

COLOMBIER, C.; MANGEL, G.; PERDRIault, M. **A violência na escola**. São Paulo: Summus, 1989.

CONSTANTINI, A. **Bullying**: como combatê-lo? prevenir e enfrentar a violência entre jovens. São Paulo: Itália Nova, 2004.

CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. *In*: COSTA, M. V. (org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 103-127.

CORAZZA, S. M. Pesquisa-ensino: “o hífen” da ligação necessária na formação docente. *In*: ESTEBAN, M. T; ZACCUR, E. (org.). **Professora-pesquisadora: uma práxis em construção**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 55-69.

COSTA, M. V. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

CROCHIK, J. L. Hierarquia, violência e bullying entre estudantes da rede pública do ensino fundamental. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 65, p. 307-315, 2016. Tradução. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v26n65/1982-4327-paideia-26-65-0307.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CRUZ, P. A. S.; FREITAS, S. A. A produção de verdades na sociedade disciplinar e o *bullying* na escola: reflexões à luz do pensamento de Michel Foucault. **Revista Magistro**,

Campo Grande, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em:

<https://publicacoes.unigranrio.edu.br/magistro/article/view/1723/865>. Acesso em: 15 nov. 2024.

D'ANDREA, T. Contribuições definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19-36, jan./abr. 2020. Dossiê Subjetividades periféricas.

DALCASTAGNER, G. B.; NUNES, C. C. Violências no contexto escolar: percepções de alunos, professores e gestores. **Filosofia e Educação**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 423, 2019.

DAWKINS, J. *Bullying In School: doctors responsibilities*. **BMJ**, [s. l.], v. 310, p. 274-275, 1995.

DAYRELL, J. (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

DEBARBIEUX, E. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 163-193, jan./jun. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100011. Acesso em: 16 nov. 2024.

DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília, DF: Unesco, 2002. p. 251-267.

DELVAL, J. **Introdução à prática do método clínico**: descobrindo o pensamento das crianças. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ECKERT, J. P. O. **Bullying**. [S. l.]: Projeto Educar Gerdau, 2010.

ENCONTRO COM MILTON Santos: o mundo global visto do lado de cá. Direção de Silvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban, 2006. 89 min.

ERICKSON, F. Prefácio. In: COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. (org.). **Cenas de sala de aula**. Campinas: Mercados das Letras, 2001.

ESTEVES, P. S. M. **A escola não é um lugar fácil... Não mesmo! Bullying**, não-reconhecimento da diferença e Banalidade do mal. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio, Rio de Janeiro, 2015.

ESTEVES, P. S. M. Indisciplinas, conflitos e violências: uma compreensão do clima escolar. **Reflexão e Ação**, Santa, Cruz do Sul, v. 30, n. 3, 2022. DOI: 10.17058/rea.v30i3.16561.

EVARISTO, C. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

- FABRÍCIO, B. P. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. *In*: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 45-66.
- FANTE, C. **Fenômeno *bullying***: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed. Campinas: Versus, 2005.
- FARRINGTON, D. P. The family backgrounds of aggressive youths. *In*: HERSOW, L.; BERGER, M.; SCHAFFER, D. (org.). **Agression and antisocial behaviour in childhood and adolescence**. Oxford: Pergamon, 1993.
- FAUSTINO, R.; OLIVEIRA, T. M. *Cyberbullying* no Orkut: a agressão pela linguagem. **Língua, Literatura e Ensino**, Campinas, v. 3, p. 183-193, 2008.
- FERREIRA, T. R. S. C.; DESLANDES, S. F. *Cyberbullying*: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 3369-3379, 2018. DOI: 10.1590/1413-812320182310.13482018.
- FLICK, U. Entrevista episódica. *In*: GASKEL, G.; BAUER, M. W. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 114-136.
- FLÔRES, F. N. *et al.* *Cyberbullying* no contexto escolar: a percepção dos professores. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 26, 2022. DOI: 0.1590/2175-35392022226330.
- FONTANA, A.; FREY, J. H. The Interview: from structured questions to negotiated text. *In*: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. (org.). **Handbook of qualitative research**. London: Sage Publications 2000. p. 645-672.
- FOUCAULT, M. Dois ensaios sobre os sujeitos e o poder. **Espaço Michel Foucault**, [s. l.], 16 dez. 2009. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/sujeitopoder.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Ed. Trad. Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L. (org.). **Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GARCIA, J. A. B.; FERNANDES, L. L.; COSTA, G. **A Villa Kennedy pelo olhar dos moradores: a (re)existência em um território periférico**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

GARCIA, J. **Indisciplina, incivildade e cidadania na escola**. Educação Temática Digital, Campinas, v. 8, n. 1, 2006.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, C. B. Violência nas escolas. *In*: ENCONTRO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, 2004, [s. l.]. Anais [...]. [S. l.: s n.], 2004.

GONÇALVES SILVA, V. C.; MARTINS FERNANDES, R. *Bullying* e cotidiano escolar: sensibilização por intermédio da educação em direitos humanos. **Revista Prática Docente**, Cuiabá, v. 5, n. 2, p. 1477-1498, 2020. DOI: 10.23926/RPD.2526-2149.2020.v5.n2.p1477-1498.id805.

GONDIM, S. M. G. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 7, n. 2, 2002.

GUIMARÃES, A. M. **A dinâmica da violência escolar: conflito e ambigüidade**. Campinas: Autores Associados, 1996a.

GUIMARÃES, A. M. Indisciplina e violência: ambigüidade dos conflitos na escola. *In*: AQUINO, J. G. (org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996b. p. 73-82.

GUIMARÃES, A. M. **Vigilância, punição e depredação escolar**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

GUIMARÃES, B. M. **Cafuás, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Documentação do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

ITANI, A. A violência no imaginário dos agentes educativos. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano 19, n. 47, p. 36-50, 1998.

JACINTHO, C.; CYPRESTE, J. Você sabe qual é o bairro mais novo da cidade? **Escritório de Dados**, Rio de Janeiro, 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www.dados.rio/post/voce-sabe-qual-e-o-bairro-mais-novo-da-cidade>. Acesso em: 18 dez. 2024.

JUBÉ, M. O. M. R. *et al.* Violência simbólica e cultura da paz: uma leitura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 24873-24889, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n3-274.

KAMLER, B.; THOMSON, P. Trabalhando com literaturas. *In*: SOMEKH, B.; LEWIN, C. **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

- KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care. *In*: POPE, C.; MAYS, N. (org.). **Qualitative research in health care**. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.
- KRUG, E. G. *et al.* **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.
- LATERMAN, I. **Violência e incivildade na escola**: nem vítimas nem culpados. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- LEVINSKY, D. **Adolescência e violência**: consequências da realidade brasileira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- LIMA, C. C.; OTANI, N.; HELOU, A. R. H. *Bullying* na percepção da equipe técnica das escolas estaduais de Criciúma. **Interlink**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 69-84, 2011.
- LOPES NETO, A. A. *Bullying* – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005.
- MALTA, D. C. *et al.* Vivência de violência entre escolares brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 3053-3063, 2010.
- MANZINI, E. J. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, A PESQUISA QUALITATIVA EM DEBATE, 2004, Bauru. **Anais** [...]. Bauru: SIPEQ, 2004. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/2012/03/16/entevista-semi-estruturada-analise-deobjetivos-e-de-roteiros/>. Acesso em: 3 jul. 2022.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARRA, C. A. S. **Violência escolar**: a percepção dos atores escolares e a repercussão no cotidiano da escola. São Paulo: Annablume, 2007.
- MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.
- MARTINS, M. J. O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 18, n. 1, p. 93-105, 2005.
- MELO, F. E.; TOLEDO, E. T. O ensino de estudos sociais, EMC e OSPB, e a ressignificação da cultura cívica nacional nas práticas escolares em escolas de Fortaleza durante o regime militar. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2005.
- MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. 1044-1066, 2017.
- MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. *In*: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. (ed.). **Impactos da violência na Saúde**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013. p. 21-42.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa social teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MISHLER, E. G. **Research Interviewing: context and narrative**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

MORGAN, D. **Focus Group as Qualitative Research**. London: Sage Publications, 1997. (Qualitative Research Methods Series, 16).

NOGUEIRA, H. As favelas do futuro. Toma aí um poema. PODCAST POESIAS Declamadas/Literatura. Especial novos autores pela diversidade Semana Favela/Periferia. [S. l.: s. n.], 2021.

OJIMA, R. A dicotomia centro-periferia em discussão: consequências inesperadas e desafios para a gestão nas aglomerações urbanas metropolitanas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte. **Anais [...]**. São Paulo: SBS, 2005. v. 1.

OLWEUS, D. **Aggression in the schools: Bullies and whipping boys**. [S. l.]: Hemisphere, 1978.

OLWEUS, D. **Bullying at School: What we know and what we can do**. London: Lackwell, 1993.

OLWEUS, D. The Olweus *Bullying* Prevention Programme: design and implementation issues and a new national initiative in Norway. *In*: SMITH, P. K.; PEPLER, D.; RIGBY, K. (ed.). **Bullying in Schools: How successful can interventions be?** Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 13-36.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 58/11 ONU**. [S. l.]: ONU, 10 nov. 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial**. Brasília, DF: Unesco, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368092>. Acesso em: 8 ago. 2022.

OUTEIRAI, J. **Distúrbios de conduta na adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PATTON, M. **Qualitative Evaluation and Research Methods**. Beverly Hills: Sage, 1990.

PERUCCHI, L. **Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: os livros didáticos de OSPB**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PRIOTTO, E. P.; BONETI, L. W. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, 2009.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *In*: VON SIMSON, O. M. (org.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais; Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, 1988. v. 5, p. 68-80.

RODRIGUES, L. G. Política de remoção e o estigma de favelado no Regime Autoritário (1960/70). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29., 24-28 jul. 2017, Brasília, DF. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2017.

RODRIGUES, L. O. **Violência escolar e formação de professores**: estudo em escola pública de Goiânia. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

ROLIM, M. F. **Bullying**: o pesadelo da escola: um estudo de caso e notas sobre o que fazer. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ROSSATO, G.; ROSSATO, S. M. **Educando para a superação do bullying escolar**. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p. 49-50.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. A. **Violência simbólica no contexto escolar**: percepções dos alunos numa comunidade escolar. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

SANTOS, T. **Teoria da dependência** – Volume 1: Balanço e perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2018.

SARMENTO, M, J. Imaginário e culturas da infância. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

SCHEINVAR, E.; SAVIO, L. Violência escolar: efeitos da normalização e da prática penal. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 53-69, 2015.

SCHREIBER, F. C. C.; ANTUNES, M. C. *Cyberbullying*: de lo virtual al psicológico. **Boletim – Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 35, n. 88, p. 109-125, 2015. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415711X2015000100008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 13 ago. 2022.

SEIDMAN, I. **Interviewing as Qualitative Research**: a guide for researchers in education and social sciences. 4. ed. New York: Teachers College Press, 2013.

SEIXAS, S.; FERNANDES, L.; MORAIS, T. *Bullying e cyberbullying* em idade escolar. **Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente**, [s. l.], v. 7, n. 1-2, p. 205-210, 2016. Recuperado de: <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/rpca/article/view/2409/2568>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SEVERINI, E. R.; FIRPO, S. **The relationship between school violence and student proficiency**. São Paulo: FGV, out. 2009. (Textos para Discussão, 236).

SILVA, A. B. B. **Bullying**: Cartilha 2010 – Projeto Justiça nas Escolas. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2010. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/cartilha_bullying.pdf. Acesso em: 16 nov. 2024.

SILVA, L. M. **Violência escolar**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

SILVA, M. SILVA, A. G. Professores e alunos: o engendramento da violência da escola. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 471-494, 2018. DOI: 10.1590/2175-623664089.

SMITH, P. K. Intimidação por colegas e maneiras de evitá-la. *In*: DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília, DF: Unesco, 2002. p. 187-205.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUKI, L. G. **Figura paterna e ordem social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUSA, M. M. M.; STELKO-PEREIRA, A. C. Relações entre violência escolar, gênero e estresse em pré-adolescentes. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 110-127, 2016.

SOUZA, C. P.; ALMEIDA, L. C. P. Bullying em ambiente escolar. **Enciclopédia Biosfera**, Jandaia, v. 7, n. 12, p. 179-190, 2011. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/conbras1/bullying.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SOUZA, F. R. *et al.* Do suplício na sociedade soberana à sociedade disciplinar e o *bullying* na escola: relações entre os diferentes palcos de violência. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 5-9 set. 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2016.

SOUZA, L. P. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 7, p. 20-34, 2012.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SPOSITO, M. P. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 58-75, jul. 1998.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan./jun. 2001.

STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 45-55, 2010. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 ago. 2022.

TIRADENTES, A. R. Violência simbólica no contexto escolar: discriminação, inclusão e o direito à educação. **Revista Eletrônica do Curso de Direito**, Serro, n. 12, ago./dez. 2015.

TOMBINI, L. **Os dispositivos da violência escolar**: o caso da Escola Municipal Higino Antunes Pires Neto. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.

TREVISOL, M. T.; DRESCH, D. Escola e *bullying*: a compreensão dos educadores. **Múltiplas Leituras**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 41-55, 2011.

VILA KENNEDY (bairro). **Dicionário de Favelas Marielle Franco**, [s. l.], 2023. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Vila_Kennedy_\(bairro\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Vila_Kennedy_(bairro)). Acesso em: 16 nov. 2024.

VALLE, J. E. *et al.* *Bullying*, vitimização por funcionários e depressão: relações com o engajamento emocional escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 463-473, 2015. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0193872>. Acesso em: 9 ago. 2022.

MACHADO, T. C. J.; VARGAS, A. Vila Olímpica Ary Carvalho: designação para atendimentos além do esporte. **Efdeportes.com**, Buenos Aires, jan. 2012. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd164/vila-olimpica-ary-carvalho-alem-do-esporte.htm>. Acesso em: 17 nov. 2024.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VELHO, G. Observando o familiar. *In*: **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

WALLERSTEIN, I. Modern World System. **Academic**, New York, v. I, 1974.

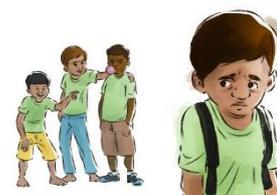
WEINHOLD, B. Uncovering the hidden causes of bullying and school violence. **Counseling and Human Development**, Denver, v. 32, n. 6, p. 1-18. 2000.

WENDT, G. W.; LISBOA, C. S. M. Compreendendo o fenômeno do *cyberbullying*. **Temas em Psicologia**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 39-54, 2014. DOI: 10.9788/TP2014.1-04.

WILLIAMS, L. C. A.; STELKO-PEREIRA, A. C. **Violência Nota Zero**. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

ZENAIDE, M. N. T.; BARBOSA JÚNIOR, F. S. (org.). **Cidadania e educação**: projetos sociais para a prevenção da violência na escola. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

APÊNDICE A – PESQUISA: VIOLÊNCIA ESCOLAR



Questionário

Este questionário faz parte de um projeto de pesquisa sobre o que os estudantes pensam acerca das situações de conflitos e violências na escola. Para que seja assegurada a validade do questionário, pedimos, por favor, que não deixe nenhuma questão sem resposta. O questionário é anônimo e toda a informação recolhida é confidencial.

Ano de escolaridade:

- 6º ano
 7º ano
 8º ano
 9º ano

Sua idade:

- 11 anos
 12 anos
 13 anos
 14 anos
 15 anos

Sexo:

- Feminino
 Masculino

1 – O que você entende por violência?

- Agressão física (tapa, soco, chute, empurrão)
 Agressão verbal (palavrões, ofensas, xingamentos)
 Violência psicológica (que atinge o emocional da vítima)
 Violência sexual (abusos, importunação sexual)
 Roubos/furtos
 Machismo, racismo, homofobia, intolerância religiosa, gordofobia, capacitismo
 Bullying
 Todas as alternativas anteriores

2 – Você acha que a escola é um espaço onde há violência?

Sim Não



3 – Em sua opinião, há violência dentro da sua sala de aula?

Sim Não



4 – Qual tipo de violência você mais presencia no espaço escolar? Numere de 1 a 8, sendo 1 o que você mais vê e 8 o que menos vê ocorrer na escola.

- Agressão física (tapa, soco, chute, empurrão)
- Agressão verbal (palavrões, ofensas, xingamentos)
- Violência psicológica (que atinge o emocional da vítima)
- Violência sexual (abusos, importunação sexual)
- Roubos/furtos
- Depredação do patrimônio escolar (pichação, destruição de mesas e cadeiras)
- Machismo, racismo, homofobia
- Bullying*

5 – Você já sofreu *bullying*?

Sim Não

6 – Você já praticou *bullying*?

Sim Não

7 – Você já testemunhou a prática do *bullying*?

Sim Não

8 – Em sua opinião, por que o *bullying* acontece? Numere de 1 a 6 de acordo com a relevância, sendo 1 o principal motivo e 6 o motivo menos determinante.

- Devido à vivência em situações de violência.
- Por causa da baixa autoestima.
- Pela demonstração de poder.
- Pela busca da popularidade.
- Pela falta de respeito/empatia.
- Por não aceitar a conviver com as diferenças.

9 – Em sua opinião, a prática do *bullying* traz consequências psicológicas e socioemocionais na vítima?

- Sim Não

10 – Em sua opinião, o *bullying* e as outras formas de violência escolar prejudicam o aprendizado dos estudantes?

- Sim Não

11 – Em sua opinião, é mais fácil resolver os problemas utilizando a violência?

- Sim Não

12 – No seu dia a dia você, você vivencia situações de violência?

- Sim Não

13 – Em sua opinião, a violência em casa influencia a violência na escola?

- Sim Não

14 – Em sua opinião, a violência no entorno da unidade escolar, ou seja, fora dos muros da escola influencia negativamente no aprendizado dos estudantes?

Sim Não

15 – Em sua opinião, o diálogo é um bom caminho para evitar situações de violência?

Sim Não

16 – Em sua opinião, a sua escola realiza alguma ação para amenizar os casos de violência?

Sim Não



17 – Numere as alternativas abaixo de 1 a 5, sendo 1 a que você considera menos eficaz para diminuir a violência dentro do espaço escolar.

- Diálogo
- Empatia
- Respeito
- Amizade
- Outro (Qual?) _____



**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A
GESTÃO ESCOLAR**

- 1 – O que você entende por violência escolar?
- 2 – Você considera a escola como espaço onde há violência?
- 3 – Quais os tipos de violência que você mais presencia na escola?
- 4 – Você acha que a violência no entorno da escola influencia no comportamento e no aprendizado dos estudantes?
- 5 – O que você entende por *bullying*?
- 6 – Quais os principais tipos de *bullying* que você presencia na escola?
- 7 – Na sua opinião, por que o *bullying* ocorre?
- 8 – Quais as consequências do *bullying* para os estudantes e para a escola?
- 9 – Cite um caso de violência escolar que tenha te marcado.
- 10 – A escola realiza alguma ação para amenizar a violência?
- 11 – Como é a relação entre escola e família?
- 12 – Sendo uma educadora/gestora, como você vê a escola na periferia?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E
COMUNICAÇÃO EM PERIFERIAS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado/a: _____

Vimos por meio deste documento convidar-lhe a participar voluntariamente da pesquisa apresentada a seguir. Desde já, muito obrigado!

Pesquisa: “Violência Escolar: a prática do *bullying* na perspectiva dos estudantes de uma escola pública em contexto de periferia urbana no município do Rio de Janeiro.”

Pesquisadores:

Mestrando: Bruno Moreira de Sousa | brunomds87@hotmail.com | Telefone: (21) 988583266
Orientadora: Pâmela Suélli da Motta Esteves | pamelasme84@gmail.com | Telefone: (21) 983515336 | Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ: Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias. Rua General Manoel Rabelo, s/n – Vila São Luis, Duque de Caxias – RJ / Brasil.

Justificativa: O interesse pela pesquisa sobre a violência escolar emerge a partir da minha prática como professor de Geografia em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental numa escola pública de periferia urbana, localizada no bairro da Vila Kennedy, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Neste contexto, de um ambiente escolar marcado pela violência em suas múltiplas formas (física, verbal, simbólica...) surge inicialmente, um incômodo como profissional e, posteriormente, despertou-me a curiosidade de buscar compreender os fatores que geravam a ocorrência desses diferentes tipos de violência e o que poderia ser feito para amenizá-los ou até mesmo solucioná-lo. Constatou-se a necessidade de abordar a temática da violência escolar, especialmente a prática do *bullying*, na perspectiva dos estudantes de uma escola pública municipal do Rio de Janeiro.

Objetivo: O objetivo desta pesquisa é compreender a violência no âmbito escolar, com enfoque na prática do *bullying*, suas causas e consequências na percepção dos estudantes da Educação Básica.

Metodologia: A metodologia consiste em uma investigação qualitativa através da observação no campo (ambiente escolar). Trata-se de uma metodologia qualitativa realizada em três etapas: I - Revisão bibliográfica (artigos, dissertações, teses, revistas especializadas, livros...), todos abordando sobre o tema da violência escolar e a prática do *bullying*; II - Parte empírica (campo): observação do espaço escolar e escuta dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental

(8º ano) com a realização de um questionário, para compreender suas percepções e vivências relacionadas à violência escolar, entrevista semiestruturada com alguns docentes e com a gestão da instituição de ensino e, posteriormente, a parte III - que consiste na análise e discussão de conteúdo.

Riscos e benefícios: Resguardamos que a pesquisa não intenta apontar julgamentos nem levantar acusações sobre os estudantes. Para contornar esses riscos mínimos, os/as participantes podem desistir ou recusar responder qualquer tópico do questionário, tendo a sua vontade respeitada. Os/as participantes não terão qualquer tipo de recompensa ou gasto financeiro com a participação na presente pesquisa. A participação na pesquisa traz benefícios no sentido de contribuir com a ampliação de conhecimento científico e reflexões sobre a temática no campo da educação, com a produção de subsídios teóricos e críticos sobre a violência no espaço escolar, especialmente na prática do *bullying*. A identidade de cada participante será respeitada com o uso de pseudônimo a fim de garantir o sigilo de quaisquer associações aos/às estudantes que responderem ao questionário, procedimento utilizado como garantia de redução de danos. Asseguramos a privacidade do/a participante.

Caso haja dúvidas sobre a pesquisa que não sejam sanadas pelo pesquisador e pela orientadora, pode haver consulta a Câmara de Ética em Pesquisa, cuja atribuição é avaliar eticamente os projetos de pesquisa de professores/as, pesquisadores/as e discentes da Universidade, quando solicitada.

Garantia de confidencialidade e sigilo: Fica garantido o sigilo e a confidencialidade dos dados obtidos, que ficarão armazenados pelo prazo de cinco anos sob responsabilidade do orientador da pesquisa (Professora Doutora Pâmela Suélli da Motta Esteves - pamelasme84@gmail.com). Estes dados serão utilizados unicamente na presente pesquisa. Os resultados dessa pesquisa poderão ser acessados no texto final da dissertação aqui proposta. Os/as estudantes poderão avaliar riscos de possível revelação de identidade mediante a leitura da resposta do questionário aplicado. A declaração de qualquer restrição quanto ao uso das respostas do questionário será prontamente assegurada a qualquer momento da pesquisa.

Eu, _____ de maneira voluntária, livre e esclarecida, concordo em participar da pesquisa acima identificada. Estou ciente dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, dos possíveis desconfortos com o tema, das garantias de confidencialidade e da possibilidade de esclarecimentos permanentes a respeito. Fui informado(a) de que se trata de pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias – UERJ. Está claro que minha participação é isenta de despesas e que meu nome não será publicado. Estou de acordo com a aplicação do questionário para fins acadêmicos, caso eu venha a participar desta etapa da pesquisa. Estou ciente de que os dados obtidos serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos. Estou ciente de que, em qualquer fase da pesquisa, tenho a liberdade de recusar a minha participação ou retirar meu consentimento, sem nenhuma penalização ou prejuízo.

Bruno Moreira de Sousa, **mestrando**.

(assinatura do/a estudante participante)

Nome completo: _____

E-mail: _____ Tel. _____

(assinatura do/a responsável)

Rio de Janeiro, ____ de março de 2024.